



Operação de Reabilitação Urbana - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana



Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo

Entidade Promotora e Gestora | Câmara Municipal do Fundão

Março 2020



” Versos que fiz a Castelo Novo

Ficas numa prega da serra

Tens águas e horizontes sem igual

Bendita sejas oh nobre terra

Que ajudaste a construir Portugal

Tens os olhos virados para a campina

E miras lá longe o Alentejo e Monsanto

És bem velhinha mas também menina

Em ti mora o sossego e o encanto

No Castelo Velho aumenta o horizonte

Onde os olhos se estendem em vão

Tens como capa a protecção do monte

Que fica espectacular quando cai um nevão

O que tens de antigo e de moderno

Forma um contraste sem igual

O poeta só precisa de caneta e caderno

O pintor de pincel e tela até final

Tens duas varandas quinhentistas

São belas para ver e desenhar

Desafias na Praça do Pelourinho os artistas

E os turistas ficam admirados com o Lagar

Das casas de pedra escura

E das casas brancas também

Todos te escolhem para sepultura

É sinal de que te querem bem.”



ÍNDICE

1	Introdução	5
2	Caracterização e Diagnóstico	8
2.1	Enquadramento regional	8
2.2	A sub-região da Cova da Beira	10
2.3	CIM-BSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela	12
2.4	Visão	12
2.5	Missão	12
2.6	Caracterização Sociodemográfica	13
2.7	Caracterização Económica e empresarial	13
2.8	Caracterização Logística	14
2.9	Caracterização Social	14
2.10	Principais forças da CIM BSE	14
2.11	O Concelho do Fundão	15
2.12	Povoamento ao Longo do Tempo	17
2.13	Acessibilidades	20
2.14	Indicadores demográficos e de desenvolvimento	21
3	A Aldeia Histórica de Castelo Novo	51
3.1	Localização Territorial	51
3.2	A origem e evolução histórica de Castelo Novo	52
3.3	Indicadores demográficos e de desenvolvimento da freguesia	55
3.4	Atividades Económicas	56
3.5	Imóveis Classificados e em vias de classificação	57
3.6	Arquitetura Religiosa	59
3.7	Arquitetura Civil Residencial e de Equipamento	61
3.8	Arquitetura Militar	65
3.9	Chafarizes/Fontes e Fontanários	66
3.10	Caracterização do Edificado	68
4	Opções estratégicas de reabilitação da ARU	94
4.1	Visão sistema urbano	94
4.2	Visão para o sistema urbano da Região Centro	94
4.3	Programa Operacional Regional do Centro de Portugal (2014-2020)	94
4.4	Visão da Nova Carta de Atenas 2003	95
4.5	Reabilitação urbana – Um processo prospetivo	96
4.6	Articulação com políticas de ordenamento e desenvolvimento	97
4.7	Financiamentos Europeus e Nacionais das Ações de Reabilitação Urbana	102



5 Opções estratégicas de reabilitação da ARU, compatíveis com as opções de desenvolvimento do município

103

5.1	Plano de Ação Eixos de Intervenção.....	103
5.2	Qualificação do Espaço Público e Ambiente Urbano.....	103
5.2.1	Objetivos Específicos – dar continuidade às seguintes ações:	104
5.2.2	Metas e Resultados.....	104
5.3	Visitação e Animação.....	105
5.3.1	Objetivos Específicos:.....	105
5.3.2	Metas e Resultados.....	106
5.4	Revitalização do Tecido Económico.....	107
5.4.1	Introdução e Objetivos Específicos.....	107
5.4.2	Metas e Resultados.....	108
5.4.3	Parceria Local – Caracterização do Modelo Organizativo.....	108
5.5	Plano de comunicação e informação	110
5.5.1	Objetivos Específicos.....	111
5.5.2	Metas a Atingir.....	111

6 Quadro Programa da ORU 113

6.1	Área de Reabilitação Urbana.....	114
6.2	Prazo de execução da operação de reabilitação urbana	114
6.3	Prioridades e objetivos a prosseguir na execução da operação de reabilitação urbana.....	114
6.4	Modelo de gestão da ARU e de execução da respetiva operação de reabilitação urbana.....	115

7 Quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação urbana..... 115

7.1	Procedimento/metodologia e Critérios de Reabilitação Urbana	116
7.1.1	Incentivos de natureza fiscal.....	116
7.1.2	Incentivos de natureza financeira.....	120
7.1.3	Incentivos de natureza legal e procedimentos.....	120
7.2	Quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação urbana criados pelo município	121
7.2.1	Critérios de reabilitação urbana.....	121
7.2.2	Incentivos de natureza fiscal.....	121
7.2.3	IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis:.....	122
7.2.4	Incentivos de Natureza Financeira	123

ÍNDICE DE FIGURAS..... 124

ÍNDICE DE GRÁFICOS 124

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS 127

Anexos 128



Anexo I - Planta da área de reabilitação urbana	128
Anexo II - Candidatura aos Apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU [Incentivos Fiscais]	130
Anexo III - Candidatura aos Apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU [Incentivos Financeiros].....	132
Anexo IV – Relatório Técnico Inicial.....	134
Anexo V – Relatório Técnico Final.....	135
Bibliografia / Documentação de Suporte.....	135

1 INTRODUÇÃO

A **reabilitação urbana** constitui uma prioridade para a Câmara Municipal do Fundão, uma vez que a reabilitação do edificado é uma medida estratégica para a melhoria da imagem do tecido urbano, sobrepondo-se às presumíveis construções de raiz. Um estímulo à reabilitação urbana é também manter a área dos perímetros urbanos consolidados no PDM (Plano Diretor Municipal) em revisão. O limite para a **ARU** (Área de Reabilitação Urbana) de Castelo Novo engloba a maioria do perímetro urbano inscrito no **PDM** bem como o perímetro proposto para a Aldeia de Castelo Novo (em vias de classificação), no sentido de dar coerência e reforçar a estratégia de proteção do património material e imaterial.

O município tem constituído a **Área de Reabilitação Urbana (ARU)** da **Zona Antiga do Fundão, da Aldeia Histórica de Castelo Novo, da Vila de Alpedrinha, da Aldeia do Xisto de Janeiro de Cima e da Aldeia do Xisto da Barroca**. Estão em processo de revisão de limite e por consequência, adequação dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana, que orientam a execução das respetivas Operações de Reabilitação Urbana (ORU). Está em fase de projeto a constituição da ARU da aldeia do Alcaide.

O presente documento diz respeito à Aldeia Histórica de Castelo Novo.

A priorização do núcleo urbano de Castelo Novo deve-se ao facto de estar integrado na **Rede das Aldeias Históricas de Portugal**. Trata-se de um dos mais importantes núcleos urbanos do concelho, face à sua riqueza patrimonial, valor histórico e arquitetónico dos edifícios e espaços que o compõem, digno de ser preservado e protegido, reconhecido ao nível nacional pelo seu interesse de conjunto, que está neste momento a ser alvo de classificação.

Neste contexto, a Câmara Municipal do Fundão tem estabilizado o entendimento de que a **reabilitação urbana surge como resultado de um processo dinâmico e multidimensional** que tem por base um trabalho de planeamento estratégico como recurso fundamental para o desenvolvimento integrado e sustentável do concelho. Assim, desde 2002 e no alinhamento com este entendimento, a autarquia avançou com um plano de ação, traduzido em diferentes vetores.

A definição das linhas orientadoras desta candidatura para a ARU está precedida por um conjunto de intervenções ao nível do edificado, espaço público e infraestruturas, executadas ao abrigo do programa



das Aldeias Históricas de Portugal, AIBT (Ação Integrada de Base Territorial) do Pinhal Interior no âmbito do QCAIII (Terceiro Quadro Comunitário de Apoio) e que teve continuidade nos seguintes quadros comunitários vigentes e que igualmente será abrangida pelo novo quadro 2020.

Nesta área de paisagem natural diferenciadora, Paisagem Protegida Regional da Serra da Gardunha, onde reina a biodiversidade ao nível da fauna e da flora, é também sobejamente conhecida pelos seus afloramentos de granito e integra um S.I.C. (Sítio de Interesse Comunitário) de proteção à planta endémica *Asphodelus Bento Rainhae*. É neste contexto paisagístico que se integra esta aldeia.

Assim, serve o presente documento para definir o **Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo** e identificar o perímetro que irá delimitar a respetiva **Área de Reabilitação Urbana**, tendo em vista a implementação de um conjunto de medidas destinadas a agilizar e dinamizar as intervenções neste contexto tendo, também, como base o Regulamento municipal da vila de Alpedrinha e aldeia histórica de castelo novo bem como o **Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, 23 de outubro, na redação em vigor)**.

É pertinente referir que a estratégia definida para esta ARU e para o seu plano de ação, que integra a ORU (Operação de Reabilitação Urbana), faz parte de um plano global integrado, que foi delineado e articulado com a **ADTAHP** (Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal), da qual Castelo Novo faz parte.

A Aldeia de Castelo Novo integrada no **PROVERE** (Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos) **Aldeias Históricas** foi alvo de uma estratégia de dinamização e desenvolvimento turístico dinamizado pela **ADTAHP** criada para este fim. Esta Associação de Desenvolvimento Turístico, de direito privado e sem fins lucrativos, pretende promover o desenvolvimento turístico desta rede (composta por 12 aldeias) da qual fazem parte: Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha -a- Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha e Trancoso.

A associação referida é também a entidade gestora desta marca turística, contando com parceiros públicos e privados. Esta abordagem mista permite uma melhor comunicação entre todos os *stakeholders* do território e o desenvolvimento de ações orientadas para satisfazer as necessidades existentes e percecionadas pelos agentes locais. Com sede em Belmonte, a ADTAHP permite uma centralidade mais justa e um reconhecimento concreto de cada especificidade do seu território de intervenção.

A ADTAHP visa:

- Gerir e promover a Marca "Aldeias Históricas de Portugal";



- Qualificar o produto turístico das aldeias históricas, através da definição de uma estratégia concertada de atuação e promoção, e do desenvolvimento de produtos turísticos;
- Apoiar o desenvolvimento de uma política de incentivos aos investidores que desejem investir na região e concertá-la com as instituições públicas e privadas que possam estar envolvidas;
- Promover iniciativas de animação cultural e divulgação do património e das Aldeias;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida local e para a diversificação e dinamização da atividade económica, nomeadamente na área do turismo;
- Promover ações de qualificação e divulgação do património cultural, bem como a qualificação dos recursos humanos e outras.

Neste contexto, surge uma oferta turística diversificada associada à gastronomia e alojamentos locais, com identificação de percursos e lugares a visitar e o que fazer. Surge também um conjunto de redes com os seguintes percursos temáticos:

- GR22 –Grande Rota das Aldeias Históricas;
- Percursos Turísticos Culturais;
- Caminhos Históricos | PR11- FND| Castelo Novo

Em complemento e na continuidade desta estratégia de criação de infraestruturas e condições para **promoção do turismo e fixação de pessoas na rede das Aldeias Históricas** surgem várias iniciativas locais de âmbito privado no que respeita ao alojamento turístico e de iniciativa pública uma colónia de férias para crianças promovida pelo Alto Comissariado para as Migrações integrada no Programa Escolhas.

Na continuidade da execução deste plano de ação surge, paralelamente, a necessidade de regular estas intervenções no tecido construído e envolvente natural, sustentadas por um conjunto de **instrumentos legais** compostos por um conjunto de critérios orientadores que dignifiquem o conjunto e travem a degradação e descaracterização crescente, de forma a preservar a memória da aldeia protegendo a serra onde ela se enquadra..

O **Regulamento da Paisagem Protegida de Âmbito Local da Serra da Gardunha** é o resultado do empenho demonstrado pelos Municípios do Fundão e de Castelo Branco na prossecução do desenvolvimento sustentável, conservação e preservação desta área, nomeadamente através da promoção do procedimento da classificação desta área de paisagem como paisagem protegida do âmbito local.



O regulamento referido anteriormente promove as intervenções e as boas práticas na paisagem natural enfatizando através desta, a beleza da paisagem construída – o núcleo urbano da **Aldeia de Castelo Novo**. No entendimento do município, a Serra da Gardunha - que abraça Castelo Novo – é assumida como um ícone do Fundão pelo que tem sido alvo de uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável preconizada no Plano de Ordenamento de Paisagem que integra as orientações do Plano de Dinamização da Gestão dos Baldios da Serra da Gardunha e da Agenda Gardunha 21.

Dando continuidade a esta metodologia de regulação e preservação, encontra-se em vigor o **Regulamento Municipal da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo (publicado na 2ª Série do Diário da República, n.º 27, Edital n.º 145/2013 de 7 de Fevereiro)**, que incidiu na criação de critérios orientadores de intervenção nos imóveis que compõem o núcleo de Castelo Novo, que em complemento com o presente plano estratégico, irá promover a preservação, requalificação e dignificação da malha urbana e envolvente paisagística, tornando-a atrativa para a fixação de novas famílias, mais apelativa para as famílias existentes e por conseguinte para o desenvolvimento ambiental, socioeconómico e turístico.

Na mesma linha, é de referir, a abertura de **novo procedimento de classificação da Aldeia de Castelo Novo**, sobre proposta de classificação pela DGPC (Direção Geral do Património Cultural), estando o referido conjunto **em vias de classificação (Anúncio n.º 154/2019, DR, 2.ª série, n.º 175, de 12-09-2019)** como CIP – Conjunto de Interesse Público, bem como a delimitação de uma proposta de zona especial de proteção (ZEP).

No que se refere à **Área de Reabilitação Urbana da Aldeia de Castelo Novo**, esta é extensível a quase todo o perímetro urbano da aldeia, onde está integrado o perímetro do no **Regulamento da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo** (planta em anexo – **Anexo I**).

O **PERU** irá dar continuidade às linhas estratégicas do **Plano de Aldeia**, orientando a Operação de Reabilitação Urbana, com o seu Plano de Ação.

A caracterização do concelho irá ser refletida nos próximos itens.

2 CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

2.1 Enquadramento regional

O território da faixa interior de Portugal assume características muito diversificadas, apresentando traços de identidade muito próprios que, por sua vez, mudam em conformidade com a alteração da paisagem.



Há diferenças significativas da serra para a planície, do vale para a montanha ou do rio para a aridez do solo. Porém, todos eles partilham em comum um conjunto de debilidades que marcaram e continuam a marcar, de forma profunda, uma sociedade com dificuldades para segurar a sua identidade ancestral e, ao mesmo tempo, entrar no comboio do desenvolvimento.

A própria localização geográfica, a debilidade da sua estrutura produtiva, a desertificação e o envelhecimento populacional são apenas alguns dos fatores que conduzem à construção de um quadro negro para os concelhos do Interior. O concelho do Fundão, infelizmente não fugiu à regra. No entanto, é preciso olhar para o futuro e contrariar esta tendência de perda que tem marcado o território nas últimas décadas.

A opção de intervenção (mudança) ao nível socioeconómico e cultural quer do espaço público e ambiente urbano, que se pretende para o núcleo urbano da Aldeia de Castelo Novo, só faz sentido se objetivada num processo integrado (multidimensional) e participado (com a população local, comunidade, agentes económicos, etc.) capaz de assumir uma abordagem (paradigma) “territorialista do desenvolvimento” (reconhecimento da existência de uma dimensão local da problemática do desenvolvimento; dando conta de que o desenvolvimento se faz no e a partir do território, promovendo a ativações dos recursos não convencionais localizados – em igualdade de circunstâncias com recursos convencionais – respeitando sempre os limites da capacidade de carga do ambiente natural local).

Neste sentido, o “local” de intervenção (da parceria para a regeneração urbana) encontra-se no lugar (“locus”) onde se materializa a necessidade de um problema (necessidade – ou conjunto – sentido pela comunidade local), por si só possuidor de múltiplas dinâmicas configuradoras de um cariz multifacetado, que nos obriga a olhar para este núcleo como uma “sub-unidade territorial de desenvolvimento”. Trata-se de um “território com projeto”, no sentido de se constituir como um espaço onde os atores locais (públicos e privados), na base da existência de uma dinâmica de confiança (e de uma cultura local solidária), se encontram interessados na mobilização de recursos territoriais, oferecendo respostas ao desenvolvimento perante os reptos do presente, a partir da realização de projetos futuros comuns.

Com base nos censos desenvolvidos pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), foi possível perceber de forma intensiva a situação socioeconómica vivenciada pelos residentes e, correlativamente, do núcleo urbano da Aldeia de Castelo Novo.

Pretende-se olhar para o território a partir de um diagnóstico da situação, identificar recursos e, simultaneamente, identificar necessidades e estabelecer problemáticas-tipo para o planeamento territorial no sentido de permitir a hierarquização de prioridades de intervenção e o desenho integrado e participado de um plano de ação com vista à mudança e à transformação social, humana, ambiental, económica e financeira.

2.2 A sub-região da Cova da Beira

O concelho do Fundão, tal como os concelhos limítrofes da Covilhã e Belmonte constituem a sub-região da Cova da Beira (NUT III). Entre perfis de serras altas, situa-se a depressão tectónica da Cova da Beira espreada em bela bacia panorâmica, por vales fecundos, pregas de cerros e confluência de riachos, no curso médio do Zêzere. Regista altitudes entre os 400 e os 500 metros em 30 quilómetros de comprimento e 112 quilómetros de largura. É uma bacia tectónica, de extensão considerável, limitada a NW pela Serra da Estrela, a NE pela Serra da Malcata e a Sul pela Serra da Gardunha.



Figura 1: NUTS II Região Centro

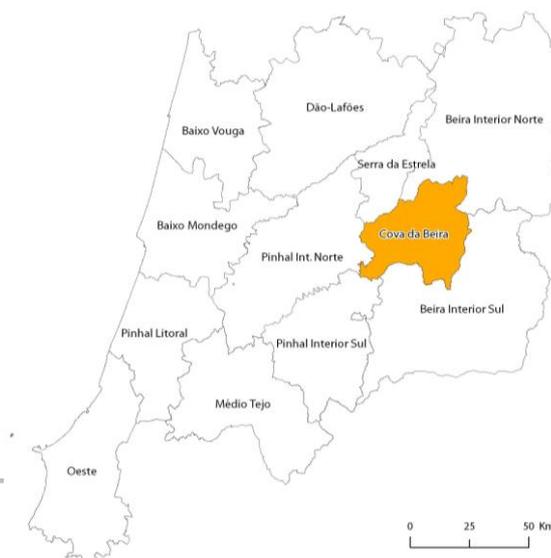


Figura 2: NUTS III Região Centro

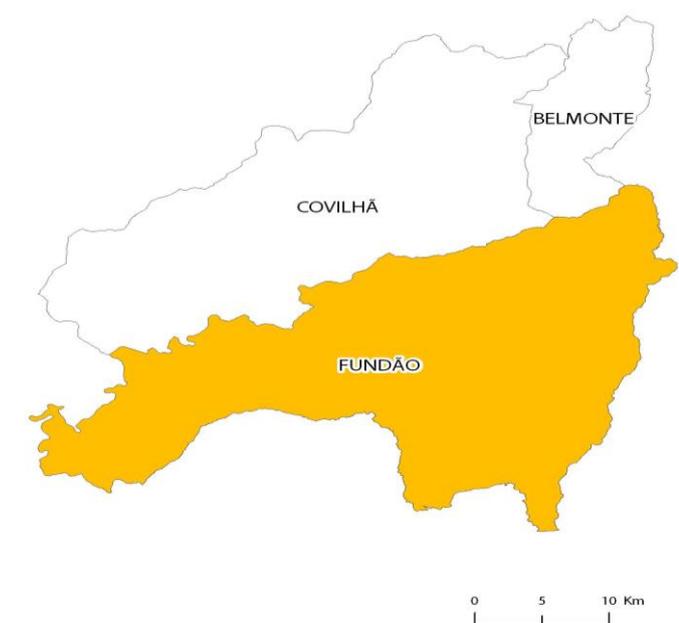


Figura 3: Concelhos da NUTS III Cova da Beira

Os aluviões, os granitos e as rochas do complexo xisto-grauváquico predominam na composição dos solos, grande parte destes com grande aptidão para o regadio. Trata-se de uma região caracterizada por povoamento misto, concentrado na generalidade nos espaços urbanos, e bastante disperso em algumas áreas rurais. É um território de enorme aptidão agrícola, com destaque para a olivicultura e a fruticultura, com relevância para a produção de cereja, maçã e pêsego. Evidencia sinais de desertificação e envelhecimento da sua população. A Cova da Beira tem sido uma região marcada ao longo de décadas pelo fenómeno migratório. A densidade populacional evidencia alguma disparidade social que, por sua vez, acentua a pressão demográfica nos centros urbanos em detrimento das zonas rurais envolventes.

O aproveitamento hidroagrícola da região foi uma ambição desde a década de 50, quando foram efetuados os primeiros estudos de viabilidade.

O AHCB (Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira) beneficia uma área regada com 12500 ha, permite o abastecimento público das populações dos concelhos de Sabugal, Almeida, Pinhel,



Penamacor, Belmonte e Fundão, num total de 80.000 habitantes, apresentando ainda uma componente de produção energética através da central do Meimão.

O AHCB pretende ter fins múltiplos, beneficiando diretamente uma área importante da Beira Interior, através da introdução de novas tecnologias de regadio, da melhoria das condições das explorações agrícolas e do abastecimento público.

Neste sentido, o Município do Fundão está a promover a elaboração de um estudo de viabilidade técnica, económica e ambiental de um futuro aproveitamento hidroagrícola da Gardunha Sul - “Estudo de Viabilidade de Aproveitamento Hidroagrícola da Gardunha Sul”, que permitirá beneficiar áreas onde atualmente já é feita agricultura de regadio, com garantias de disponibilidade de água em anos secos e em pressão aos agricultores através de um regadio coletivo.

2.3 CIM-BSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela

A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial de fins múltiplos e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram, regendo-se pela Lei 75/2013 de 12 Setembro que aprovou o Estatuto das Entidades Intermunicipais, pelos seus Estatutos e pelas demais disposições legais aplicáveis. A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela corresponde às Unidades Territoriais Estatísticas de Nível III (NUT III) da Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Cova da Beira e é composta pelos Municípios de Almeida, de Belmonte, de Celorico da Beira, da Covilhã, de Figueira de Castelo Rodrigo, de Fornos de Algodres, do Fundão, da Guarda, de Gouveia, de Manteigas, da Mêda, de Pinhel, do Sabugal, de Seia e de Trancoso, e adota a designação abreviada de CIM-BSE.

2.4 Visão

CIM-BSE pretende ser um parceiro regional, capaz de implementar práticas de gestão que permitam identificar e satisfazer as necessidades dos municípios associados e desenvolver estratégias que conduzam a uma maior coesão intermunicipal, com resultados na melhoria de qualidade de vida e no desenvolvimento sustentado da região.

2.5 Missão

A CIM-BSE tem como missão potenciar, promover o desenvolvimento da região, de otimizar e defender os interesses comuns dos municípios associados e reforçar a identidade conjunta da região, mediante a articulação de interesses e criação de sinergias e estimulando o desenvolvimento integrado e coletivo, valorizando parcerias, criando sinergias e maximizando resultados.



Os objetivos estratégicos da CIM-BSE são:

- Aumentar a coesão territorial e intermunicipal;
- Promover e dinamizar o desenvolvimento económico e social na região;
- Tornar a organização interna mais eficiente e eficaz;
- Fomentar a participação nas decisões dos municípios associados.

2.6 Caracterização Sociodemográfica

O território da CIM Beiras e Serra da Estrela situa-se na Região Centro e ocupa uma superfície territorial de 6.305 Km² correspondendo a 22% do território da Região Centro, e tem cerca de 236.023 habitantes

2.7 Caracterização Económica e empresarial

A Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, CIM-BSE tem sido objeto de grandes investimentos por parte de grandes empresas multinacionais, em diversas áreas, nomeadamente das TICE.

No que se refere à população empregada por sector de atividade, o sector mais representativo na Região Centro é o terciário, com 66%. Sem prejuízo dos investimentos realizados e da atração de novas empresas – algumas de elevada especialização tecnológica e em sectores não tradicionais – por alguns municípios, também o território da CIM Beiras e Serra da Estrela apresenta a maior percentagem de população empregada no sector terciário, com 68%, seguido do sector secundários com 27%.

Atendendo à capacidade empreendedor, aferida pela proporção da população empregada por conta de outrem e por conta própria em 2011, constata-se que 21% da população da CIM se encontrava empregada por conta própria. Ainda assim, acima da média da Região Centro (20%).

No âmbito do contexto macroeconómico marcadamente recessivo dos últimos anos em Portugal, o número de empresas instaladas no território das Beiras e da Serra da Estrela é de 21.611 empresas.

Relativamente à relevância das exportações de produtos do território no seu respetivo PIB, no ano de 2012, a CIM BSE registou 16% de exportações comparando com os 28% da média da Região Centro.

No que respeita ao poder de compra per capita, a CIM BSE registou em 2011 um valor de 76% da média nacional.



2.8 Caracterização Logística

A CIM BSE é uma região com uma localização estrategicamente bem localizada, no Centro de Portugal, a meio caminho entre a capital portuguesa Lisboa e a capital espanhola, Madrid. Inclui a principal fronteira terrestre do país, a fronteira de Vilar Formoso, dispõem de boa acessibilidade rodoviária e ferroviária ao litoral e aos principais centros urbanos de Portugal e da Península Ibérica.

2.9 Caracterização Social

De acordo com a Carta Social, no ano de 2012 existiam no território da CIM Beiras e Serra da Estrela 73 creches. No ano em análise, a rede instalada de creches superou as necessidades em todas as NUTS III.

A população idosa (idade superior a 65 anos) nos territórios da CIM BSE representa mais de 60 mil pessoas, onde se registam índices de envelhecimento bastante elevados.

De acordo com a Carta Social, o território da CIM Beiras e Serra da Estrela apresenta uma boa cobertura de equipamentos de apoio à 3ª idade (centros de convívio, centros de dia, centros de noite, lar e residência e serviços de apoio domiciliário), num total de 599 unidades.

Em suma, o território da CIM Beiras e Serra da Estrela oferece condições para a fixação de população, seja população ativa (famílias jovens e com filhos), seja população sénior, onde a componente de cuidados de saúde é privilegiada.

2.10 Principais forças da CIM BSE

- Localização geográfica estratégica no contexto ibérico;
- Recursos naturais preservados;
- Património natural e construído de interesse;
- Potencial turístico;
- Imagem da *label* “Serra da Estrela”;
- Existência de unidades de alojamento turístico (pequena dimensão) e restauração;
- Produtos endógenos de qualidade;
- Existência de Centros e Unidades de Investigação;
- Existência de Agências de Desenvolvimento local/ regional;



- Existência de Parques Industriais e Tecnológico com especializações sectoriais;
- Existência de serviços de apoio aos investidores;
- Capacidade de atração de empresas em sectores emergentes;
- Integração da Serra da Estrela na rede natura 2000/PNSE (ambiente, turismo, paisagem, qualidade de vida...);
- Bacias Hidrográficas (barragens, abastecimento água, energia, pesca, turismo);
- Existência de Instituições de Ensino Superior;
- Existência de equipamentos culturais e de lazer;
- Boa cobertura de equipamentos sociais (sector privado) – Idosos, Deficientes, Infância.

2.11 O Concelho do Fundão

Do ponto de vista geográfico, o concelho do Fundão situa-se na Região Centro (NUT II), mais especificamente na denominada região da Cova da Beira (NUT III), na vertente setentrional da serra da Gardunha, e ocupa uma área de 700 Km², na qual se distribuem 23 freguesias, registando uma densidade populacional de 42 hab/Km².

A área geográfica do concelho do Fundão corresponde a 2,5% da superfície da Região Centro e a 50,9% da sub-região da Cova da Beira.

Em termos da sua génese identitária, o concelho do Fundão caracteriza-se pela dispersão geográfica, em que contrastam zonas marcadamente urbanas, como é o caso da cidade do Fundão cuja principal atividade económica é o comércio, com zonas rurais, vocacionadas para as explorações agrícola, pastorícia e florestal, para a produção de fruta, azeite e vinho, e ainda, para a existência de um importante foco de atividade mineira, designadamente na exploração de volfrâmio.

Aos acidentes de cómoda defesa natural que o dominam e à riqueza da terra, cortada de linhas de água, deve o Fundão, com muitas freguesias do seu alfoz, a fixação de povos que aqui estanciam desde remotas eras. A toponímia – Orca, Castelejo, Prado das Antas, Quinta do Castro, Calçada Velha, Corredoura – coincide com importantes vestígios pré-históricos, de transição e luso-romanos, a que se juntam sepulturas, lápides epigráficas, objetos vários e diversos achados, muito apreciáveis, da região, que fazem parte do espólio do concelho.



As raízes históricas do Fundão remontam à Proto-história, período que regista a existência de um Castro da Idade do Bronze (1º Milénio a. C.) no Monte De S. Brás, contraforte da Serra da Gardunha sobranceiro à atual cidade. Do período Romano sobreviveram até aos nossos dias testemunhos materiais que atestam a farta ocupação destas paragens nessa época: casais, *villae* e inscrições epigráficas latinas.

Da Idade média, mais concretamente ao tempo da fundação da nacionalidade, perduraram templos diversos e a própria Igreja Matriz, com a invocação de S. Martinho, que conglomerava um conjunto de dezassete casais, segundo as Inquirições de D. Dinis, datadas de 1314.

Contudo, foi ao dealbar dos séculos XV e XVI, sobretudo neste último, que o Fundão ganha foros de excecional desenvolvimento económico e expansão urbana. O incremento das indústrias manufatureiras é um fator determinante de uma expansão assinalável: os códices abalizam a atividade de tecelões, pisoeiros, mercadores, tratantes, borracheiros, fundidores e imaginários.

À multiplicação de unidades industriais verificada no séc. XVII e criação da Real Fábrica-Escola pelo Marquês de Pombal, corresponde um estatuto socio económico que vai valer ao Fundão, no século XVIII, a elevação à categoria de Vila e criação do respetivo Concelho (1747).

É cidade desde 1988.

O lugar do Fundão já sobressaía entre as localidades do termo da Covilhã em setecentos, no respeitante a rendas eclesíásticas, então um dos mais seguros elementos para se avaliar a importância das povoações.

A Santa Casa do Fundão existia pelo menos desde o reinado do Cardeal D. Henrique e já em 1641 os procuradores da Covilhã às Cortes se queixavam de que os moradores do Fundão insistiam para que a aldeia fosse elevada a vila. Aspiração que já era antiga no começo do reinado de D. João IV, e que veio finalmente a ser-lhes satisfeita um século depois, no reinado de D. João V. Em 23 de Dezembro de 1746 tornou-se sede do concelho, separando-se da Covilhã as freguesias que ficariam a constituir esse novo núcleo concelhio. Nos meados do século XVIII tinha começado para o Fundão uma época de engrandecimento, nele vivendo famílias muito importantes. As lutas originadas pelas invasões francesas e, posteriormente, a guerra civil entre os filhos de D. João VI afastaram daqui essas famílias, começando um período de declínio. Fecharam-se as fábricas de lanifícios, foi retirado o Regimento de Cavalaria Oito e algumas indústrias foram acabando. Permaneceu a agricultura como elemento de prosperidade.

Etnograficamente a região tem um interesse excecional pela genuinidade dos costumes das suas aldeias e manutenção de certas tradições de origem remota. Algumas atividades artesanais continuam a ser praticadas como no passado, permanecendo integradas nos padrões de vida do povo (oleiros no



Telhado, cesteiros em Alcongosta, confeção de pão por processos artesanais ou fabrico de azeite em lagares de vara e água). Há ainda os cantares da Beira Baixa em algumas feiras e festas, que são a expressão do sentimento do homem beirão. Homem rude, mas sincero, reservado, mas leal, trabalhador incansável, religioso e simples, o homem da Beira Baixa imprimiu um cunho à sua habitação de acordo com os materiais de que dispõe e o tipo de vida que o caracteriza.

2.12 Povoamento ao Longo do Tempo

O Povoamento da Beira teve, como é natural, uma influência considerável na feição dos aglomerados populacionais e na sua distribuição. Dólmenes esparsos constituem provas arquitetónicas tangíveis de antiguidade milenária. Os homens que aqui habitavam quando os romanos tentavam impor o seu domínio no território ocupavam de preferência os lugares altos, pedregosos e de acesso difícil em que a região é pródiga. Razões de segurança levavam a essa escolha; se era possível conjugá-la com a proximidade dos rios, pastos e florestas, que facilitavam a subsistência, tanto melhor.

Os “castros” lusitanos denotam grande rusticidade, mas uma adaptação efetiva às condições de vida e ao meio natural. Uma ou mais muralhas toscas de grandes pedras não argamassadas protegiam o recinto onde se acolhia a família. Aí se amontoavam as casas simples e os currais de gado. Casas de um só compartimento, em geral, onde se dormia e cozinhava no chão. Já então cultivavam a cevada e o trigo, apascentavam rebanhos e tiravam proveito da oliveira e da vinha, embora nas montanhas as glandes dos carvalhos constituíssem uma fonte importante de subsistência.

A romanização desta área introduziu modelos arquitetónicos eruditos importantes, cuja assimilação, embora sem se generalizar às construções beirãs correntes, contribuiu para o seu aperfeiçoamento. O emprego de telha em coberturas, certas maneiras de aparelhar e dispor as pedras em paredes e, possivelmente, a organização espacial dos pátios são contribuições duradouras dessa influência romana na Beira, além da prática de pavimentar os arruamentos com grandes pedras. Os camponeses da região persistiram, contudo, ao longo de séculos, em cultivar as terras, apascentar os rebanhos e construir casas e dependências agrícolas com os materiais de mais fácil aprovisionamento local, segundo as técnicas locais, com alguns requintes arquitetónicos introduzidos pelos romanos.

Seguiu-se o domínio de mais de 5 séculos dos árabes, apesar de os homens aí residentes terem oposto à arabização uma forte resistência, com lutas intercalares. Até os materiais correntes da construção – aquele granito rude e o xisto pouco plástico – os repeliam, prestando-se mal ao género de arquitetura que os árabes preferiram e em que eram mestres: a do emprego das alvenarias, dos barros, dos rebocos e da cal.



Da reconquista, que pouco a pouco empurrou os muçulmanos para África, ficaram na Beira Baixa marcas arquitetónicas de vulto: uma importante rede de castelos e alguns templos cristãos. O cristianismo, como uma força espiritual e política de grande importância, teve na arquitetura consideráveis repercussões.

Às áreas onde os terrenos húmidos ou irrigáveis favoreciam o predomínio dos cultivos de regadio, corresponde uma concentração maior de habitantes, em pequenos núcleos habitacionais disseminados – cada núcleo, ou mesmo cada casa, tanto quanto possível ao pé das propriedades cujo cultivo requer cuidados constantes. Às áreas cujos terrenos secos e pedregosos favorecem o predomínio dos cultivos de sequeiro, nomeadamente do centeio, corresponde uma densidade bastante menor de habitantes e o agrupamento dos edifícios em povoados construídos com mais desafogo, mas mais dispersos e quase sem casas disseminadas entre eles. A estrutura dos povoados difere fundamentalmente quanto à importância relativa dos mesmos. São os interesses, as atividades e a organização social da população, por um lado, e a disciplina dos traçados urbanos, a delimitação dos espaços e as características dos edifícios, por outro, que distinguem a vila da aldeia.

As estruturas dos aglomerados urbanos revelam, de um modo inequívoco, um condicionalismo imposto pelos relevos especiais nos lugares onde as circunstâncias diversas os fizeram nascer. Na Beira Baixa são frequentes os povoados que se erguem em solos de menores declives e menos pedregosos, embora tal afirmação não possa ser tomada senão comparativamente com a Beira Alta. Outro dos fatores condicionantes da estrutura dos povoados da Beira é a exploração agrícola, baseada, como é óbvio, em condições propícias dos solos e do clima. Muitas vezes edifícios importantes exercem também função estruturadora.

O sistema viário é também um poderoso fator de evolução das terras e, mais recentes em data, o comboio e os automóveis. Núcleos urbanos de formação ulterior à Idade Média revelam nitidamente a sua formação ao longo de uma estrada ou de um cruzamento de vias de comunicação. As ruas feitas à escala dos carros de bois e da sua marcha lenta tiveram de ser adaptadas aos veículos maiores, mais rápidos e com exigências de pavimentação e de inclinação, e quando as povoações não comportavam tão grandes alterações na sua estrutura, as novas vias passaram ao largo e provocaram uma deslocação do aglomerado populacional.

A traços largos, os povoados impressionam pela relação estreita que mantêm com o meio natural (rude, pedregoso e pobre) pela preponderância do fator agrícola, pela estreita economia das soluções, pelo primitivismo, a irregularidade e o emprego dos materiais de mais fácil aprovisionamento, com predomínio da pedra. Os núcleos maiores escapam mais às imposições do meio (o fator agrícola é menos evidente), a malha urbana mais regular e os edifícios, de feição mais rica, erudita e desenraizada, ganham em aparato o que perdem em carácter. À exceção da sede de concelho, não existem na



estruturação dos povoados ordenações urbanísticas com traçados prévios. Respeitam-se o parcelamento de propriedade, as condições orográficas e a qualidade dos terrenos, deixando livres os caminhos comuns, alguns quintais anexos às habitações.

As casas irregulares são de granito, de xisto onde o solo é xistoso, ou de xisto e granito nas áreas de transição, tomando com o tempo a cor geral da região em que assentam, numa associação íntima entre as casas e a paisagem. Um castelo medieval, uns solares de aparatosa fachada sobressaem aqui e além da massa desordenada do povoado. Um ou outro pelourinho surge no pequeno largo irregular ou no simples recanto em que então o ergueram para assinalar prerrogativas. São, porém, as igrejas, construídas na sua maioria a partir do século XVIII, que com mais frequência constituem o elemento predominante das povoações.

Os caminhos são por vezes lajeados com grandes pedras (herança romana), se bem que hoje predominem já os alcatroados. Nos aglomerados maiores, as ruas são mais regulares e melhor pavimentadas, ladeadas por edifícios frequentemente encostados e sem eidos aparentes, destinadas a uma população para quem as fainas agrícolas não constituem a ocupação dominante. Recentemente, as novas construções geraram espaços mais caóticos e amorfos, com a introdução de uma tipologia que passa a dominar a habitação individual isolada e a ocupar variadíssimos lotes.

O clima surge também como condicionante dos aglomerados no que se refere às tipologias empregues na luta contra as inclemências e os estragos do tempo. Não se faziam chaminés para que o calor se conservasse mais tempo nas habitações, reduzia-se ao mínimo a superfície das alcovas e não se lhes abriam janelas para o exterior. Orientavam-se as varandas a Sul-Poente (mais horas de sol quente e mais abrigadas dos ventos dominantes), elementos característicos e funcionais, criados em parte por um condicionamento climático, espaços de estar envidraçados conjugados com a escada exterior. A sua generalização e enormes proporções são porventura a maior contribuição do séc. XIX para a valorização da arquitetura regional beirão.

As casas de um povoado são a expressão arquitetónica de uma vizinhança atuante segundo certas regras que a experiência define, os hábitos generalizam e, por último, a organização social impõe, através de leis e convenções. Nos aglomerados maiores, ou de mais recente formação e desenvolvimento, tanto a estrutura urbana como os edifícios refletem formas mais evoluídas e complexas de uma organização social. Em quase todo o território beirão encontram-se ainda evidenciadas na importância ou no aparato das casas fidalgas e na extra modéstia das casas comuns; nos pelourinhos e nos edifícios municipais e noutros símbolos de direito especiais, concedidos a certas famílias, expressões arquitetónicas consubstanciando hierarquias, distinções, regalias e deveres.



2.13 Acessibilidades

À medida que os anos foram passando, o Fundão foi-se abrindo cada vez mais ao exterior e a esta situação não é alheia a melhoria das vias de comunicação entre os principais centros urbanos da região e do País.

O acesso aos grandes polos urbanos, em especial a Lisboa, é agora mais rápido com a Autoestrada da Beira Interior (A23), apesar de todas as desvantagens económicas que a introdução de portagens representou. O acesso à nossa principal fronteira com Espanha (Vilar Formoso) tem, na sua totalidade, perfil de autoestrada (A25). As ligações ao Norte do País estão igualmente mais facilitadas com a duplicação do Itinerário Principal 5 (IP5), que passou a ter perfil de autoestrada (A25), apesar dos custos inerentes à introdução de portagens.

No entanto, a rede viária local, que assume grande importância económica e social nas freguesias do concelho, apresenta-se sinuosa, pelo carácter acidentado do terreno e pela idade do traçado e de faixas estreitas. Neste contexto, a ligação Fundão – Coimbra, via Pampilhosa da Serra, aspiração antiga dos autarcas da região, seria um impulso ao desenvolvimento da parte mais ocidental do concelho, assim como se tornaria fundamental para aproximar o Fundão do litoral, nomeadamente ao eixo Coimbra – Figueira da Foz.

Enquanto se discute o perfil a dar à futura ligação Covilhã – Coimbra, os Itinerários Complementares 6 e 8 (IC6 e IC8) são as alternativas de ligação da região a Coimbra.

A Estrada Nacional 18 (EN18) assume importância vital, atravessando todo o concelho. Esta via funciona como eixo estruturante da rede viária de toda a Cova da Beira, onde domina o tráfego interno entre as cidades do Fundão e da Covilhã.

Quanto às ligações ferroviárias, estas são asseguradas pela Linha da Beira Baixa, que nos últimos anos tem sofrido obras de modernização. Estas incluem a eletrificação do troço Mouriscas – Castelo Branco, e recentemente Castelo Branco – Covilhã, reduzindo o tempo de viagem previsto.

O troço Covilhã – Guarda encontra-se em fase de abertura de concurso para a sua requalificação. A intervenção neste troço reveste-se da maior importância, para a melhoria das acessibilidades ferroviárias da região, nomeadamente a sua ligação internacional a Espanha e à Linha do Norte, através da linha de Beira Alta.

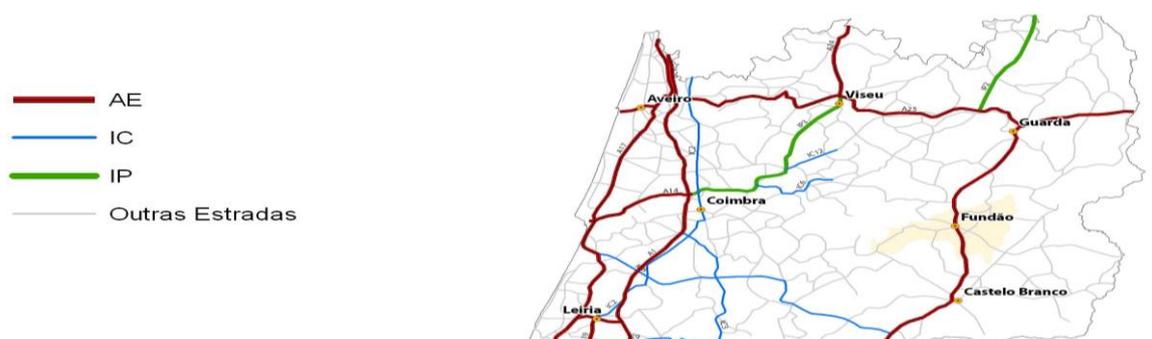


Figura 4: NUTS II Região Centro

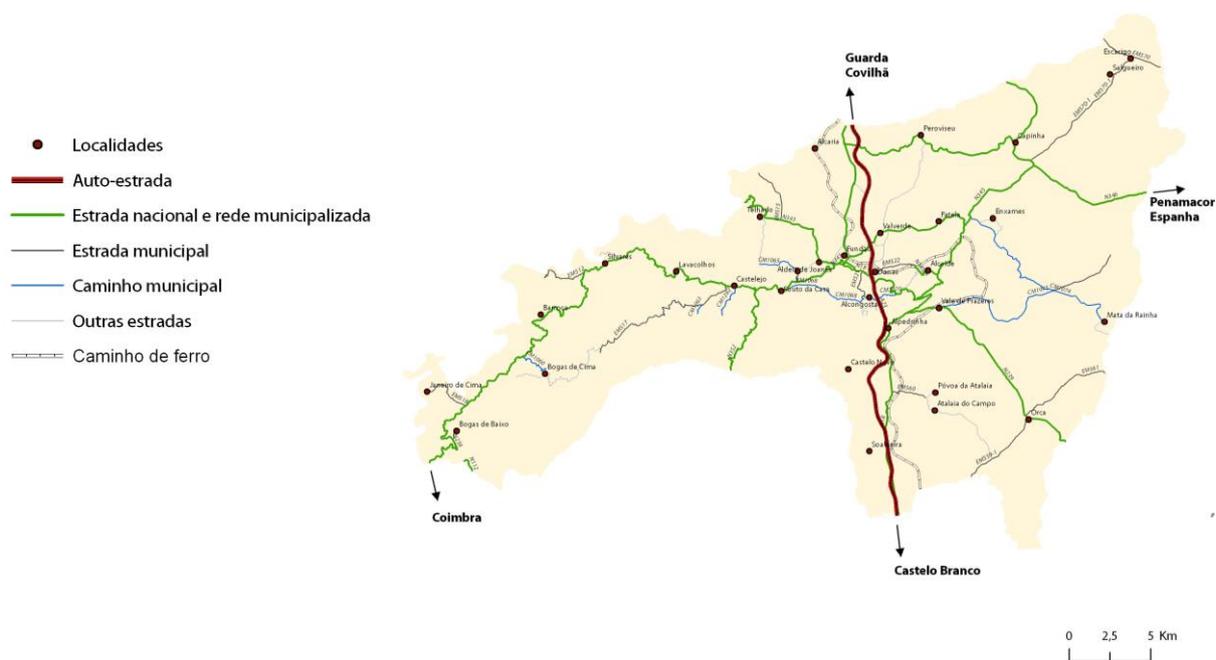


Figura 5: Concelho do Fundão

2.14 Indicadores demográficos e de desenvolvimento

O concelho do Fundão não fugiu à regra do interior do país no que diz respeito à evolução demográfica. Entre 1950 e 2011 sofreu um forte processo de regressão demográfica que resultou, fundamentalmente, do fenómeno migratório que teve no Fundão e na Cova da Beira um impacte negativo assinalável.

O fluxo migratório assumiu duas formas: uma interna dirigida ao litoral e aos maiores centros urbanos, com especial relevância para Lisboa e outra externa, mais intensa a partir de 1950 correspondendo à



emigração para a Europa principalmente para França. Foi esta segunda que adquiriu maior importância na região.

A Cova da Beira é um território de baixa densidade populacional e com tendência para diminuir, uma vez que o decréscimo de população se mantém desde a década de 50. Verifica-se a saída da população em idade ativa e o consequente retrocesso da taxa de natalidade, quer pelas mudanças sociais, quer pela saída da população em idade de reprodução.

Este êxodo populacional contribuiu fortemente para uma situação de despovoamento e envelhecimento demográfico desta região, podendo ter constituído um verdadeiro obstáculo ao seu desenvolvimento, dado o enfraquecimento do potencial em recursos humanos, e dos efeitos negativos sobre a propensão ao investimento e à inovação, fatores fundamentais para o desenvolvimento económico. Esta região apresenta também um grande índice de envelhecimento e com tendência para aumentar, sendo o peso da população com mais de 65 anos um dos mais elevados do país. Por outro lado, a população com menos de 18 anos representa uma parcela cada vez menor da população total.

A falta de empregabilidade local e a ausência de um ambiente propício à fixação da população mais jovem estimularam o êxodo rural. O principal problema que se levanta relativamente à emigração é que ela é seletiva, ou seja, são os mais jovens que partem, o que deixa desde logo a região numa situação bastante desfavorecida, devido ao decréscimo da população ativa.

Num contexto de crise económica e social como aquele em que vivemos, torna-se pertinente entender as especificidades de cada região no sentido de estabelecer metas em termos de objetivos a cumprir por forma a colmatar algumas das necessidades sentidas, mas também de medidas que proporcionem o desenvolvimento socioeconómico do próprio concelho.

A. Densidade Populacional

Fonte: INE – INE, Estimativas Anuais da População Residente (última atualização dos dados 25 de Julho de 2017) Relativamente à densidade

Densidade Populacional (Nº/Km²)	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2001	Taxa de variação 2001 - 2016
Fundão	39,1	39,6	39,9	40,3	40,8	41,3	43,5	43,9	44,1	44,4	44,5	44,8	-12,7%

populacional, em 2016 existiam 39,1 indivíduos por km2 no concelho do Fundão, o que comparativamente a 2001 revelou um decréscimo na ordem dos 12,7%.

B. População Residente



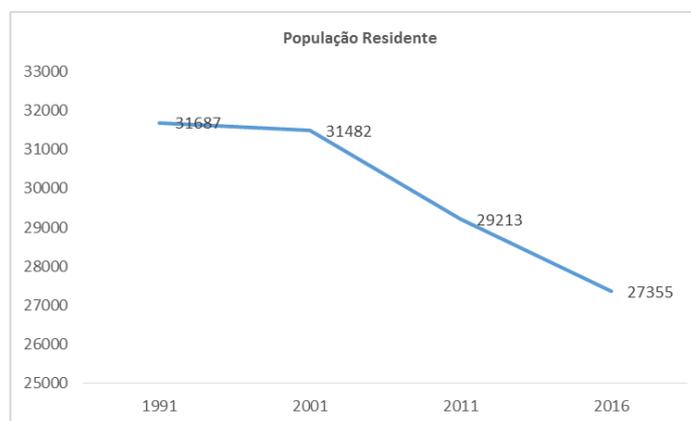
No último Recenseamento Populacional realizado em 2011 pelo INE, o concelho do Fundão tinha 29.213 habitantes. Desde então, a população residente tem vindo a diminuir progressivamente e ronda agora os 27.355 habitantes. Este não é um dado novo, uma vez que é do conhecimento geral que a população está a diminuir em grande medida devido à não renovação de gerações, mas também ao crescente fluxo de emigração.

População Residente	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2001	Taxa de variação 2001 - 2016
Cova da Beira	82045	82986	83675	84622	86357	87869	93579	-12,3%
Fundão	27355	27714	27912	28200	28560	29213	31482	-13,1%

Fonte: INE – Estimativas provisórias anuais (última atualização destes dados, 15 de Junho de 2017)

A tabela apresentada demonstra a variação populacional ocorrida entre 2001-2016 tanto na Cova da Beira (-12,3%) como no concelho do Fundão (-13,1%).

Gráfico 1: Variação populacional ocorrida entre 2001-2016 Na Cova da Beira e Fundão.



Fonte: INE – Censos 1991, 2001, 2011 e estimativas provisórias anuais (última atualização destes dados, 15 de Junho de 2017)

No entanto, se compararmos a taxa de variação da população para o concelho do Fundão nos períodos censitários, concluímos que o decréscimo mais acentuado ocorreu entre 2001-2011 (-7%), mantendo-se o anterior período (1991-2001) francamente abaixo, com 0,6%. Porém, através das estimativas provisórias anuais do INE para a população residente do concelho em 2016 (27355), constata-se que a tendência de decréscimo se mantém, correspondendo a uma taxa de variação negativa de -6,4%, se compararmos com o último período censitário (2011).

C. Distribuição da População Residente por Género

Gráfico 2: Distribuição da População Residente por Género

■ Total ■ Homens ■ Mulheres

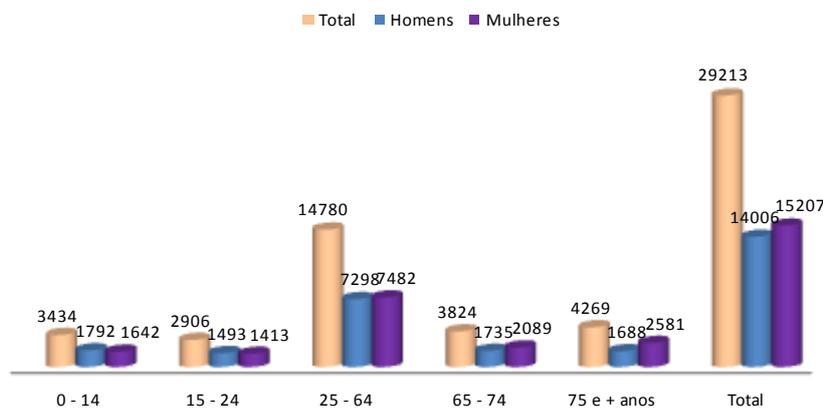


Fonte: INE – Censos 2011

À data dos censos 2011 residiam no Fundão 14.006 homens (47,9%) e 15.207 mulheres (52,1%). Atualmente estima-se que a população residente tenha diminuído, rondando agora os 27355 habitantes, no entanto, apesar de tanto o número de homens como o número de mulheres ter diminuído (13.058 e 14.297, respetivamente), o sexo feminino sobrepõe-se ao masculino.

D. Distribuição da População Residente por Faixa Etária

Gráfico 3: Distribuição da População Residente por Faixa Etária



Fonte: INE – Recenseamento da População e da Habitação (última atualização dos dados 20 de Novembro de 2012)

No que respeita à distribuição da população residente, quanto ao grupo etário (2011), verificou-se que a maioria pertencia ao sexo feminino e, situava-se entre os 25-64 anos (50,6%); 65-74 anos e 75 ou mais anos. Para o mesmo período de análise, a idade média da população rondava os 46,8 anos de idade. Se tivermos em conta os dados disponibilizados pelo INE, relativamente às estimativas provisórias anuais para 2016, o grupo etário dos 25-64 anos (55,1%) continua a destacar-se, seguido dos grupos etários dos

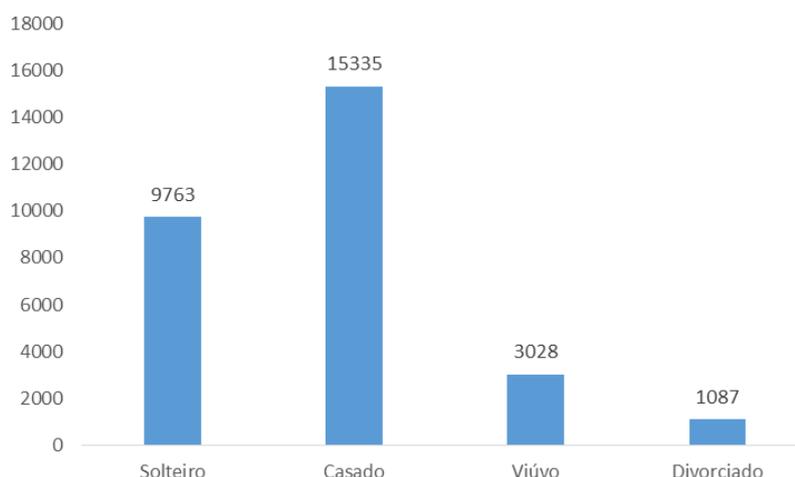


65-74 (11,6%) anos e dos 75 ou mais anos (16,2%), que no conjunto perfazem 27,8% da considerada “população idosa”. Quanto os grupos etários mais jovens (0-14 anos; 11,1% e 1-24 anos; 9,6%), estes continuam a evidenciar valores mais baixos, contribuindo desta forma para a inversão da pirâmide etária, justificada pelo aumento da expectativa de vida e pela diminuição da natalidade.

E. Distribuição da População Residente por Estado Civil

Face ao estado civil em 2011, a população residente do concelho do Fundão encontrava-se dividida da seguinte forma: 9.763 indivíduos solteiros, 15.335 indivíduos casados, 3.028 indivíduos viúvos e 1.087 indivíduos divorciados.

Gráfico 4: Distribuição da População Residente por Estado Civil



Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação – Censos 2011 (última atualização destes dados 20 Novembro 2012)

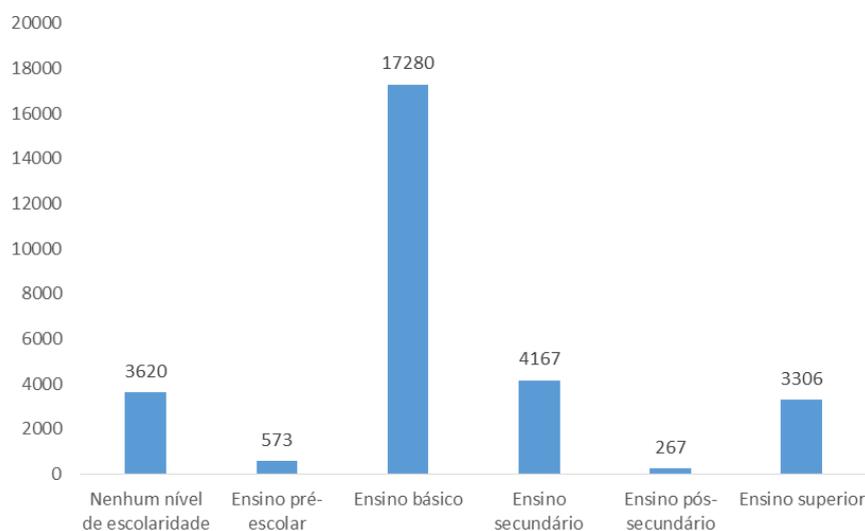
Todavia, embora o número de indivíduos casados seja superior aos restantes estados civis (52,5%), constatou-se que os mesmos registaram uma taxa de variação negativa de -32,4% entre 2001 e 2012 (PORDATA). Quanto aos divórcios, estes afiguram uma taxa de variação positiva de + 63,1%.

F. Distribuição da População Residente por Nível de Instrução

Gráfico 5: Distribuição da População Residente por Nível de Instrução



Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo



Fonte: INE, Taxa de Escolaridade da população residente – Censos 2011 (última atualização destes dados 20 Novembro 2012)

Relativamente aos níveis de instrução no concelho do Fundão em 2011, apurou-se que a maioria da população (59,2%) detinha o ensino básico, seguido do ensino superior, com um peso total de 14,3%. Contudo e, apesar das melhorias significativas nas taxas de alfabetização da população residente, não deixa de ser preocupante, quando constatamos que uma percentagem significativa, não sabia ler nem escrever ou não possuía qualquer grau de ensino (12,4%).

G. Dimensão Média das Famílias

Em 2011, de acordo com os Censos, residiam no concelho do Fundão, 12.011 famílias, menos 109 do que em 2001, das quais 11.995 eram denominados como famílias clássicas. No concelho do Fundão a evolução do número de famílias clássicas no período compreendido entre 2001 e 2011 sofreu um decréscimo na ordem dos 0,9%.

Gráfico 6: Representação gráfica da dimensão Média das Famílias

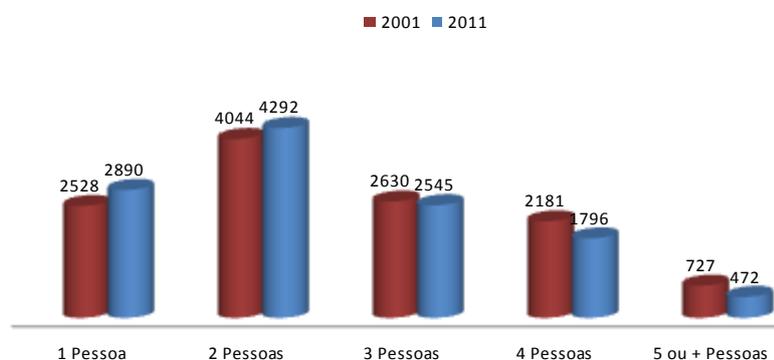




Fonte: INE – Recenseamento da População e da Habitação (última atualização dos dados 20 Novembro 2012).

De acordo com o INE à data do último recenseamento da população a dimensão média das famílias clássicas no total do concelho era de 2,40. Contudo, em 2011, das 11.995 famílias clássicas, 2.890 eram compostas apenas por uma pessoa (24%).

Gráfico 7: Representação gráfica da dimensão do agregado familiar entre 2001-2011



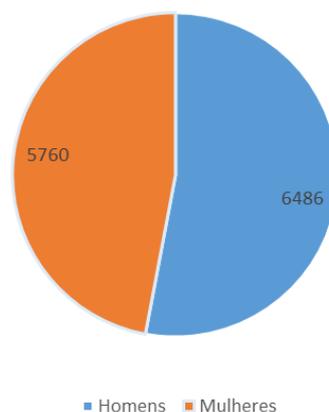
Fonte: INE – Recenseamento da População e da Habitação (última atualização dos dados 20 Novembro 2012).

Relativamente à dimensão dos agregados familiares no período 2001-2011 assistiu-se a um aumento nos agregados compostos por uma ou duas pessoas (14,3% e 6,1%) e a um decréscimo acentuado nas famílias compostas por 5 ou mais elementos. Em 2011 existiam 3.736 famílias compostas por um casal sem filhos e 4.087 famílias compostas por um casal com filhos.

H. Distribuição da População Ativa por Sexo



Gráfico 8: Distribuição da População Ativa por Sexo



Fonte: INE – Recenseamento da População e da Habitação (última atualização dos dados 20 de Novembro de 2012).

Face ao total da população residente em 2011, 12.246 habitantes faziam parte da população em idade ativa, predominado o sexo masculino com 53%.

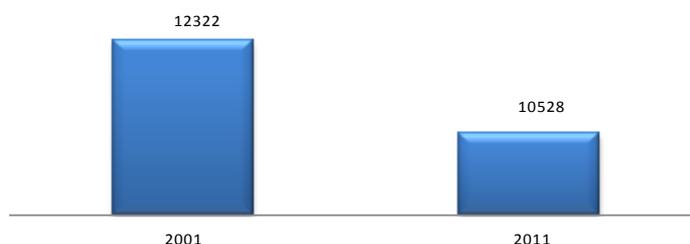
I. Situação Face ao Emprego

População Empregada

No que diz respeito à situação face ao emprego de uma forma geral encontravam-se empregados por local de residência no ano 2011, 10.528 indivíduos, destes 5.681 eram homens e 4.847 mulheres, correspondendo a uma taxa negativa de 14,6% quando comparado com 2001.

A nível micro verificou-se que a população empregada por conta de outrem no concelho do Fundão totaliza 8.050 indivíduos.

Gráfico 9: Contabilização da população empregada



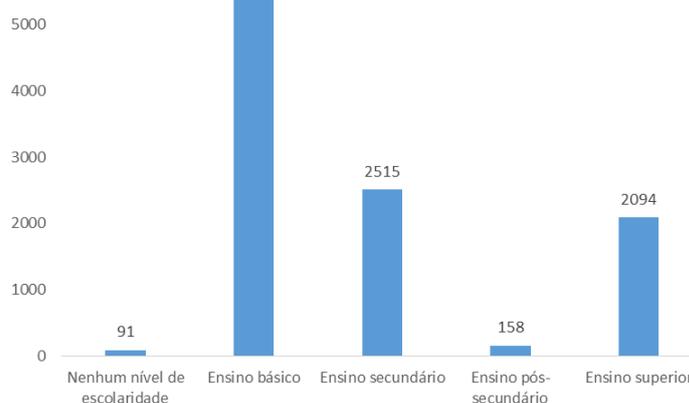


Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo

Fonte: INE - Recenseamento da População e da Habitação – Censos 2011 (última atualização dos dados 13 de Fevereiro de 2014).

Níveis de Instrução da População Empregada

Gráfico 10: Níveis de instrução da população empregada no concelho do Fundão



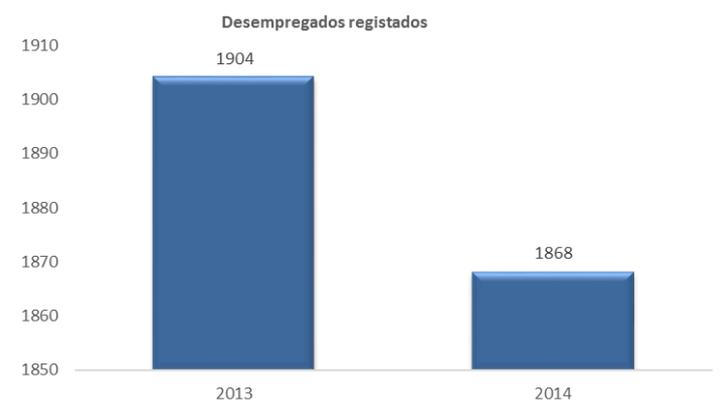
Fonte: INE – Recenseamento da População e da Habitação – Censos 2011 (atualização dos dados 13 de Fevereiro de 2014).

Relativamente aos níveis de instrução da população empregada no concelho do Fundão, constatou-se que a maioria detinha o ensino básico, o que face ao total da população residente correspondeu a 19,4%. Seguiu-se o ensino secundário com 10,8% e o superior com 7,2%.



População Desempregada

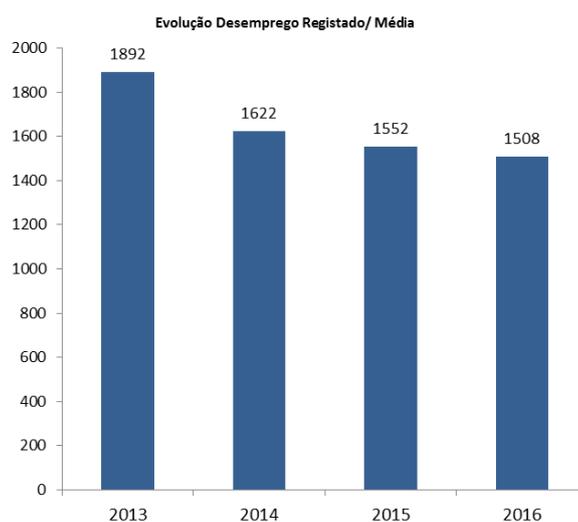
Gráfico 11: Contabilização da população desempregada



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) “Concelhos – Estatísticas Mensais”

Relativamente ao número de desempregados registados do concelho do Fundão e, de acordo com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, no fim do mês de Janeiro de 2014, estes ascendiam a um total de 1.868 indivíduos. Destes, 1.022 eram mulheres e 846 homens, correspondendo a uma taxa de variação homóloga negativa de 1,9%.

Gráfico 12: Representação gráfica da evolução do desemprego entre 2013-2016





Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Média do valor de Evolução do desemprego

Porém, se tivermos por base a média anual da população desempregada, registada entre 2013 a 2016, verifica-se, que tem vindo a ocorrer uma desaceleração, em termos de indivíduos registados no Instituto de Emprego e Formação Profissional, equivalendo a uma taxa de variação negativa na ordem dos - 20,3%.

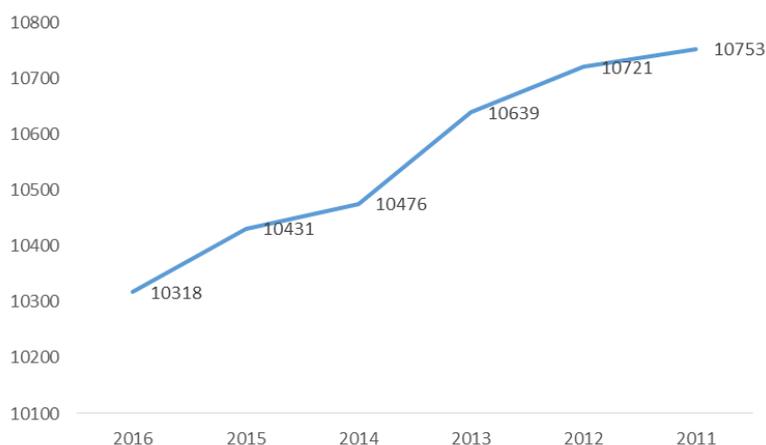
Os desempregados registados com menos de 25 anos em Janeiro de 2014, correspondiam a 207, o que comparativamente ao mesmo período do ano transato (220), equivaleu a uma taxa de variação -5,9%.

Por outro lado, o segmento dos adultos (55 e mais anos) em Janeiro de 2014 totalizavam 404 indivíduos registados, que em comparação com o mesmo período homólogo de 2013, apresentou um agravamento na ordem dos 8%.

Importa ressaltar que ao longo do tempo, tem vindo a ocorrer uma diminuição de indivíduos desempregados registados, fruto do contributo do aumento de emprego, que tem vindo a confirmar esta tendência positiva da diminuição do mesmo.

J. Pensionistas

Gráfico 13: Evolução do número de pensionistas entre 2011-2016



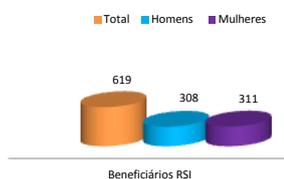
Fonte: INE - Pensionistas da segurança social (N.º) por Local de residência; Anual - Instituto de Informática, I.P. (última atualização dos dados 20 de Junho de 2017).



Relativamente aos pensionistas, verificou-se que existiam 10.318 em 2016. Contudo, se tivermos em conta o período compreendido entre 2011 e 2016, verificou-se uma taxa de variação negativa que se situou nos -0,4%, equivalendo a uma diminuição de 435 indivíduos.

K. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção

Gráfico 14: Contabilização dos cidadãos beneficiários do RSI



Fonte: Anuários Estatísticos do INE 2012.

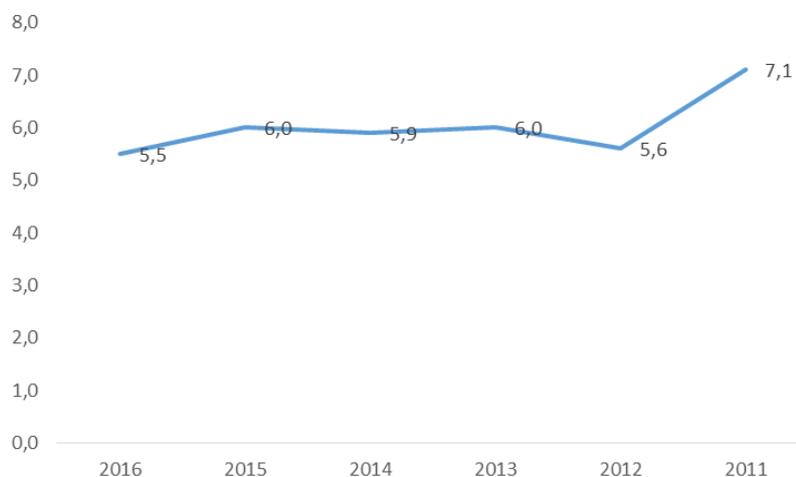
Quanto à sua evolução no período compreendido entre 2006 e 2012 a taxa de variação dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção teve um crescimento de 9%, no entanto é preciso ressaltar que este tem vindo a diminuir em termos absolutos desde 2010.

L. Taxa de Natalidade

Gráfico 15: Evolução da taxa de Natalidade entre 2011-2016



Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo



Fonte: INE, Indicadores Demográficos (última atualização dos dados, 4 de Agosto de 2017)

A taxa de natalidade é um fator bastante importante no âmbito das caracterizações demográficas, uma vez que permite conhecer a evolução da renovação de gerações ao longo do tempo. Assim, a taxa bruta de natalidade ⁽¹⁾ no concelho do Fundão no ano 2011 situava-se nos 7,1%, contudo, entre 2011 e 2016 verificou-se uma diminuição de 22,5%.

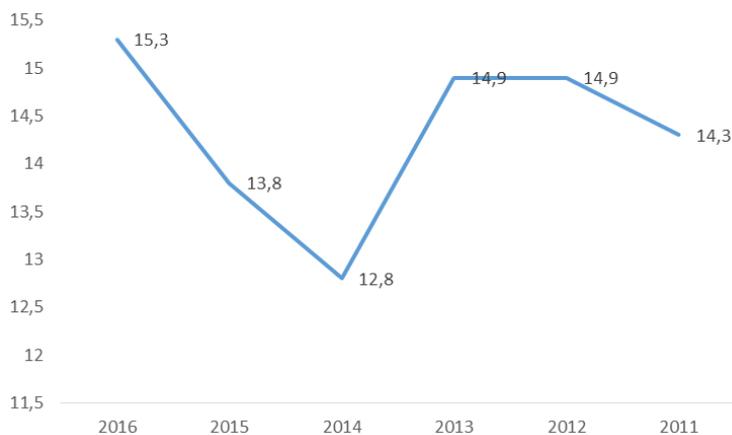
M. Taxa de Mortalidade

Gráfico 16: Evolução da taxa de mortalidade entre 2011-2016

⁽¹⁾ Por taxa bruta de natalidade entende-se o número de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^{^3}) habitantes).



Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo

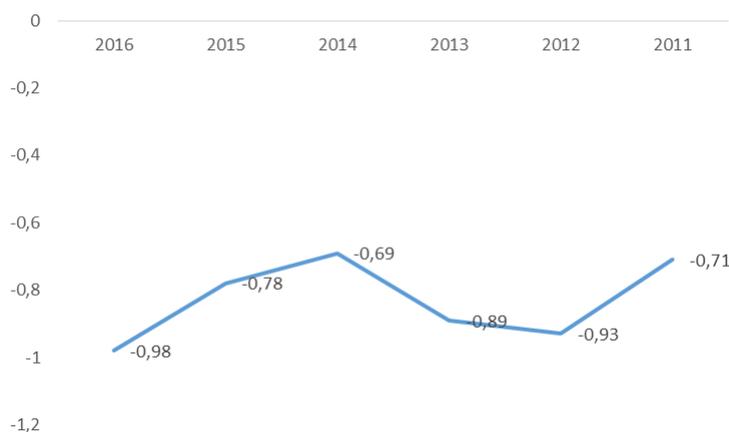


Fonte: INE, Indicadores Demográficos (última atualização dos dados, 31 Janeiro de 2018)

A taxa de mortalidade é outro dos fatores que servem de base para o aprofundamento da realidade demográfica de uma população. Entre 2011 e 2016 a mesma resultou numa taxa de variação correspondente a 6,9%.

N. Taxa de Crescimento Natural

Gráfico 17: Evolução da taxa de Crescimento Natural entre 2011-2016



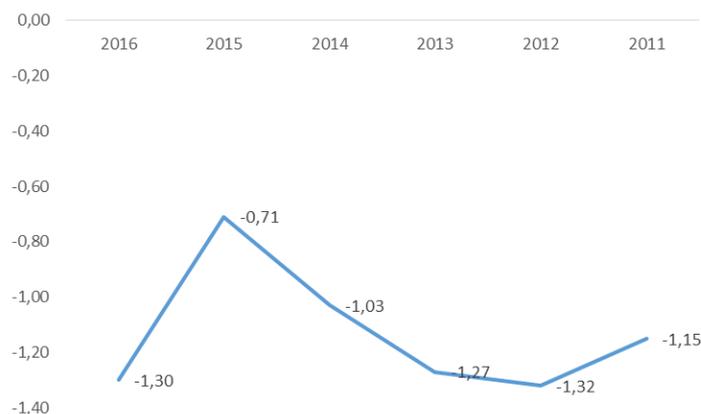
Fonte: INE, Indicadores Demográficos (última atualização dos dados, 31 de Maio de 2017)

Do cálculo da diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade obtém-se a taxa de crescimento natural. No período compreendido entre 2011-2016 a taxa de crescimento natural no concelho sofreu uma quebra na ordem dos 240%, dado que passou de -0,71% em 2011 para -0,98% em 2016.



O. Taxa de Crescimento Efetivo

Gráfico 18: Evolução da taxa de Crescimento Efetivo entre 2011-2016

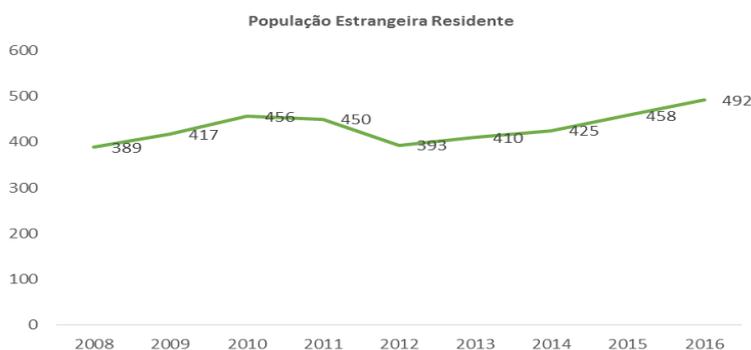


Fonte: INE, Indicadores Demográficos (última atualização dos dados, 15 de Junho de 2017)

Relativamente ao crescimento efetivo da população em 2016 a sua taxa era de -1,30%. Entre 2011 e 2016 verificou-se uma diminuição na ordem dos 360%.

P. Taxa de Crescimento Migratório

Gráfico 19: Evolução da taxa de Crescimento Migratório entre 2008-2016



Fonte: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Os movimentos da população também constituem uma parte importante da demografia, nomeadamente no atual contexto de crise económica e social em que muitos optam por procurar novas soluções para o seu percurso de vida. Nesse sentido de acordo com os dados do SEF (Serviço de

Estrangeiros e Fronteiras) em 2016 residiam no concelho do Fundão 492 indivíduos de nacionalidade estrangeira.

Gráfico 20: Evolução da taxa de mortalidade entre 2001-2016



Fonte: INE, Estimativas provisórias anuais da população residente (última atualização destes dados, 31 de Maio de 2017)

Nos últimos 5 anos (2012 a 2016) a população imigrante no concelho do Fundão, representava um peso total na ordem dos 1,8% face à população residente, correspondendo a uma taxa de variação positiva de 25,2%.

Relativamente à taxa de crescimento migratório esta sofreu uma diminuição na ordem dos -25,0% no período compreendido entre 2011-2016. Em 2011 situava-se nos -0,44% e em 2016 nos -0,33%.

Caracterização empresarial

De acordo com os dados estatísticos analisados quanto ao desenvolvimento económico e empresarial do concelho do Fundão verificou-se, que existiam 2.629⁽²⁾ empresas com sede neste município e 2.909 estabelecimentos⁽³⁾. No entanto, de acordo com o INE, o valor total de referência face ao número de empresas instaladas no concelho foi de 2.629. A nível percentual estas empresas representavam 34,8% do peso total da Cova da Beira e 1,1% da Região Centro.

⁽²⁾ O valor apresentado para o número total de empresas é referente ao ano de 2012, sendo estes os últimos dados disponíveis no INE, com atualização de 13 de Março de 2014.

⁽³⁾ O valor apresentado para o número de estabelecimentos existentes no concelho, reportam ao ano 2011 e podem ser consultados no Anuário Estatístico do INE, referente ao ano Estes estabelecimentos não possuem a sua sede no concelho do Fundão.



As empresas estavam distribuídas por 17 atividades económicas de acordo com a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE – REV. 3, 2011). Do valor total das empresas (2.629) importa referir que estas se dividiam em empresas individuais e em sociedades, sendo as primeiras que assumiam maior peso (70,5%).

Empresas por Município da Sede

Tabela 1. Empresas (N.º) do ano 2011 e 2012 por Localização geográfica, Atividade Económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Localização Geográfica - Fundão			
Tipo de Empresa	Ano 2011	Ano 2012	Taxa de Variação
Individual	1987	1854	-6,7%
Sociedade	796	775	-2,6%
Total Empresas	2783	2629	-5,5%

Em traços gerais e de acordo com os dados presentes na tabela constata-se que comparativamente ao ano 2011, em 2012 houve uma diminuição no número total de empresas existentes no concelho independentemente da sua forma jurídica na ordem dos -5,5%. Contudo, foi nas empresas de carácter individual que o decréscimo foi mais acentuado (-6,7%).

No que diz respeito às empresas individuais, as atividades económicas que mais se destacaram foram: o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (24,5%), agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (12%), alojamento, restauração e similares (10,8%), atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (8,5%) e, por fim, atividades administrativas e dos serviços de apoio (8%).

Relativamente às sociedades, as atividades económicas que sobressaíram foram: o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (28,1%), a construção (14,3%), a indústria transformadora (14,5%), as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (7,6%) e, por fim, a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (8,1%).

Em termos gerais pode dizer-se que as atividades económicas que mais se destacaram no ano 2012 face às 2.629 empresas, referidas anteriormente, independentemente da sua forma jurídica foram: o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (25,6%), a construção



(11%), a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (10,9%), o alojamento, restauração e similares (9,9%) e, por fim, as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (8,3%). Assim, relativamente ao setor de atividade destas atividades económicas o que sobressaiu foi o terciário com 43,8%, seguido do secundário com 11% e, finalmente, o primário com 10,9%.

Tabela 2. Empresas (N.º) por Localização geográfica e Escalão de pessoal ao serviço; Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Localização Geográfica – Fundão			
Escalão de Pessoal ao Serviço	Ano 2011	Ano 2012	Taxa de Variação
Menos de 10	2679	2533	-5,4%
10 – 49 Pessoas	95	86	-9,5%
50 – 249 Pessoas	9	10	11,1%
250 e + pessoas	0	0	-
Total	2783	2629	-5,5%

Tabela 3. De acordo com a tabela acima representada é possível verificar que à semelhança do ano 2011, também no ano 2012 a maior parte das empresas com sede no concelho tinham menos de 10 pessoas ao serviço (96,3%).

Localização Geográfica - Fundão			
População Empregada	Ano 2011	Ano 2012	Taxa de Variação
		7022	6631

Tabela 4. Em termos de população empregada nas empresas com sede neste município, no período compreendido entre 2011 – 2012 existiu um decréscimo na ordem dos -5,6%, o que em termos absolutos se traduz em menos 391 pessoas empregadas. Face à população residente no concelho em



Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo

2012 (28.560 habitantes) a população empregada representava 23,2% e face à população ativa ⁽⁴⁾ existente, 54,1%.

Localização Geográfica – Fundão			
Atividade Económica (Divisão CAE Rev. 3)	Pessoal ao Serviço 2011	Pessoal ao Serviço 2012	Taxa de Variação
Agricultura, Produção animal, Caça, Floresta e Pesca	510	511	0,2%
Indústria extrativa	26	23	-11,5%
Indústria Transformadora	1639	1410	-14%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, ar frio	0	0	0
Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	122	133	9%
Construção	917	768	-16,2%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1686	1571	-6,8%
Transportes e Armazenagem	271	267	-1,5%
Alojamento, Restauração e Similares	489	468	-4,3%
Atividades de Informação e Comunicação	46	50	8,7%
Atividades Imobiliárias	37	36	-2,7%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	327	306	-6,4%
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	255	468	83,5%
Educação	217	180	-17,1%
Atividades de saúde humana e apoio social	221	185	-16,3%
Atividades Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	53	0	-100%
Outras atividades de serviços	206	202	-1,9%
Total	7022	6631	-5,6%

⁽⁴⁾ O valor da população ativa usado no respetivo cálculo é de 12246. Este é o valor de referência apresentado pelos censos de 2011 e atualizado em Novembro de 2012. Foi usado este valor de referência uma vez que à presente data (Maio 2014) não existem atualizações mais recentes.



Tendo como base o mesmo período comparativo (2011 – 2012) é possível constatar, no que diz respeito às atividades económicas que integram maior número de funcionários que estas se mantêm inalteradas e são 5 num total de 17.

Assim, as atividades económicas que se destacam são: o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, a indústria transformadora, a construção, a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e por fim, o alojamento, restauração e similares.

Contudo, importa salientar que apesar de se destacarem como as atividades que integram mais pessoas ao serviço, esse indicador também diminuiu de 2011 para 2012, nomeadamente na construção (-16,2%) e na indústria extrativa (-11,5%). Vale a pena ainda destacar as atividades administrativas e dos serviços de apoio que aumentaram o número de pessoas ao serviço em 83,5%.

Em 2011 de acordo com os dados obtidos no recenseamento da população o concelho do Fundão possuía 29.213 habitantes dos quais, 10.528 pertenciam ao grupo da população empregada ⁽⁵⁾ que residia no concelho.

Se cruzarmos o indicador da população empregada, com o total da população residente e da população ativa⁽⁶⁾ no concelho, encontramos uma leitura interessante na medida em que verificamos que os pesos são distintos; ou seja, quando analisamos o peso destes indivíduos sobre o total da população residente, verificamos que correspondiam a 36%, mas se observarmos qual o peso que representavam quanto à população ativa, esse valor disparou para os 86%.

No entanto, importa ainda mencionar que independentemente de os indivíduos empregados referidos estarem a residir no concelho, nem todos exerciam a sua atividade na área de residência.

⁽⁵⁾ A análise apresentada tem como base os valores conseguidos nos censos 2011, uma vez que à presente data (maio de 2014) não existem novas atualizações, nesse sentido a relação estabelecida pode apresentar algum desfasamento face à realidade do momento.

⁽⁶⁾ Idem.



Tabela 5. Empresas das Indústrias Transformadoras por município da sede, segundo a CAE - REV. 3

Empresas das Indústrias Transformadoras por município da sede, segundo a CAE - REV. 3						
	CAE	Total 2011	%	Total 2008	%	Varição 2008/2011
10	Indústrias Alimentares	51	24,80%	53	24,2%	-3,8%
11	Indústrias de Bebidas	5	2,40%	3	1,4%	66,7%
12	Indústria do Tabaco	0	0,00%	0	0,0%	0,0%
13	Fabricação de Têxteis	6	2,90%	5	2,3%	20,0%
14	Indústria do Vestuário	14	6,80%	15	6,8%	-6,7%
16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	19	9,20%	20	9,1%	-5,0%
17	Fabricação de pasta de papel, cartão e seus artigos	0	0,00%	0	0,0%	0,0%
18	Impressão e reprodução de suportes gravados	5	2,40%	6	2,7%	-16,7%
19	Fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados	0	0,00%	0	0,0%	0,0%
20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	0	0,00%	1	0,5%	-100,0%
21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e preparações farmacêuticas	0	0,00%	0	0,0%	0,0%
22	Fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas	0	0,00%	0	0,0%	0,0%
23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	15	7,30%	19	8,7%	-21,1%
24	Indústrias metalúrgicas de base	0	0,00%	1	0,5%	-100,0%
25	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	48	23,30%	55	25,1%	-12,7%
26	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos	6	2,90%	4	1,8%	50,0%
27	Fabricação de equipamento elétrico	0	0,00%	0	0,0%	0,0%
28	Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e	2	1,00%	3	1,4%	-33,3%
29	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis	1	0,50%	1	0,5%	0,0%



Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo

30	Fabricação de outro equipamento de transporte	0	0,00%	0	0,0%	0,0%
31	Fabricação de mobiliário e de colchões	20	9,70%	25	11,4%	-20,0%
32	Outras indústrias transformadoras	6	2,90%	3	1,4%	100,0%
33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas de equipamentos	7	3,40%	4	1,8%	75,0%
Total		206	100,00%	219	100,0%	-7,6%

No período compreendido entre 2008 e 2011, as empresas, com sede no concelho, que se destacaram, independentemente da sua forma jurídica, continuaram a inserir-se nas mesmas atividades económicas, ainda que a taxa de variação em cada uma delas tenha sofrido um decréscimo no ano 2011. As indústrias transformadoras que mais se destacaram foram as do ramo alimentar, a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos e a fabricação de mobiliário e de colchões.

Tabela 6. Sociedades das Indústrias Transformadoras por município da Sede, segundo a CAE - REV. 3

Tipo de Indústria	Ano		Taxa de Variação
	2008	2011	
Indústrias Alimentares	25	27	8,0%
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras; exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	7	8	14,3%
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	24	23	-4,2%
Fabricação de mobiliário e de colchões	16	13	-18,8%

A tabela anterior mostra quais os tipos de indústrias que mais se destacaram no âmbito das indústrias transformadoras. Vale a pena salientar a taxa de variação positiva nas indústrias da madeira e da cortiça e suas obras; exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria (14,3%) e a variação negativa que ocorreu no setor da fabricação de mobiliário e colchões (18,8%).

Em 2011, as indústrias transformadoras com sede neste município tinham 1.639 funcionários em termos totais o que, comparativamente a 2008, demonstrou um decréscimo na ordem dos 13,5%. No entanto, nos anos referidos anteriormente o maior número de pessoas empregadas dizia respeito às indústrias alimentares, à fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos. No ano 2011



destacou-se ainda a fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos.

No que concerne ao volume de negócios, ou seja, o valor total das vendas de bens e serviços realizados durante o período entre 2008 e 2011, com a exclusão de IVA das empresas com sede no Fundão, correspondeu a uma taxa de variação positiva de 1%. Por outro lado, as atividades económicas que mais se destacaram em igual período foram: o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, as indústrias transformadoras e, por fim, a construção.

De acordo com os dados estatísticos em análise é possível concluir que as indústrias transformadoras se destacaram perante as restantes enquanto promotoras da atividade económica preponderante no concelho.

Assim, relativamente ao seu volume de negócios entre 2008 e 2011 as indústrias alimentares sofreram uma variação positiva de 19,4%, a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos teve um decréscimo de 29,3% e a fabricação de outros produtos minerais não metálicos sofreu um decréscimo de 6,9%.

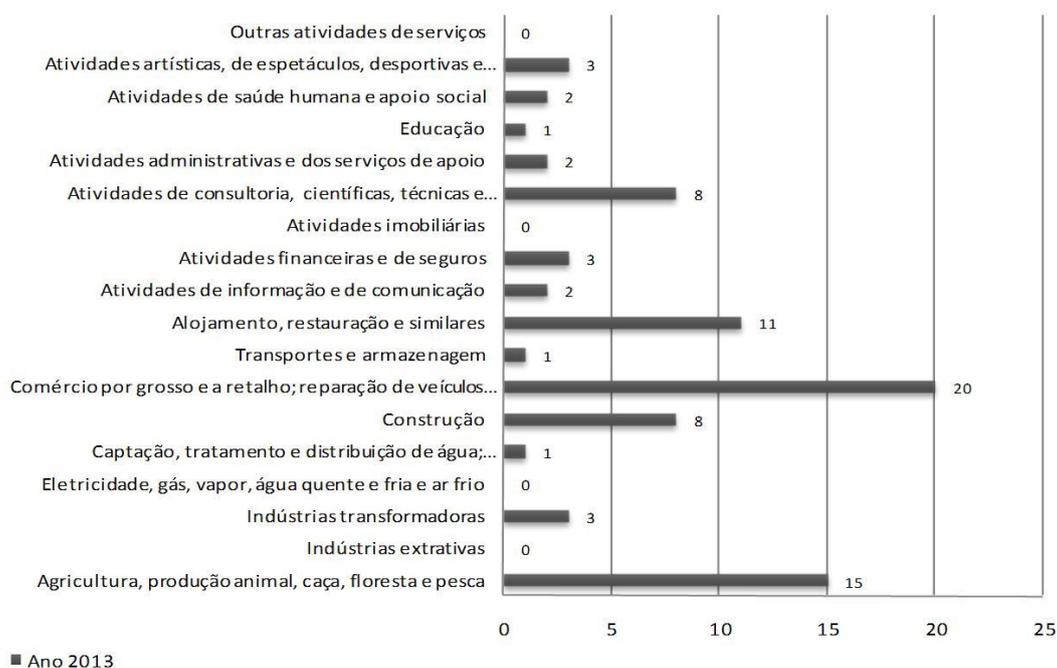
Comparativamente ao volume de negócios das empresas com sede no município do Fundão no ano 2011, o VAB (Valor Acrescentado Bruto) evidenciou-se nas indústrias transformadoras (25,1%), no comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (22,3%) e na construção (15,5%).

Em termos de VAB e no ramo das indústrias transformadoras, as que mais se destacaram foram as alimentares, a fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos e, por fim, a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos. Refere-se ainda que entre 2008 e 2011 o VAB sofreu uma taxa de variação positiva de 2,4%.



Fenómenos Empresariais

Tabela 1. Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º) por Localização geográfica (NUTS-2002) e Atividade económica (CAE Ver.3);



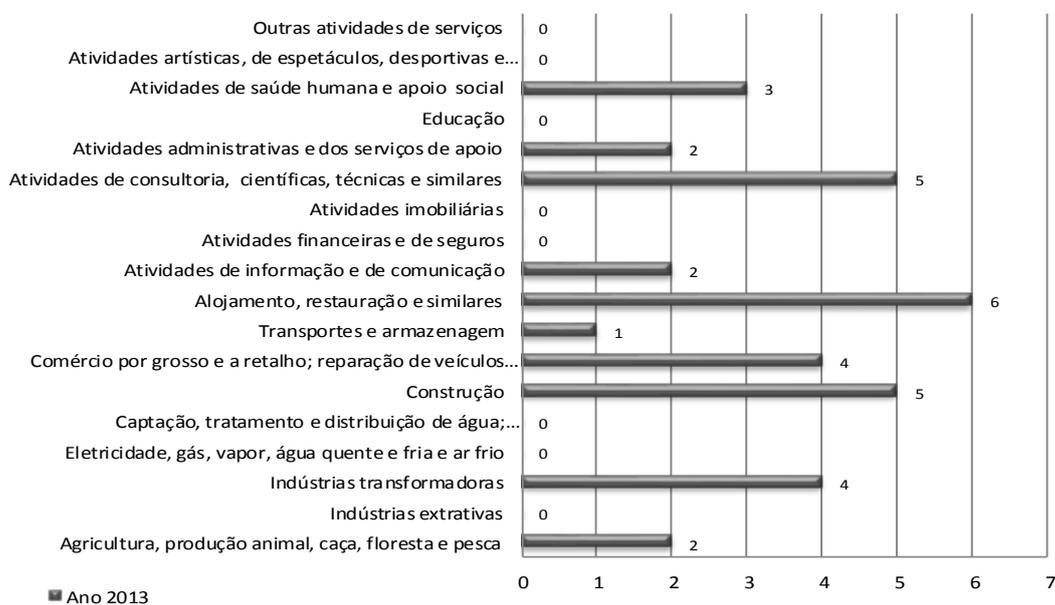
No ano 2013 no concelho do Fundão foram constituídas 80 novas empresas, nomeadamente no comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, alojamento, restauração e similares.

Comparativamente ao ano anterior (2012) verificou-se que o número de novas empresas aumentou na ordem dos 56,9%, o que em termos absolutos se traduz em mais 29 empresas.

Relativamente à constituição de novas empresas no ano 2014 (1º Trimestre) o INE referenciava dados que permitiram estabelecer uma comparação com período homólogo; ou seja, o primeiro trimestre do ano 2013. Assim, conclui-se que face ao mesmo período de 2013, foram constituídas no ano de 2014, menos 23 empresas, o que se traduz numa taxa de variação negativa na ordem dos -69,7%.



Tabela 2. Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º) por localização geográfica (NUTS-2002) e Atividade económica (CAE Ver.3);



No ano 2013 dissolveram-se 34 empresas no concelho do Fundão, particularmente nas atividades económicas nos sectores administrativos e dos serviços de apoio; atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; alojamento, restauração e similares e construção. Comparativamente ao ano anterior (2012) verificou-se que o número de dissoluções de empresas diminuiu 12,8%, o que em termos absolutos se traduz em menos 5 empresas.

Relativamente à dissolução de empresas no ano 2014 (1º Trimestre) foi possível estabelecer, com base nos dados do INE, uma comparação com o período homólogo. Assim, conclui-se que face ao mesmo período de 2013, foram dissolvidas, em 2014, mais 9 empresas, o que demonstra uma taxa de variação positiva na ordem dos + 64,3%.

Estabelecimentos por Município referentes ao ano 2011

No concelho do Fundão existiam 2.909 estabelecimentos que não possuíam aqui a sua sede. Nesse sentido, torna-se pertinente dar a conhecer as atividades económicas que mais se destacaram a nível percentual face ao total. Assim, o ramo do comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos detinham 26,8%, a construção 11% e a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, 10,1%. Curiosamente, são também estas as atividades económicas mais evidenciadas no conjunto das empresas com sede no concelho.



Das indústrias transformadoras existentes no município, verifica-se que estas eram 218. No entanto as que mais se destacaram foram as indústrias alimentares (25,2%), a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (22,5%) e ainda a fabricação de mobiliário e colchões. Curiosamente, são também estas as atividades económicas mais evidenciadas no conjunto das empresas com sede no concelho.

Os estabelecimentos que não tinham a sua sede neste concelho registavam 7.578 indivíduos ao seu serviço, nomeadamente no comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (26,4%), nas indústrias transformadoras (21,7%) e na agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas (6,8%). Só as indústrias transformadoras empregavam 1.642 indivíduos no total, particularmente no setor da indústria alimentar (20,8%), da fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (15,8%) e ainda, da fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos (14,6%).

No que diz respeito ao volume de negócios dos estabelecimentos por município, era evidente a presença das seguintes atividades económicas: comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (52,3%), indústrias transformadoras (16,6%) e construção (8,8%). Nas indústrias transformadoras o volume de negócios mais elevado era caracterizado pelas indústrias alimentares que assumiam um peso de 39% face ao total.

Tabela 1 Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o sector de atividade.

Ano 2011	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
	CAE: A-B	CAE: C - F	CAE: G - Q
Total	150	1687	2844
	4681		

No que diz respeito ao número de trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município é no setor terciário que essa presença é maioritária, estes são caracterizados a nível habilitacional pelo 1º e 3º ciclo de ensino.

Em síntese:

- O tecido empresarial do concelho do Fundão é composto não só por empresas que possuem aqui a sua sede, mas também por outros estabelecimentos nos quais a sede se encontra noutra local;



- Das atividades económicas que mais se destacaram é possível concluir que as indústrias transformadoras assumem um papel relevante no desenvolvimento económico e empresarial do concelho, a par com outras atividades, nomeadamente no setor terciário;
- Relativamente à mão-de-obra destaca-se que o número de população empregada é mais elevado no conjunto dos estabelecimentos que não têm a sua sede neste concelho por oposição às restantes empresas.
- Em 2013 e ao nível da constituição de novas empresas, destaca-se no setor primário, a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; no setor secundário, a construção e no terciário, o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; alojamento, restauração e similares e as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.
- Em 2013 e ao nível da dissolução de empresas, as atividades económicas que mais se destacam pertencem ao setor terciário e dizem respeito às atividades de saúde humana e apoio social e às atividades administrativas e dos serviços de apoio.

As Aldeias da Gardunha

A imponência natural da Serra da Gardunha não é apenas uma notável visão de granito. São belos cenários de socacos cruzados por calçadas romanas. São recantos de arvoredos seculares de onde brotam fontes de águas que todos apreciam. São tesouros medievais da Aldeia Histórica de Castelo Novo e são as feições artísticas e monumentais da Vila de Alpedrinha. É ao longo da estrada que liga Alongosta ao Souto da Casa que se avista, em Abril, o magnífico espetáculo das cerejeiras em flor, a anunciar o desabrochar do fruto que vai enrubescendo e cintilando ao longo da Primavera para ser colhido no início do Verão.

As Aldeias Históricas

Algumas regiões do interior de Portugal vivenciaram problemas de enfraquecimento gradual da sua capacidade produtiva e de envelhecimento e desertificação populacional.

A Rede das Aldeias Históricas reflete, enquanto experiência aglutinadora, um envolvimento alargado na recuperação destes aglomerados que, ao longo de séculos, perderam protagonismo tanto em termos defensivos como administrativos e que, face à instalação de novos modelos de desenvolvimento, acabaram também por perder importância económico-estratégica.

As aldeias selecionadas têm um património histórico único, sendo autênticos conjuntos monumentais que interessa preservar e valorizar.



A CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro) tem vindo a promover uma intervenção integrada neste conjunto de doze aldeias medievais, recuperando e valorizando o seu enorme património histórico e cultural, valorizando os seus produtos locais, apoiando atividades económicas, melhorando equipamentos e serviços, contribuindo para aumentar o bem-estar dos seus habitantes e atrair visitantes.

Nesta intervenção tem cada vez mais relevo um conjunto de ações imateriais inovadoras que recuperam a autoestima, os valores e as referências essenciais ao desenvolvimento sustentado e à coesão da Região Centro.

A intervenção pretende favorecer, de modo relevante, a melhoria do quadro de vida das populações e dos seus níveis de rendimento, bem como produzir um impacto, de natureza estrutural e durável na região, através de investimentos em infraestruturas, na recuperação de património, na promoção e divulgação e na animação das economias locais.

Consideram-se como **dimensões fundamentais da intervenção**:

- o desenvolvimento social e económico;
- a dinamização do potencial turístico-cultural;
- a preservação da memória através da valorização do legado histórico;
- a participação dos atores locais públicos e privados em parceria com os diferentes níveis da Administração, com vista à integração e articulação de recursos territorialmente dispersos.

História, património e identidade são valores que se conjugam e permanecem bem guardados em cada um dos doze aglomerados que constituem as Aldeias Históricas de Portugal. A consciência da importância daqueles recursos na valorização e promoção da Região Centro esteve na origem de uma intervenção que, a par de iniciativas de requalificação física, integra vertentes de dinamização socioeconómica e de regeneração de uma autoestima fragilizada.

As iniciativas de requalificação urbanística e patrimonial têm permitido demonstrar a importância do património territorial e cultural como recurso económico. A qualidade e diversidade dos investimentos, as dinâmicas de mobilização dos recursos e dos atores, tanto do sector público como do sector privado, têm tido como resultado um significativo impacto na visibilidade e notoriedade das Aldeias Históricas e de toda a Beira Interior.

Afirmaram-se como vertentes centrais, nesta estratégia de valorização, as dimensões Patrimonial, Social e Económica:



- No **domínio patrimonial** inscreveram-se ações de valorização de monumentos e dos conjuntos edificados, tendo em conta a sua integração no quotidiano das Aldeias e respondendo, em simultâneo, aos desafios da vida contemporânea, de acordo com “recomendação” relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e tradicionais, adotada pela UNESCO, em 1976.

- Na **dimensão social** instalaram-se infraestruturas básicas e fez-se reabilitação urbanística com o duplo objetivo de responder às necessidades da população residente e de contribuir para um maior equilíbrio estético e ambiental dos aglomerados, promovendo a sua valorização e afirmação no contexto de uma rede com elevado potencial turístico.

- Por fim, a **dimensão económica** surge como corolário do efeito demonstrativo das vertentes anteriores e reflete a confirmação da estratégia pela aproximação aos objetivos, inicialmente definidos. Neste domínio é de relevar a emergência do empreendedorismo de base local, com a criação de 27 novas microempresas, nas áreas do turismo em espaço rural, da gastronomia, artesanato, produtos locais e animação turística.

Todas estas iniciativas empresariais, para além de constituírem complementos importantes à reabilitação urbanística, promovida pelo investimento público, são também reflexo do potencial de diversificação existente, assumindo-se como condição essencial para a sustentabilidade global da estratégia de valorização.

O material de divulgação e promoção e as ações de animação, vertente intangível desta iniciativa de desenvolvimento, têm contribuído para a consolidação de um produto de consumo cultural, refundindo o estatuto histórico das Aldeias e afirmando, como marca, a identidade do território.

A crescente motivação cultural da atual procura turística proporciona novas oportunidades para a Beira Interior, território em que as Aldeias Históricas devem protagonizar um papel decisivo na síntese e articulação de recursos cujo valor, natural e histórico-patrimonial, é estruturante na definição de Rotas de Turismo Cultural.

São fatores de afirmação da Região Centro de Portugal a diversidade da sua matriz cultural, a riqueza do seu património e a força das suas vivências e tradições singulares. É na sua gente franca, corajosa, ativa e com forte apego à terra que a Região Centro encontra a vitalidade da iniciativa, da inovação, do bom acolhimento que a vai nutrindo e robustecendo.

A recuperação das Aldeias Históricas de Portugal teve como propósito concorrer para atenuar problemáticas reais e contribuir para vencer um dos principais desafios que o país tem enfrentado – o reforço da coesão económica e social.



Ao longo dos últimos oito anos foi-se criando e consolidando, de forma dinâmica, um conceito de Rede das Aldeias Históricas que já faz parte da nossa memória coletiva. Almeida, Belmonte, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares da Beira, Marialva, Monsanto, Piódão, Sortelha e Trancoso, são doze lugares capazes de ser amados, percebidos, valorizados e devolvidos ao nosso imaginário permitindo-nos caminhar no futuro com mais segurança. Percorrer esta rede é um desafio que nos permite fruir momentos mágicos de passeios pela história que atestam o esforço e a ambição das gentes da nossa terra.

Numa postura de balanço da intervenção na rede das aldeias históricas, cujo início remonta a 1995, com a aprovação dos primeiros projetos, denota-se a interação, entrega e o esforço de muita gente que não se cansa de produzir ideias e soluções inovadoras capazes de valorizar o quadro de vida destes aglomerados medievais e contribuir para a sua revitalização económica, social e cultural e para o reforço da coesão regional.

Num espaço muitas vezes evocado como palco de conflitos na defesa do território e da nacionalidade, o processo de recuperação encetado introduziu mais-valias que permanecerão duradouras por assentarem em referências tão densas e intemporais como a história, a monumentalidade patrimonial, em harmonia com o tecido construído, as tradições daqueles lugares e a cultura das suas gentes.

O Programa das Aldeias Históricas mobilizou, a nível local, regional e central, entidades e iniciativas complementares, que lhe conferem uma dinâmica integrada e inovadora. Um balanço da intervenção ao longo do tempo, reflete as apostas efetuadas em domínios nucleares como a valorização do património e a melhoria da qualidade de vida das populações residentes. Para Isabel Boura, *Coordenadora das Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias*, “no quadro da afirmação positiva de uma Região, as Aldeias Históricas de Portugal desenham uma rede de lugares, cujo valor é superior à mera soma das suas partes; constituem um exemplo de intervenção capaz de mobilizar vontades e recursos, latentes, em áreas similares tocadas por uma ruralidade profunda...”

A Rede

A valorização de recursos culturais tão diversificados como a paisagem, os lugares, o património construído e o referencial das culturas, tradições e atividades, bem como o envolvimento de múltiplos protagonistas, numa dinâmica local de promoção e desenvolvimento, constituíram o pano de fundo para o lançamento e consolidação do Programa das Aldeias Históricas de Portugal.

Esta iniciativa foi lançada no âmbito do II Quadro Comunitário de Apoio (1994-1999) e aprofundada durante o Quadro Comunitário de Apoio (2000-2006), onde constituiu a intervenção âncora da Ação Integrada de Base Territorial “Ações Inovadoras de Dinamização das Aldeias”.



As Aldeias Históricas de Portugal corporizam uma estratégia de desenvolvimento e valorização, do interior da Região Centro, centrada na promoção de recursos genuínos e diferenciadores como História, Cultura e Património, enquanto fatores de sustentabilidade de territórios menos competitivos em termos demográficos e económicos.

A distribuição territorialmente difusa, maioritariamente ao longo da linha de fronteira, dos doze aglomerados medievais que integram a Rede de Aldeias Históricas de Portugal, revelou-se em termos sub-regionais e regionais a maior virtualidade da intervenção, porque permitiu:

- Ampliar a escala do produto histórico, cultural e turístico, sem desvirtuar a dimensão física dos aglomerados e das atividades de cada um deles;
- Organizar uma rede que proporciona sinergias e cumplicidades, abrindo novas perspetivas de articulação, entre o rural e o urbano, assentes em princípios de complementaridade funcional;
- Integrar no circuito, que desenham, a valia de outros bens/recursos culturais, enriquecendo-o pelo acréscimo da diversidade.

As intervenções concretizadas e apoiadas pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), entre os períodos de 1994-1999 e de 2000-2008, ascendem a 44,6 milhões de euros e encerram aspetos inovadores que se prendem com:

- A valorização do património e a divulgação da herança cultural enquanto vetor fundamental da estratégia de desenvolvimento;
- O envolvimento de parcerias alargadas na definição e desenvolvimento dos projetos;
- A elaboração prévia de Planos de Aldeia, onde foram definidas as prioridades, os domínios de intervenção e a complementaridade das ações, como forma de reforçar a coerência do conjunto da rede.

3 A ALDEIA HISTÓRICA DE CASTELO NOVO

3.1 Localização Territorial

A freguesia de Castelo Novo está localizada na Cova da Beira e situa-se na encosta Sul da Serra da Gardunha, ocupando uma área de 40,51 km² que corresponde a 5,8% da superfície do concelho do Fundão.

A Serra da Gardunha localiza-se na Zona Ocidental do Sistema Central Ibérico, fazendo a divisória entre a Campina de Castelo Branco e a Cova da Beira. Situa-se na Beira Baixa, no Maciço de Entre o Douro e Tejo e Entre-Os-Rios Pônsul e Zêzere. Nela nasce o rio Ocreza, um dos afluentes do Tejo.

A Serra da Gardunha é também conhecida por *Guardunha* (palavra árabe que significa “refúgio”). Tem 20 km de comprimento e 10 km de largura, atingindo os 1.227 metros de altura e faz a divisória entre o concelho de Castelo Branco e do Fundão.



Figura 6: Localização Territorial da Aldeia Histórica de Castelo Novo

A localização e a orografia conferem à região um clima de feição continental, de invernos frios e verões quentes. Esta é limitada a Norte pela freguesia de Alcongosta, a Nordeste Alpedrinha, a Este pela União de freguesias de Póvoa da Atalaia e Atalaia do Campo, a Sudeste pela freguesia da Lardosa (concelho de Castelo Branco), a Sul pela Soalheira, a Oeste pelas freguesias de Louriçal do Campo e São Vicente da Beira (ambas do concelho de Castelo Branco), e a Noroeste pela freguesia do Souto da Casa.

Situada a apenas 2 km do nó de acesso à A23, e à EN18, Castelo Novo dispõe de excelentes condições de acessibilidade rodoviária. Dista 14 km da sede de concelho, Fundão, e 7 km de Alpedrinha e Póvoa da Atalaia, 7,6 km da Atalaia do Campo, e 8,5 km da Soalheira. A 4,5 km a Sudeste da aldeia, localiza-se a estação de caminho-de-ferro, interface ferroviário da linha da Beira Baixa. O transporte de passageiros é assegurado pelo serviço regional e Inter-regional. É também estação de mercadorias.

3.2 A origem e evolução histórica de Castelo Novo

É em plena Serra da Gardunha que se encontra a aldeia de Castelo Novo e que detém um dos núcleos patrimoniais mais relevantes do concelho do Fundão e da Beira Interior, integrando ainda a rede das



“Aldeias Históricas de Portugal”. Recebeu foral de D. Manuel I em 1510 e foi concelho até 1835, data a partir da qual foi incorporado no de Alpedrinha e, em 1855, juntamente com este último, no concelho do Fundão.

A povoação atingiu o seu número máximo de habitantes em 1940, com 1.304 habitantes para 438 fogos. Castelo Novo chegou a ser um centro com certa importância regional e com movimento turístico, devido à exploração das águas termais do Alardo, com um hotel, jornal e uma fábrica têxtil.

Desde tempos recuados que Castelo Novo terá sido local privilegiado para a fixação de população, devido às preocupações defensivas e de posicionamento estratégico para o controlo da paisagem envolvente. Exemplos disso serão os povoados Pré-históricos da Penha e Castelo Velho. O primeiro terá sido posteriormente utilizado com local de culto cristão. Já o castro de Castelo Velho terá estado na origem do topónimo da aldeia histórica, quando foi construído o novo castelo, que até então era conhecida como *Alpreada*.

Significativos seriam também os núcleos de ocupação de época romana, que proliferam nas imediações de Castelo Novo. Trata-se sobretudo de pequenos casais e quintas que se desenvolveriam em torno de uma estação romana de maiores dimensões, que se localiza na Quinta do Ervedal, na qual neste momento, e desde 2007, estão a ser realizadas escavações arqueológicas de dois complexos termais, que terão sido ocupados desde meados do século I até pelo menos ao século IV da nossa Era.

A povoação, designada primitivamente por *Alpreada*, teve foral antigo, concedido 1202 a D. Pedro Guterres e sua esposa. A atribuição deste foi fundamental para povoar a região e manter as fronteiras, dada a instabilidade com o Reino de Leão.

Posteriormente, D. Pedro Guterres terá doado à Ordem do Templo (1205) parte dos seus bens que possuía em Castelo Novo. Estes bens seriam posteriormente incorporados pela coroa, com a criação da Ordem de Cristo (séc. XIV).

Os elementos patrimoniais proliferam pela aldeia e espelham a influência e importância que Castelo Novo teve, sobretudo na época Medieval e Moderna.

Um dos vestígios de ocupação mais antigos identificados seria a lagariça, classificada de imóvel de Interesse Municipal, que constitui um símbolo da solidariedade comunitária tendo sido utilizada (com grande probabilidade) desde a antiguidade tardia como lagar de vinhos. Teria duas pias, uma para a pisa outra para a recolha do mosto e escadas de acesso.

No século XIII é edificado o castelo, sobre um cerro granítico, delimitado por uma muralha irregular de planta ovalada, e com uma torre de menagem com características de uma edificação românica e uma



torre sineira, introduzida em meados do séc. XV. Apresenta um conjunto de características resultantes de acrescentos, reconstruções e alterações. No reinado de D. Manuel I foi remodelado (1510). Já as Memórias Paroquiais de 1758 dão conta do estado de ruína do castelo. No século XX o castelo terá sofrido obras de restauro e entre 2002 e 2004 foram efetuadas escavações arqueológicas. No edifício dos Paços do concelho funcionou outrora a Câmara e Tribunal e no piso inferior a cadeia. Em 1510, D. Manuel I mandou esculpir no edifício as armas reais, a cruz de Cristo e a esfera armilar. Posteriormente foi utilizado como escola (séc. XIX).

Adossado a este edifício está o Chafariz de D. João V: fontanário de 3 bicas, construído no séc. XVIII, durante o reinado de D. João V. Ostenta o brasão desse monarca.

No centro do largo, o Pelourinho: símbolo da Jurisdição da administração da justiça foi construído no séc. XVI, ao estilo manuelino. Tem esfera armilar, cruz de Cristo e escudo régio. Conserva ainda 4 ganchos em ferro. Foi classificado como Imóvel de Interesse Público.

Quanto à arquitetura religiosa, a aldeia dispõe da Igreja Matriz (séc. XVII), Igreja da Misericórdia (séc. XVII) e 3 Capelas (Capela de Sto. António, séc. XVI; Capela de S Brás, séc. XVI; Capela de Santa Ana, séc. XVII).

As ruas descrevem traçados sinuosos, característicos da malha urbana medieval. Com as tradicionais casas em granito e com o típico balcão.

A arquitetura nobre que se desenvolveu a partir do séc. XVI subsiste nos exemplares de Solares e casas senhoriais, tais como, o Solar dos Gamboas, o Solar da família Falcão, o Solar Sampaio Roquete, o Solar Correia Sampaio e a Casa da Comenda.

É ainda possível observar o decorrer dos tempos nas inúmeras modificações e influências na arquitetura, sobretudo do período Manuelino e Barroco.

A estrutura de ocupação do espaço é assim caracteristicamente medieval, sendo significativas as intervenções do período Manuelino (Séc. XVI) e Barroco (séc. XVIII), estas impressivamente associadas à imagem patrimonial de Castelo Novo.

De modo geral, têm sido respeitadas as características intrínsecas da aldeia, não apresentando elementos descaracterizadores relevantes.

Dada a monumentalidade e relevo do conjunto patrimonial referido, com vista à manutenção da sua integridade, preservação e salvaguarda, considerou-se fundamental proceder-se à classificação como Imóvel de Interesse Municipal.



Orago: Nossa Senhora das Graças

População: Cerca de 380 habitantes

Festas e Romarias:

Festa em Honra de S. Brás (1o Domingo de Fevereiro)

Festa de Nossa Senhora da Serra (2a Feira seguinte a Páscoa)

Festa de Nossa Senhora da Misericórdia (1o fim de semana de Setembro)

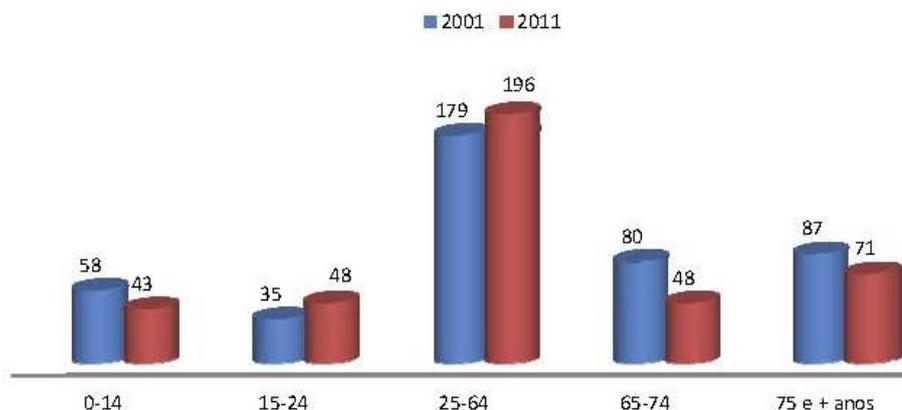
Festa de Santa Ana e São Joaquim (em Setembro)

3.3 Indicadores demográficos e de desenvolvimento da freguesia

No que diz respeito à **densidade populacional** em 2011 existiam 10 indivíduos por km² na freguesia de Castelo Novo, o que comparativamente a 2001 revelou um decréscimo na ordem dos 8,3%.

A presente freguesia era composta por 406 habitantes, menos 33 do que em 2001 o que se traduziu numa taxa de variação populacional negativa na ordem dos 7,5%. Destes 406 habitantes, 194 eram homens e 212 mulheres, o que comparativamente a 2001 resultou numa diminuição do género masculino (8,9%) e do feminino (6,2%).

Gráfico 21: Distribuição da População por faixa etária



Fonte: INE – Recenseamento da População e da Habitação (última atualização dos dados 20 de Novembro de 2012).



No período compreendido entre 2001 e 2011 de uma forma geral, as faixas etárias que mais se destacaram face à sua variação negativa foram as seguintes: 65-74 anos (40%) e 0-14 (25,9%). Em sentido inverso, destacou-se a faixa etária dos 15-24 anos (37,1%).

Relativamente ao estado civil em 2011, a população residente encontrava-se dividida da seguinte forma: 142 indivíduos solteiros, 211 indivíduos casados, 43 indivíduos viúvos e 10 indivíduos divorciados.

Todavia, embora o número de indivíduos casados fosse maioritário face aos restantes estados civis (52%), de acordo com os dados consultados acerca do número de casamentos realizados entre 2001 e 2011 no portal do INE, verificou-se uma tendência decrescente na ordem dos 16,3%. Em sentido oposto encontrava-se a taxa de variação relativa aos divórcios, que no mesmo período se situou nos 100% positivos.

Passando à caracterização das famílias e de acordo com o INE à data do último recenseamento da população, a dimensão média das famílias clássicas era de 2,59.

Neste mesmo período (2011), faziam parte da população em idade ativa 158 habitantes, designadamente 83 homens e 75 mulheres, o que comparativamente a 2001 evidenciou um crescimento de 25,9%.

3.4 Atividades Económicas

Agricultura

Castelo Novo é uma freguesia essencialmente rural, sendo outrora a agricultura a principal atividade de subsistência - atualmente ainda tem alguma expressão assentando em pequenas unidades de tipo familiar, com uma forte componente de autoconsumo. A exploração da terra sempre se fez em regime de policultura com predomínio de: batata, feijão, milho e algum centeio. Podem ainda verificar-se uma área considerável de olival, souto e pomares. Na pecuária destaca-se a criação de gado ovino e caprino e algum bovino.

Indústria

A localização geográfica de Castelo Novo, junto das ribeiras de Gualdim e *Alpreada*, estas duas linhas de água constituíram os eixos de uma antiga indústria rural de moenda de cereais e azeitona, onde ainda se podem observar vestígios de azenhas, moinhos e lagares. A ribeira de *Alpreada*, no seu curso junto a povoação, conheceu durante o século XIX uma significativa indústria de lanifícios; a antiga fábrica encontra-se agora em ruínas.



No limite oeste da povoação, na vertente da serra, nascem as "Águas do Alardo", em 1921 o Professor Charles Lepierre classificou-as com hipossalinas radioativas. Ascensão Contreiras refere a este propósito, no manual Hidrológico de Portugal 1951, o seguinte: "como são mineralizadas as propriedades são benéficas para tratamentos dos rins, diabetes e afecções hepáticas".

Desde então, foram muitos os forasteiros que se deslocavam a aldeia para usufruir desta maravilhosa água chegando-se mesmo a construir um hotel para albergar todos os curiosos que se dirigiam a aldeia. Em 1922 a sua exploração e comercialização foi autorizada. Posteriormente, o desenvolvimento desta indústria passou por fases difíceis, tendo passado por diversas metamorfoses.

3.5 Imóveis Classificados e em vias de classificação

Na freguesia de Castelo Novo, encontram-se classificados, em vias de classificação e enquadrados com proteção jurídica os seguintes bens patrimoniais, representados na Figura 7.

- 1. Pelourinho de Castelo Novo** – Classificado como Imóvel de Interesse Público [IIP], Decreto n.º 23122, DG, I Série N.º 231, de 11-10-1933.
- 2. Lagareta em Castelo Novo** – Classificado como Imóvel de Interesse Municipal [IM], Decreto n.º 67/97, DR, I Série-B, n.º 301, de 31-12-1997.
- 3. Via Antigas em Alpedrinha e Castelo Novo** – Em vias de classificação como Imóvel de Interesse Público [IIP], Despacho de 27-02-1991.
- 4. Aldeia de Castelo Novo – em vias de classificação como CIP – conjunto de interesse público** - Abertura de novo procedimento de classificação da Aldeia de Castelo Novo sobre proposta da Direção Regional da Cultura do Centro, que mereceu concordância da DGPC (Direção-Geral do Património Cultural, a intenção de classificação como Conjunto de Interesse Público (CIP) da Zona Histórica de Alpedrinha, e a fixação da respetiva zona especial de proteção **(Anúncio n.º 289/2014, DR, 2.ª série, n.º 236, de 5-12-2014; (Edital n.º 154/2019, DR, 2.ª série, n.º 175, de 12-09-2019))**
- 5. Ruínas Romanas da Quinta do Ervedal** - Em vias de classificação como SIP (Sítio de Interesse Público) **(Edital n.º 220/2019, DR, 2.ª série, n.º 243, de 18-12-2019)**

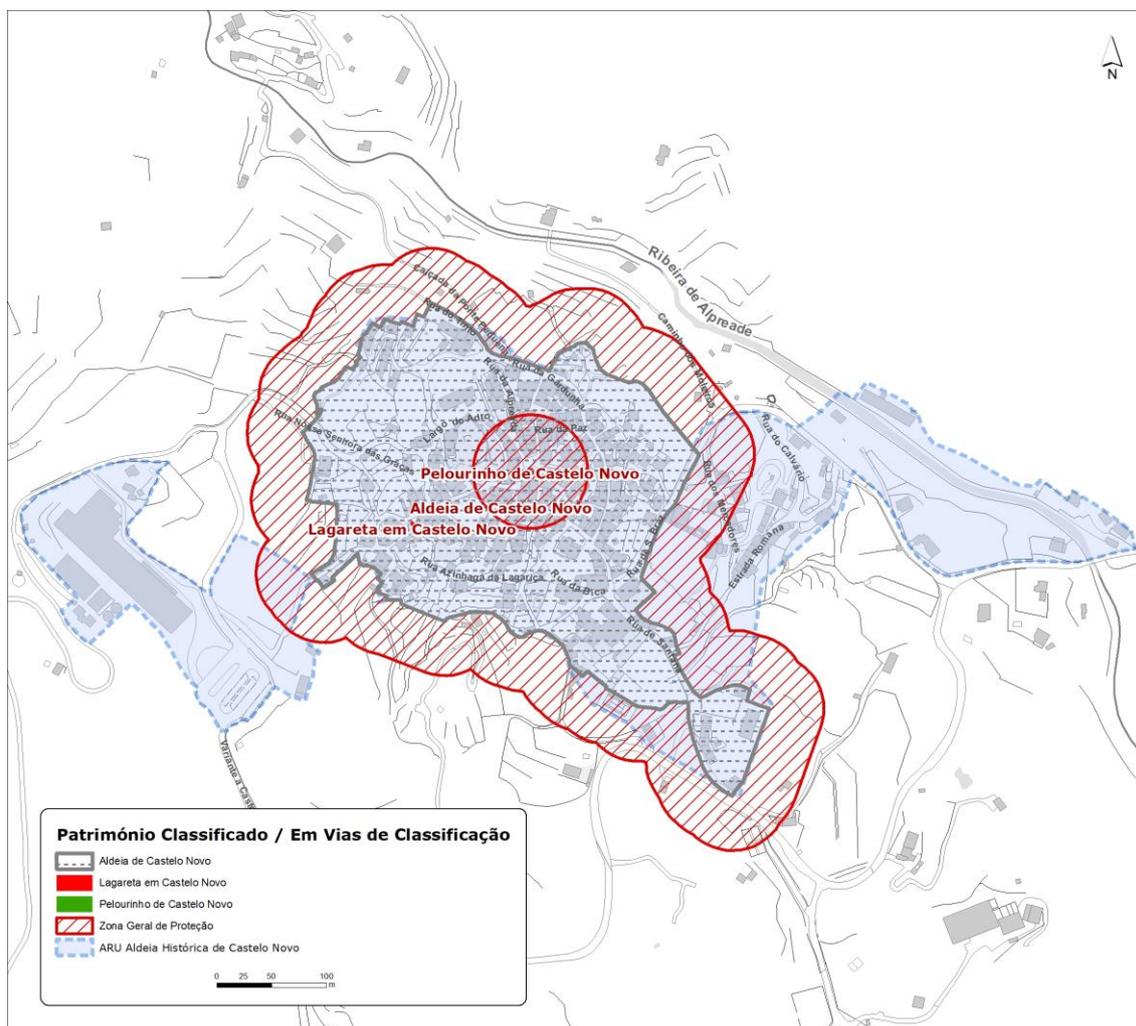


Figura 7: Representação da localização do Património Classificado/Em vias de Classificação na Aldeia Histórica de Castelo Novo

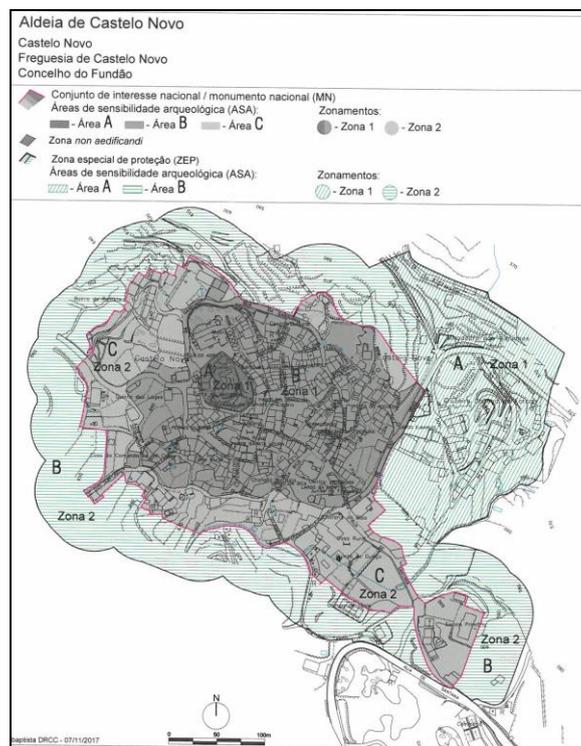


Figura 8: Proposta de delimitação de ZEP – Zona Especial de Proteção

3.6 Arquitetura Religiosa

1. **Igreja da Misericórdia** – Situa-se no terreiro da Misericórdia, construção do século XVII, apresenta influência maneirista, conquanto tenha sofrido obras de restauro já no século XX. Em meados do século XVII, terá funcionado, adossado ao edifício da Igreja, um hospital. Este templo apresenta uma arquitetura simples e vernacular.

Apresenta planta longitudinal, composta por nave, capela-mor mais estreita e baixa, e sacristia adossada à fachada lateral direita. Na fachada principal, rematada por fogaréus e cruz central, destaca-se o portal em arco abatido ornamentado encimado por novo arco do mesmo tipo, e sobreposto do janelão do coro-alto. Possui um retábulo de talha dourada policroma, tardo-barroco, com tribuna central e trono, ladeada de colunas e fuste liso, arco triunfal de volta perfeita, e um púlpito, suportado por mísula em pedra granítica.

2. **Igreja Matriz** (ou Igreja de Nossa Senhora da Graça) – Embora remonte ao período medieval, foi totalmente reconstruída no século XVIII (1732). Dedicada a Nossa Senhora da Graça, é um exemplar de arquitetura religiosa, localizado no largo do Adro.



Templo amplo e proporcionado, de planta retangular, apresenta nave única e capela-mor mais baixa e estreita, destacando-se no interior o retábulo-mor, de talha dourada com marmoreados, tribuna central e trono, rococó, bem como retábulos colaterais e laterais, também em talha, sendo que o património integrado se insere no tardo-barroco. Registam-se também o arco triunfal, de volta perfeita e imposta saliente, em pedra granítica, os dois púlpitos e o coro-alto.

3. Capela de Santo António – Datada do século XVI, localiza-se na rua de Santo António, próximo dos antigos Paços do Concelho. De fundação antiga, construída em forte granito aparelhado, é digno de referência o seu campanário de excelente arquitetura beiroa. Capela de planta longitudinal, de uma só nave, com cobertura de madeira em masseira, no interior, pequeno campanário, mais tardio, e sineira. Na fachada principal, de remate em empena, destaca-se o portal, em arco de volta perfeita assente em impostas salientes, e a pequena sineira à direita.

4. Capela de São Brás – Templo seiscentista, sofreu influência manuelina e maneirista. Extremamente arruinado, de elegante nave. Encontra-se junto ao ramal que liga Castelo Novo a EN18. Realizou-se aqui em tempos grande festividade em louvor do mártir. Nos seus primórdios, pertenceu à Ordem dos Templários. Trata-se de uma capela de planta longitudinal, com nave e capela-mor. A fachada principal, em empena baixa, integra um portal de volta perfeita, com moldura de cantaria localizada sobre estação romana.

5. Capela de Santa Ana – Remonta ao Século XVI/ XVII, situada perto da escola na Rua de Santana. Capela de planta longitudinal simples, com cobertura, interior, de madeira em masseira, sineira, campanário e retábulo de talha dourada. Fachada principal com remate em empena, com portal em arco de volta perfeita, encimado por janela de perfil curvo, e pequena sineira ao lado direito, que possui um retábulo de estrutura rococó, com tribuna coroada por frontão interrompido e espaldar com resplendor.

6. Capela de Nossa Senhora do Martírio – De que resta apenas um barracão. Crê-se ter aqui existido uma capela mandada construir pelos Templários no séc. XII.

7. Capela de Nossa Senhora da Gruta ou Castro da Senhora da Penha – Também conhecida como Capela de Nossa Senhora da Serra. Estrutura habitacional e de defesa onde foi encontrada uma imagem de granito de Nossa Senhora com o Menino Jesus ao colo. É apenas uma gruta escavada na rocha, ao abrigo do Cabeço da Penha, no alto da Serra da Gardunha, que chegou a ter ermitão. Cronologia: Idade do bronze, séculos XVII, XVIII e XIX. Referido como tal por Martins Sarmiento na sua «Expedição Científica à Serra da Estrela» em 1881, foi aí encontrada, recentemente, uma raspadeira, pertencente ao período Neo-Calcolítico (?). Também foi detectada cerâmica, atribuível à Idade do Bronze. Possui um abrigo, oportunamente cristianizado e transformado em capela. Aliás, o espaço castrejo comportou mais um

templo cristão e casa do ermitão, constituindo, mesmo, um dos santuários mais frequentados de toda a região, durante os séculos XVII, XVIII e XIX. Ainda é possível reconhecer alguns alinhamentos de pedra, que talvez possam corresponder ao sistema defensivo do castro.

8. Capela de Nossa Senhora do Mosteiro – A dois quilómetros de Castelo Novo, para nascente, já perto da Estrada Nacional, pensa-se ter existido, até 1711, uma capela fundada pelos Templários no século XIII, de invocação a Nossa Senhora do Mosteiro.

Crê-se ser hoje um barracão sem características de templo, cuja cruz existe hoje na Quinta do Alardo.

9. Cruzeiro – À semelhança do que se fez em todo o país, também em Castelo Novo se edificou em 1940 um cruzeiro de comemoração do III Centenário da Restauração e o VII da Independência Nacional, erigindo um padrão comemorativo das duas datas heróicas.

Tem por base uma plataforma com três degraus, no centro dos quais nasce a coluna encimada por uma cruz sobre capitel de quatro fazes, onde tem gravada a seguinte inscrição:

10. Lápide das Alminhas – Trata-se de um marco que atesta a fé das gentes de Castelo Novo e é um monumento bem enquadrado na valorização do património artístico da terra. A sua construção é recente e está ligado ao nome do Padre Joaquim Nunes Ribeiro.



Figura 9: Mapa de localização da arquitetura religiosa

LEONOR Correia da Silva de Sampaio e seu marido, Eng.º José Maria Ferreira Roquete, filho de José Ferreira Roquete, 2º barão de Salvaterra de Magos. Imóvel de planta retangular, construído no século



XIX ou XX. Solar de planta retangular, com dois pisos e teto em madeira. Janelas de guilhotina, de canto e com floreira, vãos de lintéis retos com cantos curvos em pedra granítica, formando moldura, remates em cornija e dois alpendres, com balcão. Possui dois registos de azulejos com simbologia mariana.

2. Casa Correia Sampaio – Solar da Quinta do Ouriço, de arquitetura barroca, edificado no século XVIII, e cujo proprietário, em 1870, recebeu o título de Visconde de Castelo Novo. Casa brasonada de grandes dimensões, com três pisos, estruturados a partir de um pátio aberto, e vãos de perfil retilíneo. Capela adossada, caracterizada por coro-alto e retábulo de talha dourada, cuja entrada se encontra na fachada principal da casa.

3. Casa da Família Falcão – Também conhecida como Casa do Visconde de Trancoso, Casa de Silvestre Leitão, Solar de D. Silvestre ou Solar da Duquesa de Pozem, habitação senhorial construída em 1616, século XVII, de características maneiristas, e considerada o mais belo edifício de Castelo Novo, visto que respeita a estrutura arquitetónica típica das edificações senhoriais da Beira Baixa. Possui uma varanda alpendrada, com curiosa guarda de balcão em lajeado, de tradição popular, mas com eruditas colunas, como também o é a janela geminada no cunhal do “andar nobre”, com cachorros na sacada e grade em ferro forjado, que se destaca pelo cuidado no “molduramento” dos vãos, em oposição às cantarias das outras portas e janelas. Foi mandada edificar por Silvestre Francisco Leitão, Alcaide-mor de Castelo Novo, sobre um edifício anterior, pois uma das alas correspondia à antiga prisão. No século XIX, pertencia ao Visconde de Trancoso, Bartolomeu da Costa Macedo Giraldes Barba de Menezes, e no início do século XX, passou então para a Família Falcão.

4. Casa de São Mateus – Datável do século XVII, localiza-se na rua de Nossa Senhora das Graças, nº 7, e insere-se na arquitetura maneirista. Caracteriza-se pela fachada principal ser do tipo “edifício muro”.

5. Casa da Família Gamboa – De arquitetura maneirista é datável do século XVIII (1716), altura que a família Gamboa se radica em Castelo Novo, pelo casamento de D. Catarina Maria de Gamboa Pinto com o castelonovense Capitão José Morais da Cunha, oriundo de Castelo Novo. De planta regular, evolui em dois ou três pisos, adaptando-se ao declínio do terreno. Apresenta fachada principal delimitada por cunhais apilastrados graníticos, vãos com lintéis retos e molduras de cantaria, e janela de sacada sobre a porta principal, que dá acesso a um balcão lajeado que vence o desnível por degraus.

6. Antiga Casa da Comenda / Casa da Cerca ou Casa do Alardo – Arquitetura civil residencial, manuelina e maneirista. Edificada no século XVI, e adquirida pelos atuais proprietários no século XIX, após a extinção das Ordens Religiosas. Localizada na zona onde se situaria o Castelo Velho e onde se inicia a Quinta do Alardo, miradouro ideal de Castelo Novo. Casa de pedra com aparelho isódomo, planta retangular, composta por dois e três pisos, devido ao desnível do terreno. Vãos retilíneos, com



molduras de cantaria, e janelas com parapeito saliente em cornija, de sacada ou em volta perfeita. A sua estrutura parece efetivamente adaptar-se a conceitos defensivos, o que nos transporta para uma época anterior, conquanto no interior existam vão e nichos quinhentistas e, no exterior, vãos com moldura em meia cana. Atualmente encontra-se em estado avançado de ruína.

7. Casa D. Luís de José Correia – Arquitetura civil residencial, vernácula, edificada nos finais do século XIX / inícios do século XX. Edifício de planta retangular, com dois pisos e corpo secundário adossado. Fachada principal limitada por duas pilastras. Vãos retilíneos com moldura de cantaria, janelas horizontais, de duas folhas com bandeira, de sacada com bandeira e guarda em ferro forjado, e remate em cornija, no edifício principal, e em beiral, no corpo secundário. Acesso ao interior por escadaria.

8. Pelourinho – Em 1510, D. Manuel concede carta de foral, altura em que, provavelmente, terá sido erigido o pelourinho. Localizado na Praça em frente aos Antigos Paços do Concelho, diz-se que é um dos mais curiosos do distrito. Classificado como Imóvel de Interesse Público por Dec.23122, de 11.10.1933, do século XVI, corresponde a um pelourinho manuelino de pinha piramidal, tipo heráldico, decorado com meias esferas e motivos vegetalistas estilizados, ainda com os ferros de sujeição. Possui seis degraus octogonais, coluna sem base, fuste octogonal de superfície plana e com peça cilíndrica decorada com esferas armilares. O fuste, octogonal até meio e, daí para cima cilíndrico com estrias espiraladas ornamentadas com botões. O capitel, com botões e flores (que parecem de Liz), é encimado por pinha com 4 escudos. Conserva ainda 4 ganchos de ferro com cabeça de serpente e na coluna há orifícios com restos de ferro chumbado que denunciam terem existido ali correntes.

9. Casa da Câmara ou Antigos Paços do Concelho – Situa-se na Praça dos Paços do Concelho, frente ao solar da família Gamboa. Terão sido mandados edificar por D. Dinis em 1290, mas foram reconstruídos no reinado de D. Manuel, no século XVI, altura em que foram esculpidas na fachada principal as armas reais. Sólida construção de traça românica, possui planta longitudinal, cuja fachada principal voltada para a praça. O edifício é constituído por dois pisos, definidos por balcão com acesso por escadaria exterior, com arcadas no inferior, compostas por dois arcos de volta perfeita e um arco quebrado, prolongando em abóbada de berço. Os restantes vãos são de lintel reto. A meio da frontaria encontra-se incrustado um chafariz de 3 bicas e gosto apurado, no alto do qual se vêem as armas de D. João V (Cruz de Cristo e esfera armilar), manuelinas, esculpidas em alto-relevo no granito.

O piso inferior era ocupado por uma cadeia, enquanto a câmara ficava no piso superior. Com a extinção do concelho, foi ocupado por uma escola, sendo depois recuperado para novos usos. No piso inferior deste edifício situa-se, atualmente, o núcleo museológico de Castelo Novo que acolhe todos os materiais procedentes das escavações que se efetuaram no Castelo.



10. Lagareta – Construída possivelmente no século VII-VIII, de arquitetura civil agrícola, trata-se de um património relevante em termos de organização social e comunitária da aldeia. Parece ser uma das raras peças do género que ainda se conservam, sendo possivelmente um dos raros elementos do género existentes em Portugal. Monumento em forma de selha, enorme (4m x 3m), utilizado na pisa da uva, constitui um símbolo do comunitarismo e associativismo que caracterizava as primitivas populações.

Localizada na Azenha da Lagariça, é uma construção escavada na rocha granítica, com acesso pelas escadas escavadas no afloramento granítico e, por sua vez, também escavada no morro de granito com a forma de duas conchas, respetivamente de planta circular e retangular.

11. Forca – Situada num local chamado cabeça da forca, é constituída por rochedos de forma irregular, que constituem uma espécie de plataforma em cuja base se encontram esculpidas duas caveiras e várias tíbias.

12. Vias Antigas de Alpedrinha e de Castelo Novo – Arquitetura civil de equipamento, romana e medieval, datam os séculos I / IV / VIII / XII / XIV / XV. Pensa-se que as calçadas terão sido construídas entre os séculos I e IV e a ponte entre os séculos VIII e XII. Entre os séculos XIV e XV, ter-se-á, à partida, efectuado obras de reconstrução ou reaproveitamento das calçadas, ligando Alpedrinha e Castelo Novo a outras povoações dos arredores, como é o caso de Alcongosta e Soalheira. Conjunto de seis vias, com uma extensão descontínua, somando um total de 765 metros. Pavimento em blocos de granito alinhados lateralmente e com configuração irregular na faixa de rodagem. Em vias de classificação (imóvel de interesse público).

13. Achados Arqueológicos/ Escavações Arqueológicas - No limiar da fase de implantação das intervenções previstas para Castelo Novo, no âmbito do “Programa de Recuperação das Aldeias Históricas”, resolveu a Câmara Municipal do Fundão proceder, previamente, a escavações arqueológicas na envolvente do Castelo daquela freguesia. Já foram encontradas peças de cerâmica do século XV-XVI e *Cetis* da mesma época. Em outros locais da aldeia foram também perçecionados vestígios da época romana.

14. A Quinta do Ervedal, remota à Idade do Bronze Final, 2ª metade do século VIII a.C. – Período Romano, era um depósito de fundidor, núcleo habitacional/ Vicus.. Estação que abrange uma grande área, cerca de 10 hectares, e da qual foi exumada vasta quantidade de materiais, de construção, cerâmica comum, tessellae, pesos de tear, mós manuais, vidros, moedas, objetos metálicos, escória de cobre, estanho e ferro e duas lagariças na rocha. Apareceram também, 43 peças de bronze, correspondentes a machados de talão, um dos quais com duas argolas (braceletes) de bronze, a machados de apêndice, punhal e espada tipo língua de carpa. Para além do já mencionado, de referir,

O Castelo corresponde a um dos castelos da raia, de influência gótica e manuelina, com planta longitudinal irregular, localizado num outeiro, tendo a cidadela em duas portas. Uma das portas é em arco apontado em cantaria granítica, para o exterior, e arco abatido para o interior, ladeada por duas torres, uma destas do tipo cubelo, sobre a qual se mantêm os mata-cães, e a outra, em arco de volta perfeita em cantaria granítica. Torre sineira e de menagem, ambas de planta quadrangular.

Implantado a 650 m de altitude, constitui um ponto evidente de organização do povoado. Foi em torno do castelo que se desenvolveu a povoação que apresenta uma malha urbana tipicamente medieval com ruas estreitas que acompanham o relevo da zona. Os acessos, a este, são feitos através da Rua do Castelo, Rua da Torre de Menagem e Largo do Adro.

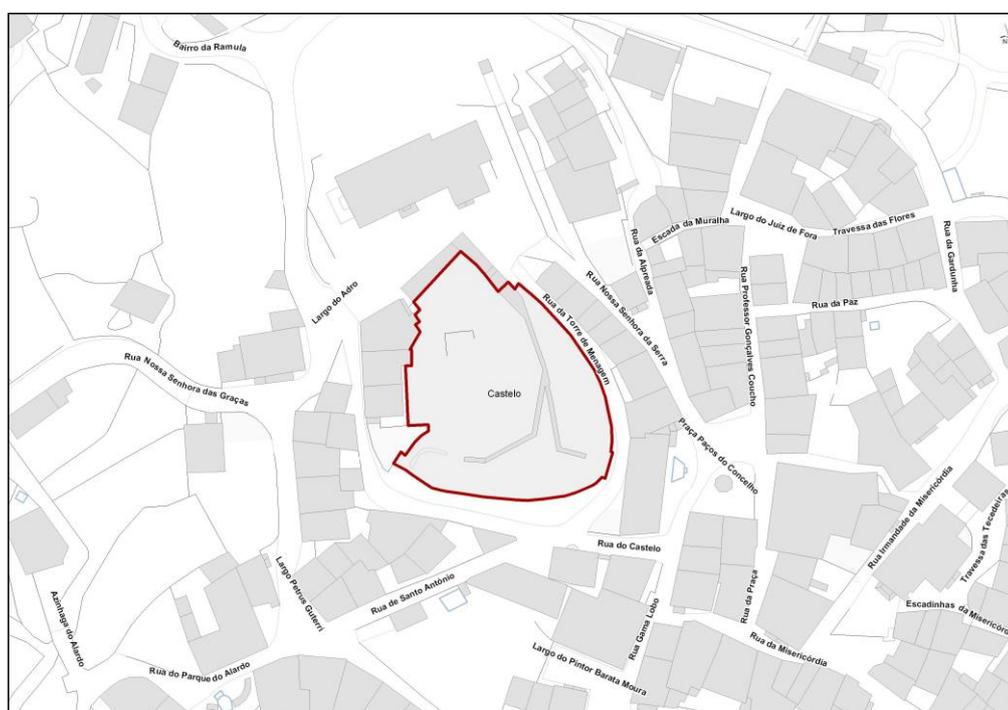


Figura 11: Mapa da Arquitetura Militar

3.9 Chafarizes/Fontes e Fontanários

1. **Chafariz Fundeiro** – Também conhecido por Chafariz D’El Rei, situa-se a entrada da povoação, foi oferta de D. Dinis no século XIV. De planta retangular e dimensões reduzidas, possui duas bicas e espaldar simples em pedra granítica encimado pela cornija continuada, onde, ao centro, ostenta as armas de D. Dinis. A taça, retangular, apresenta os cantos protegidos por dois mecos de granito.
2. **Chafariz da Bica** – De arquitetura Barroca, foi mandado construir durante o reinado de D. João V. Localizado no Largo da Bica a sua construção data o século XVIII. Chafariz de espaldar, limitado por

duas pilastras e remate em frontão recortado, coroado por uma cruz latina biselada. Ostenta, ainda, o brasão com as armas reais de D. João V, na parte central. Possui escadaria de acesso e um logradouro rodeado de bancos de pedra granítica.

3. Chafariz de D. João V/ Chafariz da Praça/ Fonte da Vila – De arquitetura barroca, localiza-se na Praça dos Paços do Concelho, encrostado na frontaria da Casa da Câmara, a sua construção data o século XVIII. Erigido durante o reinado de D. João V, sofreu grandes danos, já na segunda década do séc. XX. Chafariz joanino com dois patamares. Planta trapezoidal e espaldar delimitado por pilastras. Contém três bicas, decoradas com elementos vegetalistas, e dois tanques, um de planta trapezoidal e outro, de menores dimensões, de planta rectangular. Ao centro, destaca-se o escudo de armas de D. João V.

4. Fonte Paio Pires – com acesso a partir da rua da Gardunha. Trata-se de uma fonte de arquitetura vernácula, cuja sua construção provável data o século XVI. Fonte de mergulho em granito, com vão em arco abatido de moldura dupla que se prolonga em abóbada no interior, formando a caixa de água.



Figura 12: Mapa Chafarizes/Fontes e Fontanários



3.10 Caracterização do Edificado

Breve descrição

Esta povoação distingue-se pelo riquíssimo valor patrimonial do seu conjunto arquitetónico religioso, militar, civil residencial e de equipamento, onde sobressai uma estrutura urbana de ocupação predominantemente medieval e, onde se distinguem também intervenções da época manuelina (século XVI) e barroca (século XVII).

Evidencia-se neste núcleo o castelo, o conjunto arquitetónico do Largo do Pelourinho da época manuelina (o Pelourinho, a Casa da Câmara e Cadeia), o Chafariz de D. João V e o Chafariz da Bica do período barroco, as nobres e distintas edificações de opulenta conceção arquitetónica e decorativa destinadas a habitação de famílias abastadas, e as casas tradicionais de granito e sem reboco, com piso térreo destinado a loja e o superior a habitação, algumas com um espaço exterior complementar – o logradouro.

Na arquitetura tradicional são de destacar elementos notáveis como balcões, varandas de madeira, caixilharias, molduras, cunhais, cimalthas, características da arquitetura rural e testemunho marcante do passado, cuja preservação é imperiosa.

Atualmente, os materiais ao nível das fachadas e coberturas são diversos, variando entre os tradicionais e contemporâneos, resultando na maioria dos casos num conjunto harmonioso.

A predominância de uso do edificado é a habitação. Os restantes imóveis traduzem uma pequena fatia de equipamentos e serviços distribuídos por equipamentos religiosos, culturais e serviços de apoio à população e ao turismo.

Tipologias do Edificado

O edificado junta singulares exemplares do casario tradicional quincentista com residências senhoriais de recorte arquitetónico dos séculos XVIII e XIX, da arquitetura popular e da arquitetura erudita.

Para a definição das tipologias do edificado habitacional, foi tomado por referência, o levantamento da Arquitetura Popular em Portugal, editado pela Associação dos Arquitetos Portugueses, em 2004, 1º volume, referente às Beiras (Zona 3).

Povoado medieval erguido á beira do Castelo, cujas casas foram surgindo adaptadas à orologia do terreno, naturalmente acidentada, deixando livre caminhos tortuosos, estrangulados que atravessavam o povoado em direção aos campos.



Predominam as casas de granito habitualmente com pedra à vista, sem uso de argamassa, de planta retangular, nem sempre regular, principalmente de dois pisos. As dependências dividem-se em parte iguais, o piso térreo conhecido por loja destinado aos animais e às alfaias agrícolas ou lagar, perlongado em «eidos» e quintais, e o piso superior, em sobrado, com acesso pelo exterior à habitação.

São construções reduzidas ao essencial, eficientes, de grande simplicidade, humildes, sóbrias, robustas, sólidas, rudes e masculinas com proporções modestas, predominantemente horizontais, onde se destacam as escadas exteriores de pedras, varandas alpendradas/balcões, os telhados de telha solta de canudo.

No local em análise encontram-se beirados simples (de descarga direta e que utilizam apenas as primeiras fiadas de telhas caneiras e cobertas como elemento saliente), beirados com sub-beira, beirados com sub-beira dupla, beirados à portuguesa, beirados com cornija e beirados com cimalha.

No caso das casas nobres e senhoriais, a cimalha é realizada em pedra lavrada, ganhando uma certa riqueza.

Os interiores são escuros e desconfortáveis com mobiliário escasso e tosco. A luz entra por vãos pequenos que compõem os alçados de forma irregular (proporções e dimensões diferentes), e não existem chaminés cujo fumo sai pelas telhas vãs. Na sala comum, local de convívio, está um recanto com lareira, onde se cozinha no chão, e nas alcovas de dimensões pequenas e sem vãos mal cabe uma cama, mas dormem várias pessoas.

Mais que o valor estético, estas construções são o resultado formal da coerência dos edifícios em relação com o meio, da função dos seus elementos constituintes e soluções construtivas rudimentares, tendo em consideração os condicionalismos climatéricos, económicos e sociais.

O condicionalismo dos fatores climatéricos estabelece uma relação direta perceptível através das particularidades da Arquitetura típica beirã, de forma a resguardar os edifícios e os seus habitantes ou, da mesma forma, tirar partido das condições climatéricas, tal como a ausência de chaminés, de vãos nas alcovas, e suas dimensões mínimas, para manter o calor no interior da habitação por um período o mais longo possível.

De igual forma, as condições económicas constituem um condicionalismo da mais alta importância na arquitetura beirã. O baixo nível económico fomenta deficiências arquitetónicas, como é o caso da telha vã sem qualquer proteção interior associada ao hábito tradicional do desconforto.

Localizar os currais dos bois sob as habitações e o mato com as suas camas, é uma forma de aquecer as habitações tal como as varandas/balcões que surgem como o elemento arquitetónico mais característico e funcional da Arquitetura Beirã, uma vez que privilegia a exposição solar. Estas últimas,



são, por norma cobertas por um prolongamento do telhado de telha vã, ou integram-se no perímetro da edificação e conjugam-se muitas vezes com as escadas exteriores, e orientadas sempre que possível a sul-poente recebendo mais sol durante o inverno e estando mais protegida do vento, nunca para norte. As varandas com envidraçados revelam uma melhor situação económica, protegendo-as desta forma do vento e permitindo a entrada do sol.

Na organização social é evidente a tendência gregária destas povoações, as casas encostam-se umas às outras, amparam-se, complementam-se, intersectam-se de forma coesa. As expressões arquitetónicas consubstanciam hierarquias, distinções, regalias e deveres, evidenciados na importância das casas fidalgas e na modéstia das casas comuns, nos pelourinhos e nos edifícios municipais, nos brasões e outros símbolos representativos de direitos especiais concedidos a certas famílias.

Das prerrogativas sociais e da riqueza a elas inerente em épocas mais recentes, existem os solares que se espalham por toda a Beira nos séculos XVII, XVIII e XIX. Esses solares nem sempre se integram nas correntes da Arquitetura regional, sendo peças valiosas, eruditas alheias ao meio natural e fatores condicionantes como a orientação, conforto. São edifícios imponentes cujas fachadas principais estão orientadas para a rua, sendo as restantes desprovidas de interesse arquitetónico. Os interiores são faustosos e nobres, à exceção da zona destinada aos serviços onde impera a ausência de conforto e cuidados estéticos. Os solares, por norma, são valorizados com emblemas da fidalguia com que se valorizavam em relação ao povo. É o caso dos brasões, expostos nos alçados principais, nos cunhais ou tetos das salas. Exibem enquadramentos de vãos mais ricos de molduras, brasões mais aparatosos, tetos enfeitados e decorações de talha dourada nas capelas, mas os volumes, a modulação, as proporções, a horizontalidade permanece sem grandes alterações, humildes relativamente a edifícios da mesma época Europeus. Se grandes alterações comparativamente à arquitetura popular.

Existe, ainda, outra tipologia fora do âmbito agrícola, associada ao comércio e ao artesanato, em que no piso térreo é destinado a uma oficina ou um estabelecimento que comunica com a habitação no piso superior através de uma escadaria interior.

Análise Morfológica e Estrutura Urbana

Pela encosta da Serra da Gardunha estende-se a povoação, desprovida de cerca, mas ao abrigo da estrutura fortificada dos Templários. O efeito circular do núcleo originador, sugerido pelas construções a rodear o Castelo, repete-se, embora de forma menos perfeita, no contorno periférico do povoado desenhado pelo percurso envolvente da Calçada dos Templários e Rua da Gardunha.

A antiga vila surge assim inscrita num perímetro de configuração circular, evoluindo a mancha construída para Sul, Este e Oeste. A estrutura urbanística, onde sobre qualquer planificação se impõe



sempre as condicionantes ditadas pela topografia acidentada do terreno, oferece um aspeto labiríntico. A irregularidade dos quarteirões, de dimensões e formas variáveis, as ruas de horizontes limitados, descrevendo traçados sinuosos, as travessas a atalhar caminhos, as escadas públicas a vencer desníveis e os inúmeros recantos e desacertos criados pelo difícil alinhamento das fachadas são características comuns a outros espaços urbanísticos medievais.

Todas estas características dificultam o trânsito viário nos dois sentidos, alternado, e a mobilidade pedonal, sendo no primeiro caso menos gravoso face ao escasso tráfego existente.

Através da toponímia chega-se a uma classificação tipológica dos espaços, com base nas designações de Bairro, Beco, Rua, Largo, Pátio, Praça e Travessa. Estes formam e delimitam o espaço público da aldeia. Trata-se de um espaço físico acessível a todos os cidadãos, onde as vivências são possíveis. Este apresenta espaços para convívio e lazer e espaços/artérias de circulação pedonal/viária e de eventuais encontros. O conjunto de todos estes espaços e dos edifícios criam a atmosfera da aldeia.

Os **tipos de pavimentos** predominantes são diversificados, cuja predominância varia entre a calçada antiga á portuguesa em seixo rolado, calçada em paralelos de granito (dim.11x11x11cm e dim.11x22x11cm), pavimento romano, betonilha e betuminoso (fora do núcleo). Muitos deles recentemente intervencionados na execução do Plano Aldeia Histórica de Castelo Novo, no âmbito das Aldeias Históricas de Portugal, face ao aspeto irregular e gasto.

A **estrutura verde** urbana é escassa, pontualmente surgem árvores associadas a alguns espaços.

Efetuada o levantamento dos topónimos facilmente se constata que os nomes se referem a pessoas notáveis, valores religiosos, fatos importantes, eventos, épocas, usos e costumes.

Os números de polícia existentes são igualmente diversificados.

As **infraestruturas** foram maioritariamente intervencionadas no âmbito da execução do Plano da Aldeia Histórica de Castelo Novo, em conjunto com os espaços públicos. Recentemente, a aldeia, foi alvo da qualificação das infraestruturas elétricas no âmbito da eficiência energética com substituição da iluminação existente por iluminação led, sob a responsabilidade da EDP. Em complemento, o Município investiu na intervenção da rede subterrânea existente (infraestruturas elétricas e telefónicas) para passagem das redes aéreas da EDP e PT Telecom, incluindo iluminação pública.

As Aldeias Históricas de Portugal em parceria com o Município do Fundão candidataram, recentemente, as Infraestruturas de Comunicação (Fibra) à Linha de Apoio à Disponibilização de Redes de Wi-Fi, promovida pelo Turismo de Portugal.



Tal como as infraestruturas, a **rede de águas e esgotos** foi também intervencionada aquando os espaços públicos sendo apenas necessário proceder a intervenções pontuais respeitantes espaços não intervencionados.

A **rede de drenagem de águas pluviais** está orientada no sentido de inclinação das ruas e acompanha a morfologia do terreno. É composta por canais de água, caleiras à vista de granito ao longo do perfil das ruas, por sumidouros e rede normal oculta. Alguns canais de água surgiram aquando a execução do Plano de Aldeia, sendo uma reinterpretação dos existentes. Estas intervenções são pontuais devendo expandir-se aos restantes espaços da aldeia, de forma a adquirir uma linguagem homogenia.

Todo o perímetro é servido por uma **rede elétrica, telefónica e telecomunicações.**

- **Bairros, Becos, Ruas, Largos, Pátios, Praças e Travessas**

Bairros

Bairro da Ramula

Becos

Beco da Cristina

Beco do Barbeiro

Beco do Ferreiro

Ruas

Azinhaga do Alardo

Calçada da Ponte Pequena

Calçada do Vale

Calçada dos Templários

Escada da Muralha

Escadinhas da Misericórdia

Estrada Romana

Rua Aziganha do Ribeiro

Rua Azinhaga da Lagariça

Rua da Alpreada

Rua da Bica

Rua da Gardunha

Rua da Lagariça

Rua da Misericórdia

Rua da Paz



**Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo**

Rua da Portela

Rua da Praça

Rua da Torre de Menagem

Rua de Castelo Velho

Rua de Santana

Rua de Santo António

Rua de São Brás

Rua do Calvário

Rua do Campo de Ténis

Rua do Castelo

Rua do Miradouro

Rua do Parque do Alardo

Rua do Tinto

Rua dos Mercadores

Rua Gama Lobo

Rua Irmandade da Misericórdia

Rua Nossa Senhora da Serra

Rua Nossa Senhora das Graças

Rua Professor Gonçalves Coucho

Largo

Largo 1º Dezembro

Largo D. Manuel I

Largo da Bica

Largo do Adro

Largo do Juíz de Fora

Largo do Pintor Barata Moura

Largo Petrus Gutteri

Pátios

Pátio das Migradeiras

Pátio do Passal

Pátio do Rochedo

Praças

Praça Paços do Concelho

Praceta Cândida T. Pereira



Travessas

Travessa das Flores

Travessa das Tecedeiras

Travessa do Loureiro

Instituições

- Associação Sociocultural de Castelo Novo:

Trata-se de uma instituição sem fins lucrativos fundada em 1998, para através de voluntariado dos seus órgãos, e tem como objetivos promover o bem-estar dos residentes e visitantes da Aldeia de Castelo Novo, e divulgar a sua história, cultura e património.

É uma instituição com génese cultural e social, mas que se foi adaptando progressivamente ao fenómeno de desertificação assumindo um papel determinante na comunidade como ponto de encontro dos residentes e visitantes, e no desenvolvimento socioeconómico como promotora de diversas atividades, nomeadamente:

Apoio à comunidade: Contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos residentes da aldeia, através de iniciativas que promovam o envelhecimento ativo, o convívio, a interação e a solidariedade entre os residentes e os visitantes.

Organização de eventos: Colaboram e organizam eventos com o objetivo de gerar receitas para financiar a atividade da associação;

Promoção turística e cultural: A associação procura ser um agente promotor do património histórico, arquitetónico, humano e cultural da aldeia. Seja através do *website*, como do contacto direto com os turistas que visitam as suas instalações e dos eventos culturais que organizam;

Divulgação da economia local: Fomentam a inovação social. São parceiros da “Iniciativa para a Economia Cívica”, uma plataforma para a inovação e transformação social que pretende promover uma nova economia, de base local e de interesse geral, capaz de configurar respostas inovadoras e sustentáveis para a produção de bens e serviços públicos e de gerar riqueza e emprego. Promovem o empreendedorismo através de atividades que juntem agentes económicos locais e promovam a concertação e interesses comuns.

Contactos: ascalonovo@gmail.com | www.associacaocastelonovo.pt | 966 181 416



- Associação Castelo Novo 2.0:

Associação não-governamental de defesa do ambiente, sem fins lucrativos, de âmbito local, independente e apartidária, criada, em Novembro de 2016, para a Promoção e Valorização do Património Natural e Cultural de Castelo Novo.

Tem como missão fomentar Agricultura Biológica, através de soluções eficazes que privilegiem a utilização dos recursos locais e naturais numa época em que os recursos escasseiam, aproximar o consumidor do produtor cada vez mais preocupados com a saúde e com a proteção do ambiente, contribuindo para a defesa da soberania alimentar e para o fornecimento de alimentos de qualidade, produzidos sem recurso a produtos químicos de síntese.

A Agricultura Biológica considera uma abordagem mais abrangente, em que a saúde dos ecossistemas, animais e plantas é indissociável da saúde do consumidor. É importante criar sistemas agrícolas onde se inclui a criação de habitats a manutenção da diversidade, fomentando ciclos fechados de nutrientes e matérias, usando eficientemente a energia, preservando os recursos naturais.

Promove a troca conhecimentos e experiências, tendo como base o respeito pela natureza e os seus ciclos naturais, a terra e a biodiversidade, criando soluções, de forma integrada, para um sistema produtivo, eficiente e economicamente viável. É, igualmente, promotora de diversos eventos e atividades dentro deste âmbito.

Contactos: castelonovo2ponto0@gmail.com | <http://castelonovo2ponto0.com>

- **Associação BioEco - Associação de Agricultura Biológica e AgroEcológica**

Dinamização na aldeia de mercadinhos bio;

A BioEco pretende ajudar a promover e dinamizar a Agricultura Biológica e AgroEcológica da Beira Interior. A Associação está sediada no Fundão e tem como principal objetivo aproximar produtores e consumidores, criando novos canais que facilitem a divulgação e promoção dos produtos biológicos locais. Através de um espírito cooperativo e colaborativo, e de um modelo de gestão participativo e inclusivo, temos como finalidade:

- Organizar feiras, seminários e outros eventos que promovam a agricultura biológica e outros modos de produção sustentáveis.

- Realizar ações de formação ligadas à Agricultura e Pecuária em Modo de Produção Biológico.



- Promover a concentração e comercialização dos produtos agrícolas, pecuários, florestais e agroindustriais dos associados, assim como a criação de parcerias públicas e privadas que visem a promoção, qualificação e/ou valorização desses mesmos produtos.
- Promover ações de consciencialização sobre Agricultura Sustentável, Alimentação Saudável e Educação Ambiental.
- Prestação de assistência técnica para produtores em modo de produção biológico, bem como auxílio para os interessados em entrar em conversão ou dar início de atividade na área.

Contactos: Telemóvel - 960 062 138 | E-mail: geral@bioeco.pt

- Associação Clube de Caça e Pesca de Castelo Novo

Associação fundada em 2009, com sede na antiga Escola Primária, trata-se de um Grupo de amigos e conterrâneos de Castelo Novo que fazem convívios e atividades de caça e pesca em grupo. Regista cerca de 20 associados. É presidida por Manuel Trindade Domingues de Lima.

Contactos: Rua de Santana, 6230 – Castelo Novo | 966187937

- Banda de Música da Liga dos Amigos de Castelo Novo.

A Banda de Música foi criada em 1977, por um grupo de naturais e amigos de Castelo Novo, na sua maioria residentes na grande Lisboa. Embora com raízes beirãs, a Banda nasceu em Algés, localidade onde mantém nos dias de hoje a sua sede. Iniciou as suas atividades com 26 elementos numa pequena garagem, sendo que a primeira farda e instrumental foram adquiridas totalmente com a ajuda dos músicos, sócios da Liga e amigos.

O seu desenvolvimento foi posteriormente apoiado por várias entidades, de onde se destaca a Câmara Municipal de Oeiras, que muito contribuiu para a evolução e dinamização da nossa coletividade.

Não obstante a existência de várias dificuldades, a Banda conseguiu crescer e impor-se como um agrupamento musical de nível apreciável, orgulhando-se de ter atuado em praticamente todas as regiões de Portugal. Tendo sofrido vários processos de renovação, conta hoje com 30 elementos, num misto de experiência e irreverência, emprestada pelos que estão connosco desde sempre e pelos muitos jovens que são o futuro da nossa Banda.



A Banda possui também uma Escola de Música encabeçada por membros da Direção e pelo Maestro João Eleutério Barão, é um forte contributo para Banda devido a uma formação constante de jovens músicos.

Maestro: Fernando Jorge da Silva Ramos

Contactos: <http://blacn77.wix.com/bandadecastelonovo> | blacn77@gmail.com | 934367830 | 936871663 | 969657642

Centro Social de Castelo Novo

Fundado no ano 2000 o Centro Social está ao serviço da população de Castelo Novo. Trata-se de uma Associação de Solidariedade Social que possui um Centro de Dia (15 utentes) e Presta Serviços de Apoio Domiciliário a Idosos (11 utentes).

Contacto: Rua da Portela, 6230 Castelo Novo | 967814998 | 962936205 | centro.social.castelo.novo@gmail.com

ASMECANO - Associação de Moradores da Estação de Castelo Novo

Associação sem fins lucrativos, constituída por pessoas da Ribeira e da Estação de Castelo Novo, que representam cerca de 40% das pessoas existentes em Castelo Novo. Tem sede na antiga Escola Primária da Estação de Caminhos de Ferro de Castelo Novo. Conta com 100 associados

Foi formada devido ao facto de não existir nenhuma outra instituição/associação onde a população se pode reunir na nossa zona, para o convívio e harmonia entre todos. Tem atividade ao longo de todo o ano, com destaque para a realização de:

- Passeios pedestres;
- Passeios equestres;
- Festas referentes a todas as épocas do ano (Festa do São João, Festa do Carnaval, Magusto tradicional);
- Visitas culturais (Salamanca, Sortelha, Óbidos, Peniche, Aveiro, Porto);
- Passeios recreativos ao Douro, Minho, Alentejo e Litoral;
- Aulas de ginástica a pensar na população mais idosa e também nos mais jovens, sendo que o transporte dos mais carenciados é feito pela Associação.



- Formações diversas ao longo do ano (em estreita colaboração com a REFER) como, por exemplo, “Higiene e segurança no trabalho”, “Fitossanitários”, “Informática e outros. Cursos que se adequam à realidade do povo e aos seus potenciais interesses.

A médio prazo a ASMECANO pretende realizar atividades como:

- Requalificações de todo o espaço e edifício da antiga escola primária;
- Manter em permanência uma sala de informática (consulta) onde toda a população possa aceder;
- Formação contínua;
- Ajuda aos mais idosos no combate ao isolamento;
- Atrair a população mais jovem, entre outros com eventos destinados a esta faixa etária;

Contactos: Rui Faísca | 967955563

Dinâmica Cultural de Castelo Novo

Festival de Música Antiga

Mês: Julho

Descrição: Este festival surge do crescente interesse a que temos assistido nas últimas décadas pela música do passado, em especial pela música escrita antes do século XIX. O trabalho intenso de musicólogos, construtores de instrumentos e intérpretes levou à redescoberta de um repertório de compositores e instrumentos, cuja memória, em muitos dos casos, se perdeu. Todo este trabalho permitiu a reconstituição dos ambientes sonoros dos séculos que nos precederam e é essa reconstituição do passado que é pretendida no Festival de Música Antiga de Castelo Novo.

Para o efeito, ao longo de três dias, são realizados vários espetáculos, onde surgem compositores e obras, interpretados à luz das práticas dos períodos Medieval, Renascentista e Barroco, em instrumentos ou cópias de instrumentos originais, procurando reproduzir, nos nossos dias, as sonoridades do passado.

As particularidades de Castelo Novo tornam esta aldeia histórica num local fascinante, pela aura de misticismo e transcendência que emana e que está muito presente nas sonoridades do passado que se pretendem dar a conhecer com este Festival



Festa em Honra do Senhor da Misericórdia

Mês: Setembro

Descrição: No Largo da Bica, a aldeia enche-se de animação com música de aparelhagem, atuação de conjuntos e comes e bebes. Também se celebra missa em honra do Senhor da Misericórdia, assim como a procissão.

Festa em Honra de Nossa Senhora da Serra

Mês: Abril (depois da Páscoa)

Descrição: Celebra-se a lenda da Nossa Senhora da Serra numa festa que, tal como as restantes festas religiosas, conta com comes e bebes, música ao vivo e de aparelhagem e também celebrações religiosas com missa e procissão.

Figuras Ilustres

Manuela Justino (Pintora / Escultora)

Nascida em Castelo Novo, Manuela Justino foi considerada uma das artistas mais originais da 2ª metade do séc. XX, tendo conseguido transmitir a ligação entre escalas e territórios artísticos diferenciados, enquanto pintora e escultora. Frequentou a Escola de Artes Decorativas António Arroio em Lisboa. Em 1975 licenciou-se em Pintura pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa. Dedicou-se, desde 1970, à investigação e prática de tapeçaria. Executou peças de grandes dimensões, quer por encomenda, quer na prática letiva com os alunos. Um desses trabalhos serviu (em 1981) de tema para o cartaz de divulgação da XII Conferência Permanente dos Ministros Europeus da Educação.

Em 1971 iniciou a sua carreira docente. Em 1987 e 1988 esteve destacada no Ministério da Educação - Centro de Recursos do Ensino Integrado, onde participou em projetos para crianças do ensino especial. Realizou diversas exposições individuais e coletivas. Faleceu em 2013.

A Aldeia Histórica de Castelo Novo atribui em sua homenagem, o seu nome à Galeria Municipal, que passou assim a denominar-se Galeria de Arte Manuela Justino/Atelier de Histórias Criativas.

Este espaço constitui-se assim como a sua memória artística, assumindo-se como um novo elemento de valorização do percurso histórico/cultural da Aldeia Histórica de Castelo Novo.

Atelier de Histórias Criativas - “Histórias Criativas” é um projeto de cariz social, cultural e educativo desenvolvido pelas Aldeias Históricas de Portugal em parceria com os municípios da rede e que contou com a cooperação dos respetivos agrupamentos escolares. Este é um espaço dedicado à família, onde



**Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo**

pode realizar workshops de construção de bonecos, assistir à Hora do Conto sobre o livro “Lendas da tua História” ou apenas conhecer os doze modelos de bonecos e fantoches de dedo do projeto Histórias Criativas, onde a lã é o material principal, comum às 12 Aldeias Históricas. Tem entrada gratuita.

Funcionamento:

Verão*: De 6ª feira a Domingo: 9h30-12h30 | 14h00 – 18h00

Inverno**: De 6ª feira a Domingo: 9h00-12h30 | 14h00 – 17h30

Encerra: 25 de dezembro e 01 de janeiro

*O horário de verão implementa-se no dia 01 de maio

**O horário de inverno implementa-se com a mudança da hora no mês de outubro

Outros horários de visita – mediante marcação prévia: Telefone/ Telemóvel – 275 561 501 | 961 445 339

Email: castelonovo@fundaoturismo.com

Contactos: Rua Professor Gonçalves Coucho | 6230-160 Castelo Novo



Barata Moura (Pintor)

Nascido em Castelo Novo, concelho do Fundão, no dia 9 de Janeiro de 1911, faleceu no dia 22 de Dezembro de 2011 (100 anos). A sua aprendizagem artística foi feita em Lisboa na Escola de Artes Aplicadas e na Escola António Arroio – para onde migrou aos 17 anos. A 28 de Junho de 1947 casa com Adriana Rodrigues, autora de estudos publicados sobre o Pintor. No entanto, fortemente arraigado à sua terra natal, a passagem dos anos e os ares da cidade não desvaneceram os laços de profundo afeto que ligavam o Artista aos viveres modestos das gentes da região onde nascera, não porque aí possuísse bens materiais, mas porque desta recebeu marcada influência vivencial, espiritual, moral e mesmo intelectual, do berço. Com vasta obra artística, pintou mais de cinco mil telas, entre elas, muitas das paisagens físicas e humanas da beira interior. Para o Poeta António Salvado o pintor Barata Moura levou para Lisboa “a límpida luminosidade dos céus da Gardunha, o cheiro acre e adocicado das plantas que pontuam os cantos da Beira, as casas e os caminhos marcados pelos passos da gente humilde e, ainda, os castelos e os pelourinhos das vilas da Raia. A rota dos anos e os ares da cidade não desvaneceram os laços de profundo afeto que ligavam o Artista aos viveres modestos das gentes da região onde nascera. E, por uma subtil, mas consistente alquimia, foi esta realidade vivencial da sua infância e da sua adolescência que Barata Moura soube transpor para a sua pintura. Daí que *Pintor da Beira* lhe tenham chamado, acrescentando-se à expressão uma outra não menos convincente: *Pintor do Povo.*”

D. Pedro Guterres (Petrus Gutteri)

Primeiro alcaide de Castelo Novo que deu o nome à aldeia. Esteve também envolvido no Foral de Alpreada (Castelo Novo) que definiu as limitações territoriais do antigo concelho e propiciou condições de fixação de pessoas, autonomia, identidade e desenvolvimento da povoação. O Foral, outorgado no ano de 1202, por Pedro Guterres e sua mulher, Ausenda Soeiro, constituiu-se como um instrumento precioso de afirmação do povoado, que conheceria um esplendor deveras assinalável, depois, com constituição das Comendas da Ordem do templo e de Cristo.

Outras Figuras históricas

O historiador Joaquim Candeias da Silva deu, entre outros, um extraordinário contributo para o estudo das inúmeras figuras históricas de Castelo Novo através da publicação do livro “concelho do Fundão História e Arte – Vol. I Ao sul da Gardunha (O antigo concelho de *Alpreada* / Castelo Novo). Das quais refere que, “além de vigários, comendadores, alcaides e todos os demais funcionários, teve Castelo Novo condes, viscondes, marqueses e barões, a que poderão juntar-se ainda outras figuras de prestígio, mormente nas Armas e nas Letras.



Jornais

Jornal “Ecos do Alardo” – 1916

(Arte – Literatura – Sport - Elegâncias – Informações – Modas); Redação e Administração: Alardo Hotel – *Castello Novo*

Publicações

CUNHA, José Germano da Cunha; “Apontamentos para a História do concelho do Fundão”; Jornal do Fundão – Edição comemorativa do centenário da publicação deste livro – Homenagem a José Germano da Cunha; 1992;

FIGUEIREDO, Carlos Reis Figueiredo; NASCIMENTO, Miguel (Coords.); “Castelo Novo – Aldeia Histórica do Concelho do Fundão”; textos de Carlos Reis Figueiredo e Joana Abrantes; Fotografia de Emanuel Brás; Edição: Câmara Municipal do Fundão; 2006;

INATEL; “Carta de Lazer das Aldeias Históricas – Castelo Novo – Roteiro de Castelo Novo”; Janeiro de 2000;

Julho de 1995;

MONTEIRO; José; “Ao Redor do Fundão”; Edição da Câmara Municipal do Fundão; 1990;

MOTA, António José Salvado; “Monografia D’Alpedrinha”; Edição Fac-similada; Câmara Municipal do Fundão; 2004;

NEVES, Manuel Poças das (MAPONE); “Castelo Novo – Estudos para uma Monografia”; Composto e Impresso na Gráfica de Coimbra; 1975;

NEVES, Vítor M.L.Pereira; “As Aldeias Históricas de Monsanto e Idanha-a-Velha / Castelo Novo e Penha Garcia; Edição no 5º Centenário dos Forais Novos; 2010

RODRIGUES, Adriana; “O Mundo do Pintor Barata Moura”; Edição da Câmara Municipal de Alcochete;

RODRIGUES, Adriana; “O Pintor Barata Moura – O Homem e a Obra ... até 1994”; Edição da Associação dos Bombeiros Voluntários do Fundão; Comemoração do 67º aniversário – Junho de 1994;

ROQUE, Maria Vera Mateus; “Castelo Novo – o Mistério da Gardunha”; Chiado Editora; Setembro 2013

ROSA, João Mendes; “Castelo Novo – 800 anos do Foral de Alpreada”; Edição da Câmara Municipal do Fundão; Grafisete – Fundão;



ROSA, João Mendes; BIZARRO, Joana; “A Urbs Romana – Da encosta meridional da Serra da Gardunha”; Edição Capitulum; 2014;

SARAMAGO, José; Viagem a Portugal; Caminho – o Campo da Palavra; Junho 2006

SILVA, Joaquim Candeias da Silva; “Concelho do Fundão / História e Arte – Vol. I Ao Sul da Gardunha (O antigo concelho de Alpreada / Castelo Novo); Ed. Câmara Municipal do Fundão; 2002

SILVA, Joaquim Candeias da Silva; “O concelho do Fundão – através das Memórias Paroquiais de 1758”; Pre., Imp. E Acab.: Tip. Do Jornal do Fundão; Setembro de 1993;

Rotas Pedestres

O concelho do Fundão integra um conjunto de rotas e percursos de paisagem diversificada, urbana ou natural, de travessia ou circulares. Fazem parte de Castelo Novo as seguintes:

GR22 Aldeias Históricas – Grande Rota das Aldeias Históricas

A Grande Rota das Aldeias Históricas de Portugal (GR22), foi criada em 2000, tendo sido remarcada em 2014. Tem um traçado circular que se estende ao longo de 565 km e uma variante de 40 km que permite dividi-la em 2. Pode ser percorrida a pé ou de bicicleta pelas 12 Aldeias Históricas de Portugal e é composta por 13 etapas.

“Este projeto agora reformulado, foi criado por forma a assegurar todas as condições necessárias aos viajantes e turistas que atravessam os 19 municípios envolvidos, contando com cerca de 35 unidades de alojamento e 10 restaurantes recomendados.

Do ponto de vista natural, os percursos estendem-se pelas serras da Estrela, Gardunha, Malcata e Açor e respetivas reservas e parques naturais e também à região classificada do Douro Internacional e à Área Protegida da Faia Brava, junto ao rio Côa.”⁽⁷⁾

No concelho do Fundão, a GR22 une:

- Piódão a Castelo Novo – Etapa 8, num total de 87,16Km, com os seguintes locais de passagem: S. Jorge da Beira, Aradas, Unhais o Velho, Portela de Unhais, Póvoa da Raposeira, Dornelas do Zêzere, Partida, Pereiros, S. Vicente da Beira e Louriçal.

⁽⁷⁾Disponível em <https://www.cm-fundao.pt/oquefazer/aventura_lazer/Rotas_e_Percursos/gr22_aldeias_historicas> Acesso em: 5 de junho 2017



“Piódão -> Castelo Novo

O início desta exigente etapa é coincidente com o final da anterior. Separa-se da mesma quando inicia a subida em direção ao cume de S. Pedro do Açor. Percorre parte do parque eólico, para de seguida começar a descer para a face Sul em direção a S. Jorge da Beira. Daqui o percurso sobe pela EM502, entra no vale de Unhais-o-Velho, descendo-o para depois da localidade subir até à Portela de Unhais. Deste ponto, rapidamente desce à Póvoa da Raposeira para acompanhar uma ribeira afluente do Zêzere até à sua foz e chegar a Dornelas do Zêzere, onde o atravessa em direção ao Alqueidão. Após esta localidade, o percurso dirige-se para a Serra da Gardunha, contornando o vale das Bogas, e sobe ao cume da Moeda de onde desce para Sul. Já perto da base desta Serra o percurso dirige-se agora para este em direção a Castelo Novo, passando por S. Vicente da Beira e Lourçal do Campo”.

“Castelo Novo -> Piódão

Saindo de Castelo Novo em direção a oeste, esta etapa começa por passar nas localidades de Lourçal, S. Vicente da Beira, Pereiros e Partida, antes de infletir para norte e iniciar a subida para cruzar a Serra da Gardunha. Após passar o parque eólico desta serra, o percurso desce em direção ao vale do Zêzere, para, em a Dornelas, atravessar o rio por uma ponte pedonal (travessia condicionada de Inverno, alternativa pela variante da Grande Rota do Zêzere). Após um pequeno troço em alcatrão, esta etapa segue a sua direção predominante, percorrendo o vale de uma ribeira afluente do Zêzere até à Póvoa da Raposeira, onde inicia a subida para a Portela de Unhais. Deste ponto, o percurso desce até Unhais-o-Velho, iniciando a subida deste vale que nos leva até São Jorge da Beira. Daqui, sobe ao parque eólico para atravessar a Serra do Açôr e mergulhar nos seus vales até à aldeia presépio, o Piódão.”⁽⁸⁾

- Castelo Novo a Idanha-a-Velha – Etapa 9, num total de 44,50km, com os seguintes locais de passagem: Atalaia do Campo, Orca, Aldeia de Santa Margarida e Proença-a-Velha.

“Castelo Novo -> Idanha-a-Velha

Esta etapa sai de Castelo Novo coincidente com a anterior para, no final do casario, se separar desta e infletir para este, atravessando a EN18, a linha de comboio e a Ribeira de Alpreade, que a partir daqui acompanha, passando pela Atalaia do Campo e subindo depois para a Orca. Desta localidade, segue em direção à ribeira do Taveiro para a atravessar e acompanhar, a alguma distância, até à Aldeia de St. ^a Margarida de onde se dirige para Sul e continua em direção a Proença-a-Velha. Entrando no vale do rio Torto, atravessa-o por uma ponte pedonal e segue por entre caminhos florestais até à Aldeia Histórica de Idanha-a-Velha.”

⁽⁸⁾Disponível em < <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/percursos/piodao-castelo-novo> > Acesso em: 5 de junho 2017



“Idanha-a-Velha -> Castelo Novo

Esta etapa inicia-se em direção a oeste, por caminhos florestais, até Proença-a-Velha atravessando ainda antes o vale do rio Torto. Continuando maioritariamente em terra batida, o percurso dirige-se agora para norte até à Aldeia de St.ª Margarida, onde retoma a direção anterior e atravessa a ribeira do Taveiro, pela ponte romana, para chegar a Orca. Saindo desta localidade, mantém-se em estradas de terra até à EM560, onde encontra o vale da ribeira de Alpreade, que irá acompanhar até ao fim da etapa, passando pela Atalaia do Campo, pela ponte romana e cruza a EN18. Um pouco mais à frente, encontra a etapa seguinte, infletindo neste ponto para norte em direção à Aldeia Histórica de Castelo Novo.”

PR11 Caminho Histórico de Castelo Novo

Percurso com um circuito de 2,70 km, onde se destacam os seguintes locais de passagem: Castelo, Igreja Matriz e CAPELAS, Ribeira de Alpreade, Cabeço da Forca, Lagariça, Pelourinho, Casas e Solares.

“Seguindo para norte até à ribeira de Alpreade, o percurso continua pela margem da ribeira em direção ao Cabeço da Forca. Continua circundando a aldeia pela Capela de Santa Ana, sobe-se até ao parque de estacionamento, de onde se pode ter outra visão do Castelo e do espaço envolvente. Entra-se na aldeia por ruas estreitas entre casa de granito até à Lagariça. Continua-se até à Casa da Câmara e ao Pelourinho regressando ao ponto de partida.”⁽⁹⁾

Nº5 – Percurso Preto

“Com 59,1 Km e 1741m de desnível acumulado positivo, este percurso muito difícil leva-nos por grande parte da Serra da Gardunha, nas suas vertentes norte e sul. É um percurso circular, que pode ter início e final em qualquer das portas do Centro de BTT da Gardunha, visto que, assim, ficam ligadas entre si. Passa em Fundão, Alcongosta, Donas, Alcaide, Alpedrinha, Castelo Novo, Louriçal do Campo, contando, a meia encosta da Serra, com uma vista espectacular para toda a região envolvente.”⁽¹⁰⁾

⁽⁹⁾Disponível em < <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com/percursos/pr11-fnd-castelo-novo>> Acesso em: 5 de junho 2017

⁽¹⁰⁾Disponível em < https://www.cm-fundao.pt/oquefazer/aventura_lazer/centro_btt/tracks/percurso_5> Acesso em: 5 de junho 2017



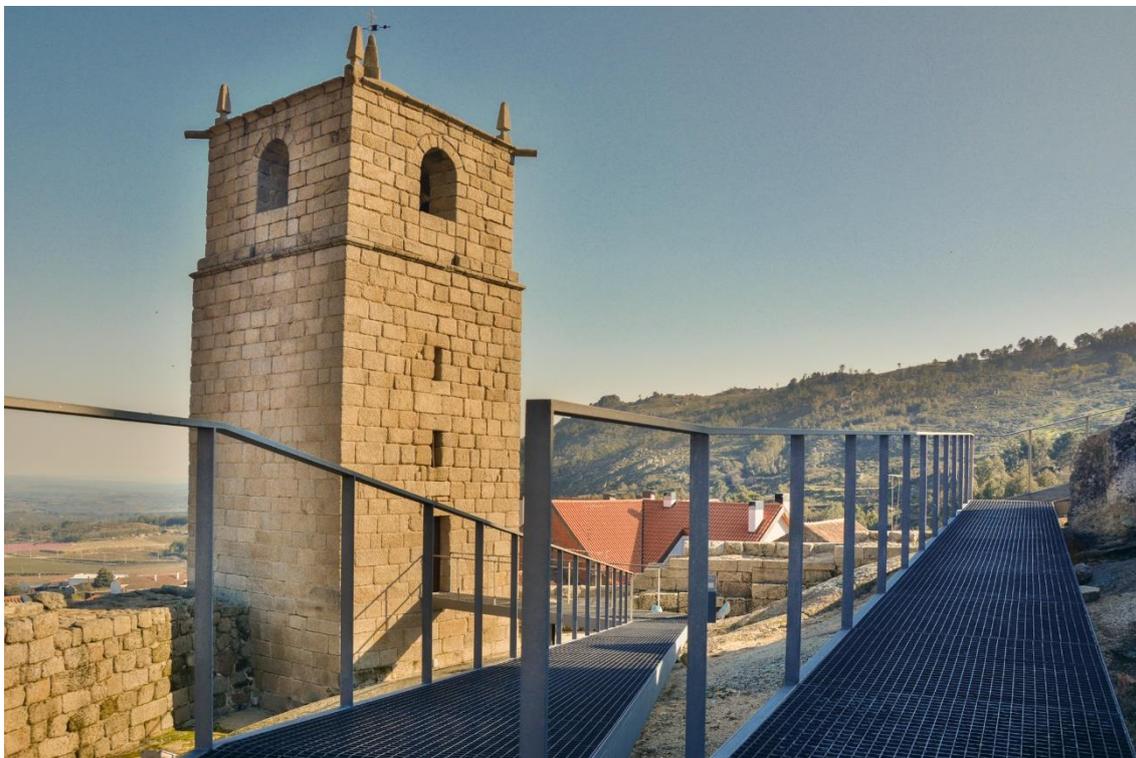
LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA ALDEIA HISTÓRICA DE CASTELO NOVO





Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo







Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo











4 OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE REABILITAÇÃO DA ARU

4.1 Visão sistema urbano

4.2 Visão para o sistema urbano da Região Centro

A Região Centro afirmar-se-á como um sistema urbano competitivo e coeso, potenciando, por um lado, o seu posicionamento estratégico e o seu papel como espaço de articulação no contexto do sistema urbano nacional e na ligação deste às redes europeias e, por outro lado, promovendo o seu carácter policêntrico, consolidando e equilibrando os sistemas urbanos sub-regionais que estruturam este território e, inovando no relacionamento entre os respetivos espaços urbanos e rurais.

4.3 Programa Operacional Regional do Centro de Portugal (2014-2020)

A Estratégia de Desenvolvimento Regional proposta para o Centro de Portugal ao longo do período temporal 2014-2020 parte de um desígnio Central, CRER no Centro de Portugal 2020, que apresenta neste contexto um duplo sentido, de acreditar e mobilizar o Centro de Portugal, mas igualmente de assumir como desígnio a geração de valor acrescentado decorrente da afirmação de um modelo de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER):

- Responsável no sentido de respeitar aspetos ambientais, respeitar os direitos humanos e a qualidade de vida dos cidadãos, bem como no sentido de responsabilidade social e de evolução harmoniosa da Região centro;
- Estruturante no sentido de corresponder a pilares duradouros e sustentáveis de construção de competitividade da Região Centro no mundo contemporâneo, com uma ótica também de médio prazo e dirigida à aposta nos vetores com potencial regional de criação e de valor acrescentado;
- Resiliente no sentido de ser robusta face a oscilações de contexto, traçando um rumo de evolução positiva que seja capaz de resistir a diferentes tipos de imprevistos que possam surgir a nível nacional e internacional, assim como aos momentos bons e menos bons.

A este desígnio central associa-se a afirmação da marca Centro.pt que procura evidenciar uma Região Centro que congrega tudo o que se precisa numa única região, a qual se pretende detentora de elementos de atratividade para diferentes fases do ciclo de vida das pessoas, e que deseja posicionar-se estrategicamente em torno de sete vertentes que a identificam enquanto:

- Uma Região Qualificada, Inovadora e Empreendedora;
- O Centro Tecnológico;



- Continuidade e Mudança: as Duas Faces da Mesma Moeda;
- Força da Diversidade: A Nossa Assinatura;
- Uma Região Solidária, Inclusiva e Resiliente;
- Trabalho em Redes Focalizadas;
- Reforço Positivo e Mosaico de Oportunidades: a Nossa Atitude

Para além de outros indicadores e linhas de ação no quadro de uma especialização inteligente destaca-se a “aposta indicativa” do Programa Operacional Regional do Centro na “Inovação Rural” – nomeadamente através da experimentação de soluções direcionadas para a inovação rural, através do desenvolvimento de territórios inteligentes e criativos em zonas rurais, do desenvolvimento de soluções integradoras de conceção, produção, valorização e comercialização de produtos e serviços baseados em recursos endógenos, acompanhados da introdução de tecnologias (telemedicina, telemonitorização, sistemas de apoio itinerante, mecanismos de micrologística) e outras formas de inovação social que permitam reforçar a atratividade e qualidade de vida neste tipo de territórios.

4.4 Visão da Nova Carta de Atenas 2003

A visão da Nova Carta de Atenas de 2003 define o que se entende por “vida urbana” de modo a desenvolverem-se as “cidades coerentes” como o modelo desejável para o futuro das cidades:

- Conservarão a sua riqueza cultural e a sua diversidade, resultantes da sua longa história;
- Ficarão ligadas entre si por múltiplas de redes, plenas de conteúdos e de funções úteis;
- Permanecerão criativas e competitivas, mas procurarão, simultaneamente, a complementaridade e a cooperação;
- Contribuirão de maneira decisiva para o bem-estar dos seus habitantes e, num sentido mais lato, de todos os que as utilizam.

Esta Visão da “Cidade Coerente” contempla também várias dimensões: coerência social (equilíbrio, envolvimento, riqueza multicultural, relação entre gerações, identidade social, fluxos e mobilidade, equipamentos e serviços); coerência económica (globalização e regionalização, vantagens competitivas, desenvolvimento de redes de cidades, diversidade económica); coerência ambiental (“input/output”, cidades saudáveis, natureza, paisagem e espaços livres urbanos, energia). Uma perspetiva integrada e sustentável do desenvolvimento das cidades visa responder, simultaneamente, ao desenvolvimento económico, social e cultural, territoriais ou sectoriais.



4.5 **Reabilitação urbana – Um processo prospetivo**

A reabilitação urbana surge **como resultado de um processo dinâmico multidimensional** que tem como base um trabalho de planeamento estratégico como um recurso fundamental para o desenvolvimento integrado e sustentável do concelho. Desde 2002 dando seguimento a esta orientação a Câmara Municipal avançou com um plano **de ação traduzido nos seguintes vetores:**

- Revitalização dos espaços urbanos e rurais através da criação de polos de competências e de análise que permitissem a elaboração de dispositivos convergentes e complementares conducentes a uma inversão da sua situação demográfica, socioeconómica e cultural, assim como do seu papel na organização e leitura do território. Desta forma, foram estrategicamente criadas duas equipas multidisciplinares, dois **Gabinetes Técnicos Locais**, o Gabinete Técnico Local das Freguesias e o Gabinete Técnico Local do Fundão, com o intuito de dar resposta a estes parâmetros e que integraram duas realidades distintas do Concelho, a rural e a urbana. Na fusão destes dois gabinetes, o município criou a **Divisão do Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida**, DOPQV, que absorveu as capacidades instaladas nos GTL's, criando em permanência serviços de proximidade localizados na Zona Antiga do Fundão: o Gabinete de Projeto de Apoio à Zona Antiga e Freguesias, Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica, Gabinete Ambiental e Gabinete de Fiscalização.

- **Criação de parcerias e cooperação com as universidades.**

- Criação de **redes temáticas** que se centrassem nos valores e problemas mais representativos do concelho: Parque Habitacional Degradado, Património Material e Imaterial, Edifícios Notáveis, Paisagem Cultural e Natural.

- Criação de um diálogo profundo entre elementos tradicionais e originais do território e linguagens contemporâneas, inovadoras e criativas, traduzido numa programação e animação cultural diferenciada/própria e no lançamento duma **rede de equipamentos culturais**.

- Negociação de **projetos estruturantes** em termos da mobilidade e acessibilidade e atração de funções principais para o concelho, com o projeto REFER com a Modernização da Linha da Beira Baixa e criação de condições para a fixação de empresas e postos de trabalho, são alguns dos exemplos mais significativos.

- Planeamento e gestão do território de uma forma coerente e sustentável, com base no desenvolvimento de **instrumentos de gestão territorial** e inserção nos **instrumentos de âmbito nacional e regional**.



- Desenvolvimento e preparação de candidaturas a programas de apoio financeiro – **financiamentos europeus e nacionais nas ações de reabilitação urbana.**

– **Projeto Agenda 21 Local**, desenvolvido com o intuito de promover uma gestão integrada para a Gardunha de preservação do seu património histórico, cultural e natural. Identificação e compreensão dos problemas sociais, culturais e ambientais da comunidade através da realização de um ciclo de fóruns de proximidade pelas freguesias da Gardunha, no sentido de estimular a colaboração e participação da população, auscultando os cidadãos e proceder à respetiva resolução.

Criação da **Agência de Desenvolvimento Gardunha 21** com o intuito de funcionar como entidade gestora da Gardunha representando todos os interessados de uma forma equilibrada e promovendo a realização de projetos e candidaturas.

- Dar conhecimento das intervenções pretendidas através de **apresentações públicas** para envolvimento e recolha de contributos da população.

4.6 Articulação com políticas de ordenamento e desenvolvimento

À semelhança do processo de regeneração urbana do Fundão, Alpedrinha, Janeiro de Cima e Barroca, e face ao sucesso obtido com a criação dos instrumentos específicos para incentivo a esta política, a Câmara Municipal do Fundão decidiu alargá-la à Aldeia Histórica de Castelo Novo. Assim, este documento tem como objetivo a formalização e ampliação de uma estratégia prosseguida pelo município ao longo destes últimos anos, despoletada na Zona Antiga do Fundão.

Neste sentido, pretende-se dar continuidade à regeneração urbana nas comunidades do concelho do Fundão no quadro de uma estratégia integrada e participada, pelo que se têm vindo a envolver vários atores em intervenções cruzadas em vários domínios de atuação.

A implementação da regeneração urbana no território assenta na constituição de parcerias, consideradas a base para o envolvimento de diferentes agentes na persecução de uma estratégia global norteada por critérios de sustentabilidade.

A participação de todos os sectores da sociedade é fundamental em qualquer política de cidades e comunidades urbanas. A construção de redes ou de novos cenários institucionais, ou seja, a capacidade de inovação organizacional é um desafio.

Regenerar é um desafio que tem de assentar numa estratégia coerente e multissetorial, capaz de integrar um conjunto alargado de questões com base no conhecimento aprofundado do território e das suas especificidades, bem como nas condições de capacitação das comunidades locais.



As linhas estratégicas destes projetos assentam na recriação de identidades e no reforço da atratividade, entendendo a cidade e as comunidades urbanas como espaços de residência e de requalificação e reabilitação da área de intervenção, estando devidamente articulado com o Plano Diretor Municipal do Fundão.

O PDM (em revisão) procura estabelecer as regras para utilização, ocupação e transformação do uso do solo no concelho refletindo a síntese estratégica de desenvolvimento, integrando as orientações constantes nos **instrumentos de âmbito nacional e regional**, nomeadamente:

- PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território,
- PROT Centro - Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro,
- PROF BI - Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior,
- POASAP - Plano de Ordenamento das Albufeiras de Santa Águeda e Pisco,
- Plano Sectorial Rede Natura 2000,
- PBH - Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo (Bacia Hidrográfica Internacional),
- PNDFCI - Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

O Município do Fundão tem procurado, também, planear e gerir o seu território de uma forma coerente e sustentável, pelo que tem desenvolvido outros **instrumentos de gestão territorial**:

- O **Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Fundão** (publicado pelo Edital n.º 502/2013, no Diário da República, 2ª Série, N.º 96 — 20 de maio de 2013) que estabelece as regras gerais, critérios e os princípios aplicáveis à quantificação das taxas e compensações das devidas ao Município do Fundão, pela emissão de alvarás, para a realização, manutenção e reforço de infraestruturas e reconhecimento de títulos das diferentes operações urbanísticas.

- O **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios** (aprovado pelo ICNF a 27 de Outubro de 2017) que reflete a estratégia e a importância que a floresta assume no concelho.

A serra da Gardunha assume-se como um ícone do Fundão pelo que tem sido alvo de uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável preconizada no Plano de Ordenamento de Paisagem que integra as orientações do Plano de Dinamização da Gestão dos Baldios da Serra da Gardunha e da Agenda Gardunha 21.



- O **Regulamento da Paisagem Protegida de Âmbito Local da Serra da Gardunha** (Declaração de retificação n.º 1288/2014, DR, 2ª Série, n.º 241 de 15 de dezembro de 2014) é o resultado do empenho demonstrado pelos Municípios do Fundão e de Castelo Branco na prossecução do desenvolvimento sustentável, conservação e preservação desta área, nomeadamente através da promoção do procedimento da classificação desta área de paisagem como paisagem protegida do âmbito local.

Conforme a Convenção Europeia da Paisagem (2000), o papel da paisagem é essencial como fator de equilíbrio entre o património natural e cultural, refletindo assim uma identidade, tanto em zonas urbanas como rurais.

Este plano tem como objetivos específicos:

- A conservação das espécies e *habitats* locais e a preservação do património natural e construído;
- A criação de novas oportunidades para o lazer ao ar livre em equilíbrio com os valores naturais e culturais salvaguardados através de parcerias público-privadas que preconizam um desenvolvimento sustentável;
- A continuidade da implementação das medidas de conservação da natureza e biodiversidade locais;
- A promoção da educação ambiental e de atividades de divulgação científica promovendo a sustentabilidade.

- O turismo tem sido uma aposta do Município que tem traduzido as orientações do **PEDTF – Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Concelho do Fundão**.

- Há ainda a referir a política social preconizada pelo **Plano de Desenvolvimento Social do Fundão** e o **Plano de Mobilidade e Acessibilidade**, o qual está a ser elaborado com o objetivo de tornar a cidade num espaço acessível a todos, cumprindo assim um imperativo ético e social, que se traduz no respeito pelos valores fundamentais da solidariedade, da liberdade e da equiparação de oportunidades, de acordo com o disposto no Decreto-Lei 163/2006 de 8 de agosto (na redação em vigor), que define o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais, das normas técnicas da acessibilidade. A área de intervenção deste plano abrange toda a zona urbana consolidada da sede de concelho.

Todas as opções preconizadas nestes instrumentos traduzem a intenção de melhorar a qualidade de vida dos residentes deste concelho procurando respeitar os valores ambientais e urbanísticos, existindo



para além dos já mencionados, outros instrumentos disponibilizados no “site” da Câmara Municipal do Fundão.

Por último, e com o intuito de dar uma resposta eficaz e direcionada para os desafios da reabilitação urbana, foram elaborados pelo município **instrumentos estratégicos, especialmente vocacionados para a reabilitação urbana da cidade e de algumas freguesias do Fundão**, consideradas prioritárias pela sua especificidade.

Regulamentos:

Com a elaboração destes regulamentos implementam-se um conjunto de disposições legais de âmbito municipal que permitem definir uma estratégia precisa, clara e consensual de uma política de atuação local, quanto à intervenção nos perímetros definidos nestes Regulamentos

Mais do que estabelecer regras, pretende-se definir, orientar e controlar a preservação e recuperação do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico. Estes Regulamentos pretendem, de uma forma generalizada, preservar e disciplinar alterações ao tecido existente e propor alternativas de reabilitação com vista à melhoria da qualidade da imagem urbana, nas suas diversas componentes.

- **Regulamento da Zona Antiga do Fundão**, (Edital n.º 373/2016, DR. 2.ª Série - N.º81 - 27 de Abril de 2016). O perímetro deste regulamento coincide com a área submetida à candidatura no âmbito da política de cidades do Mais Centro – Parceiras para a Regeneração Urbana – Reabilitação Urbana da Zona Antiga do Fundão - conhecida como Polis XXI, articulada com o Plano Diretor Municipal (PDM) e/ou Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).

- **Regulamento Municipal das Aldeias do Xisto**, publicado na 2ª Série do Diário da República, n.º 27, Edital n.º 146/2013 de 7 de Fevereiro, na redação em vigor.

- **Regulamento Municipal da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo**, publicado na 2ª Série do Diário da República, n.º 27, Edital n.º 145/2013 de 7 de Fevereiro.

- **Operações de Reabilitação Urbana e respetivas Áreas de Reabilitação Urbana:**

- **Operação de Reabilitação Urbana Cidade do Fundão**, orientada pelo respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, enquadrada com a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana, em processo de revisão de limite, e respetiva ORU;

- **Operação de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha**, orientada pelo respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, enquadrada com a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana, em processo de revisão de limite, e respetiva ORU;



- **Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia do Xisto de Janeiro de Cima, orientada pelo respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, enquadrada com a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana, em processo de revisão de limite, e respetiva ORU;**
- ARU da **Aldeia do Alcaide, orientada pelo respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, enquadrada com a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana e respetiva ORU.**
- A presente **Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia de Castelo Novo enquadrada com a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana**, nos termos do RJRU e demais regimes jurídicos, para promoção das medidas necessárias para a reabilitação desta área urbana.

Todas desenvolvidas nos termos do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU) e demais regimes jurídicos, para promoção das medidas necessárias de incentivo à reabilitação desta área urbana.

O **Regime Jurídico de Reabilitação Urbana (RJRU)** possibilitou agilizar e dinamizar a aprovação destas medidas, através de Operações de Reabilitação Urbana, de uma forma mais célere que os Planos de Pormenor e Salvaguarda permitindo ao município do Fundão uma ação imediata e mais operacional, uma vez que já existem os Regulamento Municipais referentes a cada uma das Operações mencionadas.

Assim, à semelhança da Zona Antiga do Fundão, da Vila de Alpedrinha e das Aldeias do Xisto de Janeiro de Cima e da Barroca, e atendendo à importância que a **Aldeia Histórica de Castelo Novo**, assume para o concelho do Fundão, não só pela sua especificidade como também pela sua integração na **Rede das Aldeias Históricas de Portugal**, promoveu-se, também, a elaboração da presente **Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia de Castelo Novo enquadrada com a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana**, nos termos do RJRU e demais regimes jurídicos, para promoção das medidas necessárias para a reabilitação desta área urbana.



4.7 Financiamentos Europeus e Nacionais das Ações de Reabilitação Urbana

FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO		
	Portugal 2020	Portugal 2020 – Programa Comunitário
FINANCIAMENTO NACIONAIS – Programas comunitários de apoio		
	IHRU 2020	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP. (privado): - Reabilitar para Arrendar - 1º Direito - Chave na Mão
	IFRRU2020	Instrumento Financeiro para a Reabilitação Urbana Programas com entidades Bancárias: - Santander IFRRU 2020 - BPI IFRRU 2020 – Reabilitação Urbana - Millenium IFRRU 2020



5 OPÇÕES ESTRATÉGICAS DE REABILITAÇÃO DA ARU, COMPATÍVEIS COM AS OPÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO

5.1 Plano de Ação | Eixos de Intervenção

5.2 Qualificação do Espaço Público e Ambiente Urbano

O Município do Fundão estabeleceu como prioridade dar continuidade à estratégia de requalificação/reabilitação do núcleo urbano de Castelo Novo.

Partindo de uma realidade em que o **Programa das Aldeias Históricas de Portugal** através da criação da **Rede das AH** mudou o paradigma destas aldeias com requalificação do edificado, das infraestruturas e equipamentos, complementada com a implementação de um forte plano de comunicação, marketing e dinamização.

Estão previstas intervenções ao nível do espaço público como é exemplo a criação de um circuito pedonal, **rede de percursos pedonais**, de ligação à **rede de equipamentos** definida, através da integração de uma faixa de mobilidade – Integração de um Percurso de Visitação | Interpretação. Esta faixa irá ter 80cm de largura, será construída em paralelos de granito de 11x11x11cm. Pretende-se integrar esta intervenção na Candidatura das AHP ao Programa Valorizar – Candidatura Turismo Acessível, que visa dotar todas as Aldeias da Rede de AHP com percursos acessíveis a pessoas com necessidades especiais. Face à orografia destas aldeias é de todo impossível obedecer às inclinações regulamentadas no Decreto-Lei nº 163/2006 de 8 de agosto – Normas Técnicas da Acessibilidade. Assim, cumulativamente devem ser previstas bolsas de estacionamento estratégicas dentro da aldeia para veículos específicos que em alternativa permitam levar indivíduos com mobilidade condicionada a todos os locais que lhes sejam inacessíveis.

Este conjunto de intervenções, em complemento com as já efetuadas quer ao nível do edificado, espaço público e infraestruturas, visam revitalizar o tecido urbano da Aldeia de Castelo Novo no sentido de melhorar a dinâmica cultural, a sua imagem urbana, o tecido económico-social possibilitando um produto turístico de qualidade e que prevê ser alargado a todas as pessoas onde estão incluídas as que têm uma mobilidade condicionada. Estas ações serviram de atrativo para acolher um conjunto de novas famílias e outras que se poderão vir a fixar.

Eleger esta aldeia cujo perímetro definido para esta ARU integra os perímetros definidos no Regulamento Municipal e da proposta de classificação da Aldeia, e tem em conta as características diversificadas bem como locais singulares e de grande valor patrimonial do seu edificado e envolvente,



foi um dos critérios que norteou um posicionamento político e só com esta vontade se poderá inflétir as tendências de despovoamento e abandono destes sítios.

Para tal, e de uma forma sucinta, as propostas incidem na requalificação do espaço público onde também estão integrados imóveis públicos e imóveis particulares. A requalificação do espaço público vai estar mais associada à integração da faixa de mobilidade, tendo semelhante importância a intervenção do Largo da Bica, na entrada da aldeia e que irá permitir um espaço de eventos que cumprirá o calendário já estabelecido. Este largo também permite o acesso direto à casa paroquial de Castelo Novo já requalificada.

Tendo em conta que a maioria dos espaços/edificado já foi intervencionado aquando a implementação do programa das AH onde o conjunto habitacional pensado caso a caso permitiu uma recuperação coerente e harmoniosa. Para dar continuidade a esta estratégia foi desenvolvido e implementado um Regulamento Municipal da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo.

5.2.1 Objetivos Específicos – dar continuidade às seguintes ações:

- **REQUALIFICAR O ESPAÇO PÚBLICO** – Faixa de mobilidade e Largo da Bica
- Criar e identificar **BOLSAS DE ESTACIONAMENTO** dentro da aldeia indo ao encontro de um conceito de **TURISMO ACESSÍVEL**;
- Reabilitar **EQUIPAMENTOS DE APOIO A ATIVIDADES TRADICIONAIS E LOCAIS**, que perpetuam a memória do sítio e das suas gentes.
- Reabilitar **EDIFICADO COM CARACTERÍSTICAS TRADICIONAIS**;
- Requalificar **REDES DE INFRAESTRUTURAS**.
- Promover e dinamizar o **ALOJAMENTO LOCAL/TURISMO RURAL**;
- Revitalizar e dinamizar o **TURISMO**, em parceria com a Rede das Aldeias Históricas de Portugal;
- Apoiar, incentivar, revitalizar e dinamizar o **COMÉRCIO TRADICIONAL/LOCAL** através da promoção dos produtos locais com enfoque nos produtos biológicos;
- Incentivar a fixação de **NOVOS RESIDENTES**.

5.2.2 Metas e Resultados

- Promover a melhoria do **ESPAÇO URBANO**;



- Reabilitar o **TECIDO EDIFICADO**;
- Reabilitar Imóveis Públicos;
- Reabilitar Imóveis Particulares;
- Promover a melhoria do **COMÉRCIO TRADICIONAL/LOCAL**;
- Dar continuidade à implementação de um plano de mobilidade – **TURISMO ACESSÍVEL**, com a integração da **FAIXA DE MOBILIDADE**;
- Reordenar o **TRÂNSITO** e as **BOLSAS DE ESTACIONAMENTO**;
- Melhorar as **REDES DE INFRAESTRUTURAS**;
- Promover fixação e **REJUVENESCIMENTO DA POPULAÇÃO**;
- Contribuir para a **AUTOESTIMA DOS RESIDENTES**

5.3 Visitação e Animação

A vertente de desenvolvimento cultural no âmbito do eixo visitaçã/animação aumenta em torno de um conjunto de ações firmadas e assentes na qualificação de uma oferta cultural integrada de eventos promovidos pela Rede das Aldeias Históricas de Portugal. Esta Agência que manifestamente é responsável por um desenvolvimento integrado, focalizado na promoção turística, havendo disponíveis pacotes temáticos que evidenciam o sucesso de toda esta operação numa estratégia de eficiência coletiva. Fortemente sustentada numa oferta turística bastante diversificada, focada nas seguintes vertentes: onde comer, onde dormir, o que ver e o que fazer; e nos seguintes percursos temáticos: GR22 – Grande Rota das Aldeias Temáticas, Percursos Turísticos e Culturais e Caminhos Históricos – PR11 FND | Castelo Novo.

Em parceria com o Município do Fundão foram desenvolvidos projetos da rede AH como é o caso do Atelier das Bonecas, instalado num edifício propriedade da Junta de freguesia e que é simultaneamente galeria de arte dinamizada atualmente pela pintora Manuela Justino, natural desta aldeia.

5.3.1 Objetivos Específicos:

- Fomentar a articulação entre os elementos fundamentais de **IDENTIDADE RURAL DO TERRITÓRIO E A ÁREA DE INTERVENÇÃO**;
- Desenvolvimento de um projeto integrado (que congrega e unifica diversos projetos) de **INTERVENÇÃO URBANA** visando e perpetuando o seu património;



- Continuar a promover a intervenção/recuperação de **ELEMENTOS DE PATRIMÓNIO CULTURAL**, devolvendo-se para usufruto do(s) público(s) visitantes e residentes;
- Criar e dinamizar os **EQUIPAMENTOS CULTURAIS/ TRADICIONAIS**;
- Dar continuação à Qualificação dos **SERVIÇOS CULTURAIS** promovidos pelo Município do Fundão, bem como dos agentes culturais com ação na zona de intervenção;
- Continuar a valorizar a **INOVAÇÃO E A CRIATIVIDADE**, alicerçada no projeto em rede das Aldeias Históricas de Portugal, enquanto elemento fundamental da afirmação da história desta aldeia, promovendo um **DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO E CULTURAL**, promovendo Projetos de Rede e **PROJETOS TRANSNACIONAIS**;
- Continuar a valorizar o **DESENVOLVIMENTO CULTURAL E CRIATIVO** enquanto eixo potenciador do **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**, em parceria com a Rede Aldeias Históricas de Portugal (Atelier das Bonecas) e **COMERCIANTES LOCAIS**.

5.3.2 Metas e Resultados

Pretende-se assim, com o plano de ação apresentado, obter as seguintes metas e resultados de efeito estruturante a nível do desenvolvimento urbanístico, social, económico e cultural da zona de intervenção, e em última análise disseminar os seus efeitos para o resto do território, bem como para a envolvente regional:

- Tornar a área de intervenção num **REFERENCIAL NO DOMÍNIO DA CRIATIVIDADE**;
- Dar sequência às sinergias criadas a partir da **INTEGRAÇÃO EM REDES DE ÂMBITO REGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL DE PROMOÇÃO DO CONCEITO DE NÚCLEOS URBANOS CRIATIVOS**, empreendedorismo e inovação no sector do ensino, cultural e de redes de promoção do património cultural;
- Dar continuidade ao **PROJETO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL**, integrando outros projetos de eventos e produtos culturais em parceria com a Rede Aldeias Históricas de Portugal;
- Continuar a promover a recuperação e funcionalização do **PATRIMÓNIO CULTURAL** materializado nos **EQUIPAMENTOS TRADICIONAIS/CULTURAIS**;
- Envolver mais **EQUIPAMENTOS POTENCIADORES DE SINERGIAS LOCAIS**;
- Dar continuidade à qualificação dos **SERVIÇOS CULTURAIS** associados a esses mesmos **EQUIPAMENTOS CULTURAIS**;



- Inculcar nos **PRODUTORES LOCAIS, COMERCIANTES E ARTESÃOS** um **ESPÍRITO EMPREENDEDOR**, tendo como guião os projetos dinamizados pela Rede de Aldeias Históricas de Portugal.
- Promover e incentivar a **PRODUÇÃO E PROMOÇÃO DE PRODUTOS BIOLÓGICOS** materializado num evento mensal num formato de mercadinho biológico dinamizado no centro da aldeia.
- Promover e sensibilizar através de ações de **FORMAÇÃO IN LOCO EM TORNO DA AGRICULTURA BIOLÓGICA E BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS** onde se insere também todo a área florestal.

5.4 Revitalização do Tecido Económico

5.4.1 Introdução e Objetivos Específicos

A economia local é um sector essencial, na medida em que possibilita a criação de uma dinâmica fundamental para o desenvolvimento destes núcleos urbanos.

Um comércio eficiente constitui um contributo atual para a eficiência dos sectores que estão a montante. Maior e mais concorrência no comércio implica maior exigência e obra noutros sectores, em benefício dos consumidores.

O desafio passa pela dinamização dos próprios espaços públicos e equipamentos onde se localiza o comércio tradicional, por forma a este poder apresentar uma maior simbiose entre consumo e lazer.

As novas formas de comércio são inevitáveis e implicam que o comércio tradicional aprofunde os seus elementos de diferenciação e potencie as suas próprias vantagens competitivas.

Isto significa que o comércio tradicional não é mais sinónimo de comércio isolado. O comércio tradicional do futuro é aquele que saiba conjugar com vantagens próprias a flexibilidade com a capacidade de inovação permanente, as novas tecnologias com a dimensão reduzida da sua estrutura, a valorização do fator qualidade e a melhoria do serviço prestado.

Assim, pretende-se desenvolver uma forma de dar maior visibilidade ao comércio tradicional em simbiose com a contemporaneidade, através de ações/parcerias promovidas pelos municípios, juntas de freguesia, associações locais aliadas à integração na Rede das Aldeias Históricas de Portugal.

“Histórias Criativas” é um projeto de cariz social, cultural e educativo desenvolvido pelas Aldeias Históricas de Portugal em parceria com os municípios da rede e que contou com a cooperação dos respetivos agrupamentos escolares. Junto da comunidade escolar do 1º ciclo foi proposto um desafio às crianças, de reinventarem as lendas/histórias das suas aldeias e áreas pertencentes, no âmbito do concurso Histórias Criativas – “Eu conheço a Minha Aldeia” que serviu de inspiração à linha de bonecos Histórias Criativas de Ana Almeida, no Atelier Histórias Criativas em Castelo Novo. Através do



ajustamento entre as técnicas do saber fazer mais tradicional ao *design* contemporâneo, foram concebidos doze modelos de bonecos pensados ao pormenor (seis raparigas e seis rapazes) com o mesmo traço, isto é, o mesmo tipo de material – a lã, um recurso transversal a toda a região.

O Eco Mercado, com venda de produtos biológicos, é uma atividade promovida no primeiro sábado de cada mês, promovida pela Associação Eco-Bio, que já dispõe também de um espaço na aldeia para comercialização permanente dos produtos.

Associado ao comércio tradicional, surge também a dinamização do alojamento local aliado às residências artísticas. Estes projetos promovem a revitalização do tecido urbano em simultâneo com o tecido económico, com a criação de novos postos de trabalhos e infraestruturas de apoio, tornando-se um atrativo para os visitantes e para os residentes.

5.4.2 Metas e Resultados

- Continuar a fomentar e aumentar a **CAPACIDADE DE INOVAÇÃO** dos comerciantes;
- Continuar a apostar no aumento da **QUALIDADE DOS SERVIÇOS** prestados;
- Aumentar o número de **VISITANTES E CONSUMIDORES**;
- Incubar ideias e **NEGÓCIOS INOVADORES E CRIATIVOS**, numa perspetiva de continuidade;
- **CONTINUAR A PROMOVER O AUMENTO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO COMERCIO TRADICIONAL DE CASTELO NOVO** em conjunto com os projetos promovidos pela Rede Aldeias Históricas de Portugal;
- **CONSOLIDAR A IMAGEM DE MARCA DO COMERCIO TRADICIONAL E DOS PRODUTOS BIOLÓGICOS** no âmbito das Aldeias Históricas de Portugal;
- **IMPLEMENTAR NOVOS ESTABELECIMENTOS, INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS** de apoio, na sequência do Programa das Aldeias Históricas de Portugal;
- **REJUVENESCIMENTO DA POPULAÇÃO COMERCIANTE E RESIDENTE**;

5.4.3 Parceria Local – Caracterização do Modelo Organizativo

Destina-se este capítulo à apresentação do modelo de organização e gestão da parceria com o objetivo de facilitar a conceção, monitorização e avaliação, quer pela entidade promotora, entidades parceiras, comunidade local e entidades financiadoras, em articulação direta com a Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal e a Agência Gardunha 21 com base nos princípios da Agenda 21 Local.

O modelo assentará essencialmente em **2 estruturas de base** a criar especificamente:



- **Comissão representativa de todos os parceiros (Conselho Local de Castelo Novo)**, constituindo a entidade de topo competente e responsável para tomar as decisões fundamentais de coordenação, acompanhamento e gestão com vista ao funcionamento adequado e eficaz da Parceria Local e à boa execução do Programa de Ação face às metas e objetivos estabelecidos;
- Num **Gabinete Técnico de apoio à Aldeia de Castelo Novo**, a partir da DOPQV (Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida), hierarquicamente dependente do presidente da referida comissão, tendo por missão apoiar-la tecnicamente, dotada de competências que lhe permita assegurar as seguintes funções inerentes ao programa de ação: gestão administrativa e financeira, incluindo a elaboração de relatórios de acompanhamento e execução; monitorização, avaliação e controle; apoio técnico aos beneficiários na preparação dos *dossiers* de candidatura e pedidos de pagamento; apoio técnico à requalificação dos edifícios particulares e acompanhamento sócio habitacional, entre outras ações decorrentes da execução do programa.

A Estrutura de Apoio Técnico será assegurada pelos serviços do Município, através de competências já nele instaladas, assumindo neste particular, os serviços já instalados/estruturados na Divisão de Ordenamento Planeamento e Qualidade de Vida, quer no que respeita à contínua sustentabilidade das ações entretanto projetadas quer na ótica dos serviços de proximidade; sendo de salientar, entre outros: Gabinete de Ação Social; Gabinete da Zona Antiga; Gabinete de Apoio ao Investimento (responsabilidade da ACIF); Gabinete SIG; Gabinete de apoio ao imigrante, ou através da contratação externa de prestação de serviços, podendo-se constituir grupos de trabalho com base na consultoria em matérias especializadas e das capacitações das entidades parceiras.

Conselho Local de Castelo Novo

Conforme referido acima o Conselho Local de Castelo Novo constituiria o órgão principal de gestão para a organização da parceria local e para a implementação e execução do programa no âmbito da operação de reabilitação urbana.

A presidência do Conselho Local de Castelo Novo será assegurada por um representante da Câmara, a quem serão delegadas as competências e responsabilidades inerentes ao cargo.

O Conselho Local de Castelo Novo integrará ainda como membros um representante de cada parceiro local público ou privado que formalmente participa na Parceria Local, nos termos do protocolo assinado.

O representante de cada parceiro local será indicado pela respetiva entidade, tendo que ter poder de decisão e deliberação.



Pode ser atribuída uma função específica a um parceiro local, na organização e/ou na dinamização da Parceria Local e do Programa, através de proposta do Presidente ou de outro membro do Conselho Local de Castelo Novo e com decisão por consenso no âmbito da Comissão.

Neste âmbito será ainda criada uma comissão de acompanhamento onde estarão representados diferentes organismos da Administração Central e outras entidades e pessoas individuais (p. ex., investigadores, líderes de opinião, comerciantes, mercados municipais, etc.).

5.5 Plano de comunicação e informação

No terceiro milénio a competição pela riqueza será feita a uma escala global, principalmente resultante do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e da informação.

Para esta aldeia, está já prevista, em parceria com a Rede Aldeias Históricas de Portugal, a implementação de uma política de marketing territorial integrada e sistemática com o objetivo de aumentar a competitividade e atrair as fontes de riqueza. Esta, é uma decisão estratégica muito importante, que tem vindo a permitir, com a melhoria da qualidade de vida das populações e através da execução dos projetos previstos, trabalhar a aldeia do ponto de vista de uma marca abrangendo todos os sectores de atividade.

Numa política de marketing territorial existem diferentes segmentos de mercado-alvo: residentes, turistas e investidores.

Quanto aos primeiros, contribui para aumentar o espírito de pertença e autoestima dos residentes, dando continuidade à criação/recuperação de infraestruturas, serviços, acessibilidades clarificando a identidade e posicionamento percebido pelos não residentes, numa ótica de desenvolvimento sustentável.

O fator-chave do sucesso no aspeto turístico é a congruência entre o autoconceito do turista, a imagem do destino (autocongruência) e as experiências inovadoras.

No que respeita aos investidores é essencial que a aldeia ofereça condições de competitividade (baixos custos, infraestruturas, competências e recursos humanos qualificados) e benefícios como a transferência da imagem da aldeia aos produtos aí desenvolvidos/produzidos.

Dar continuidade às ações de comunicação e marketing que o município já tem vindo a desenvolver com empresas de comunicação.



5.5.1 Objetivos Específicos

- Continuar a apostar na **PROMOÇÃO URBANA E TERRITORIAL** como uma faceta fundamental em processos de revitalização de forma a atrair esforços de todo o tipo – económicos, institucionais, sociais, cívicos.
- Dar continuidade ao **PLANO DE MARKETING** do programa de regeneração e dos seus pressupostos.
- Continuar a fomentar e promover a **APROPRIAÇÃO E ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO COM O PROGRAMA**, e consciencializá-la das melhorias na qualidade de vida com a sua execução;
- **ENVOLVER A COMUNIDADE NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO E EVOLUÇÃO DO PROGRAMA**, em tempo real através de ações / suportes:
 - A informação deverá ser atempada, real, detalhada e de fácil entendimento, abrangendo todos os canais de comunicação possíveis, considerando que, por natureza, todo o ser humano é avesso à mudança e que no dia-a-dia de cada habitante a execução de cada um dos projetos irá previsivelmente causar alguns transtornos.
 - Além disso, considerando a facilidade e interatividade das ferramentas de comunicação escolhidas, ou previstas, será imediato o acesso à informação e permitirá a discussão / esclarecimento.
 - Após este trabalho de esclarecimento, divulgação e perceção do impacto positivo de um programa desta envergadura, é fundamental que se consiga que todo e qualquer equipamento, novos serviços/funcionalidades e novas acessibilidades venham a ser apropriados / usufruído por residentes e não residentes. No fundo que se consiga criar uma grande empatia por toda a comunidade tendo como metodologia a partilha e discussão antecipada das ações e intervenções a executar.

5.5.2 Metas a Atingir

- Criar **NOTORIEDADE** na Operação de Reabilitação Urbana de Castelo Novo;
- Criar **ESPÍRITO DE PERTENÇA E AUTOESTIMA** junto dos residentes;
- **CLARIFICAR A IDENTIDADE E POSICIONAMENTO** percebido pelos não residentes;
- **INFORMAR OS RESIDENTES**, em tempo útil, de todos os detalhes do programa;
- **MINIMIZAR OS EVENTUAIS IMPACTOS NEGATIVOS** na vida diária dos residentes, com a implementação do programa.



**Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo**

- **COMUNICAR TODOS OS PROGRESSOS DA OPERAÇÃO DE REGENERAÇÃO URBANA** fomentando a criação de consensos em torno da sua evolução futura e fazendo a coletividade participar neles.



Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo

6 QUADRO PROGRAMA DA ORU

EIXOS DE INTERVENÇÃO		AÇÕES	ORÇAMENTO	
Intervenções Efetuadas	1. Qualificação do Espaço Público e Ambiente Urbano	<p>Parque de Estacionamento</p> <p>Requalificação da Ligação entre o Parque de Estacionamento e a Povoação</p> <p>Amanjós Urbanísticos do Largo do Adro</p> <p>Espaço Intramurais do Castelo</p> <p>Pavimentação de Acesso à Ribeira de Alprede</p> <p>Amanjós Urbanísticos na Freguesia</p> <p>Beneficiação do Caminho de Acesso ao Cemitério</p> <p>Agude de Castelo Novo</p> <p>Beneficiação do caminho rural ao cemitério</p> <p>Amanjós da Zona Balnear</p> <p>Reconstrução de muros na ribeira de Alprede</p> <p>Requalificação dos equipamentos da barragem do Samero e Barragem da Andorinha</p>		
		<p>Recuperação da Igreja de Castelo Novo</p> <p>Obras Complementares nas Casas nº 204,205 e 206</p> <p>Torre de Menagem do Castelo</p> <p>Recuperação e Adaptação de Imóvel a Edifício de Apoio a Atividades Recreativas e Culturais</p> <p>Recuperação e Adaptação de Imóvel a Edifício de Apoio a Atividades Recreativas e Culturais - 1º Andar Ateliê das Bonecas (Projeto Aldeias Históricas de Portugal) Equipamento</p> <p>Recuperação e Adaptação de Imóvel a Edifício de Apoio a Atividades Recreativas e Culturais - Piso Terceiro Sala de Exposições da Pintora Manuela Justino Equipamento e conteúdos</p> <p>Recuperação e Adaptação da Casa Paçoquial a Centro de Férias do Programa Escolhas</p> <p>Instalação do Posto Turístico num edifício da Junta de Freguesia no Largo da Bica</p> <p>Recuperação e Adaptação de imóveis a Residências Artísticas</p>		
		<p>1ª Candidatura</p> <p>2ª Candidatura</p> <p>3ª Candidatura</p> <p>4ª Candidatura</p> <p>5ª Candidatura</p> <p>6ª Candidatura - Recuperação de Fachadas e Coberturas (casas nº 27,86,65,64 e 63) e Tratamento do Espaço Público (Rua N.º Sr.ª da Serra, Rua Alprede e Rua Escada Mourão)</p> <p>7ª Candidatura</p> <p>8ª Candidatura</p> <p>9ª Candidatura</p> <p>10ª Candidatura</p> <p>11ª Candidatura - Casa nº2 Solar da Família Falcoã</p> <p>11ª Candidatura - Casa nº2 Solar da Família Falcoã</p> <p>12ª Candidatura - Rua da Misericórdia</p> <p>13ª Candidatura - Rua de Santo António, Rua do Castelo e Rua Torre de Menagem</p> <p>14ª Candidatura - Rua N.º Sr.ª das Graças, Rua da Alprede, Rua Professor Gonçalves Coutinho, Travessa das Flores e Rua da Paz</p> <p>15ª Candidatura</p> <p>16ª Candidatura - Casa nº 175 Solar da Família Gamboa</p> <p>17ª Candidatura - Casa Petrus Guterri</p> <p>18ª Candidatura - Pavimentação e Rede de Infraestruturas Básicas</p> <p>Infraestruturas - Telecomunicações e reposição de pavimentos</p>		
		<p>Construção de Infraestruturas de Telecomunicações e Eletrodrede de Castelo Novo</p> <p>Estensão da Rede de Águas na Freguesia de Castelo Novo - Zona Escolaridade e Zona das Gândaras de Baixo</p> <p>Construção da Variante a Castelo Novo</p> <p>Construção de Infraestruturas de Telecomunicações e Elétricas em Castelo Novo - Trabalhos não previstos</p> <p>Estensão da Rede de Águas na Freguesia de Castelo Novo - Travessa da Via Flévia</p> <p>Captação e Reforço do Abastecimento de Água a Castelo Novo</p> <p>Reforço do Abastecimento de Água a Castelo Novo</p> <p>Infraestruturas de Apoio ao Castelo de Castelo Novo (Incluindo Posto de Turismo)</p> <p>Trabalhos complementares nas Infraestruturas de apoio ao Castelo de Castelo Novo</p> <p>Ligação de EN 16 ao Posto</p> <p>Sistemas autónomos de distribuição de água para consumo público de águas residuais do Concelho do Fundão - Castelo Novo Fase I</p> <p>Sistemas autónomos de distribuição de água para consumo público e drenagem de águas residuais do Concelho do Fundão - Castelo Novo Fase II</p> <p>Infraestruturas elétricas e de telecomunicações em Castelo Novo</p> <p>Execução de Infraestruturas em Castelo Novo</p> <p>Qualificação de Infraestruturas Elétricas - Eficiência Energética (substituição por luminárias de led)</p> <p>Instalação da fibra ótica</p>		
		<p>Obras de calçamento em arruamentos na Freguesia</p> <p>Intervenção no Espaço Público - Integração da Faixa de Mobilidade</p> <p>Posto de Turismo - Acessibilidades</p>		
2. Visitação e Animação	Percurso Temáticos	Rota da Ribeira de Alprede Rotas e Percursos da Gardunha Rota de Castelo Novo Caminhos Históricos PR11 - FND - Castelo Novo		
Total Intervenções Efetuadas			6.184.181,00 €	
Intervenções a Efetuar	1. Qualificação do Espaço Público e Ambiente Urbano	<p>Requalificação do Largo da Bica</p> <p>Requalificação e Limpeza da Fonte Pequena, Ribeiras e Levadas</p> <p>Requalificação do parque do Alardo</p> <p>Instalação de Parque de Caravanas</p> <p>Requalificação da envolvente ao parque fluvial</p> <p>Intervenção no Espaço Público - Integração da Faixa de Mobilidade - continuação</p>	<p>80.000,00 €</p> <p>230.000,00 €</p> <p>200.000,00 €</p> <p>40.000,00 €</p> <p>30.000,00 €</p> <p>30.000,00 €</p>	
		<p>Recuperação de Escola Primária</p> <p>Recuperação e Adaptação do Edifício dos Paços do Concelho a Centro Cultural com auditório</p> <p>Recuperação da Antiga Fábrica de Cobertores para adaptação a alojamento turístico - privado</p> <p>Adaptação do atual Posto de Turismo a Núcleo Arqueológico</p> <p>Manutenção dos espaços públicos</p>	<p>50.000,00 €</p> <p>60.000,00 €</p> <p>200.000,00 €</p> <p>25.000,00 €</p> <p>500.000,00 €</p>	
		<p>Projeto de Requalificação do Parque Habitacional Privado - Aldeias Históricas</p>	303.000,00 €	
	Subtotal			1.315.000,00 €
	2. Visitação e Animação	Oficinas Criativas Núcleo Arqueológico - Elaboração de conteúdos Desdobráveis das Boas Práticas de Intervenção Festival de Música Antiga Animação da GR AH em Castelo Novo Eco-Mercado - Venda de produtos biológicos Espaço de Recepção de Visitantes com venda de produtos	<p>50.000,00 €</p> <p>50.000,00 €</p> <p>700,00 €</p> <p>150.000,00 €</p> <p>5.000,00 €</p> <p>30.000,00 €</p> <p>30.000,00 €</p>	
Subtotal			315.700,00 €	
3. Revitalização do Tecido Económico	Programa de revitalização económica das AH - Privado Reabilitação da área das Águas do Alardo - Privado Dinamização das residências artísticas no âmbito de Projetos das Aldeias Históricas	<p>1.000.000,00 €</p> <p>1.000.000,00 €</p> <p>50.000,00 €</p>		
Subtotal			2.050.000,00 €	
4. Acompanhamento e Avaliação	Turismo de Portugal Agenda Gardunha 21 Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida Balcão Único de atendimento ao Município Oficina Móvel Regulamento da Vila de Alpedrinha e da Aldeia Histórica de Castelo Novo Plano de Comunicação e Marketing	<p>-</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>15.000,00 €</p> <p>-</p> <p>-</p> <p>51.847,00 €</p>		
Subtotal			66.847,00 €	
Total Intervenções a Efetuar			3.967.547,00 €	
Total			10.151.728,00 €	



6.1 Área de Reabilitação Urbana

A área de reabilitação urbana delimitada tem uma extensão de 17,14 hectares e integra o limite definido em regulamento (Regulamento Municipal da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo), (tendo sido alargado para a fábrica do Alardo, a antiga fábrica de cobertores, a praia fluvial) e o limite definido no procedimento de classificação da Aldeia de Castelo Novo e ZEP/ASA (Zona Especial de Proteção / Área de Sensibilidade Arqueológica).

Esta área de reabilitação urbana surge como incentivo à intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em virtude da integração da aldeia de Castelo Novo na Rede Aldeias Históricas de Portugal e do seu carácter histórico, cultural, económico e social,

A análise do conjunto edificado da aldeia de Castelo Novo define este aglomerado pela sua antiguidade, qualidade e originalidade, reflete a evolução e mutação que ao longo dos tempos deram origem a uma paisagem urbana de identidade e carácter que **o Município, em parceria com a Aldeias Históricas de Portugal – Associação de Desenvolvimento Turístico, tem como princípio preservar, dinamizar, revitalizar, requalificar e reabilitar.**

Junto se anexa planta com delimitação da ARU e com identificação de todos os prédios abrangidos (Anexo I).

6.2 Prazo de execução da operação de reabilitação urbana

A operação de reabilitação urbana vigora por um prazo de **15 anos** a contar da data da aprovação.

6.3 Prioridades e objetivos a prosseguir na execução da operação de reabilitação urbana

Face à degradação e descaracterização crescente dos imóveis que integram a área definida como Área de Reabilitação Urbana, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, a Câmara Municipal do Fundão definiu como prioritária a criação de uma operação de reabilitação urbana (ORU). Esta tem como objetivo primordial apoiar, beneficiar e incentivar as ações de intervenção nos imóveis, executadas pelos proprietários e demais titulares de direitos, através da definição de um conjunto de critérios para a reabilitação urbana com o intuito de promover a qualidade das intervenções no edificado e encontrar soluções estratégicas de apoios e incentivos.

Assim, tendo em consideração o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, alterado pela Lei nº 32/2012, na redação em vigor, de 14 de Agosto as prioridades e objetivos estabelecidos pela Câmara Municipal do Fundão para a aldeia histórica de Castelo Novo, devem contribuir de uma forma articulada para:



- Assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados;
- Reabilitar tecidos urbanos degradados ou em degradação;
- Melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano;
- Garantir a proteção e promover a valorização do património cultural;
- Afirmar valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana;
- Assegurar a integração funcional e a diversidade económica e sociocultural nos tecidos urbanos existentes;
- Desenvolver novas soluções de acesso a uma habitação condigna;
- Promover a criação e a melhoria de acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada;
- Fomentar a adoção de critérios de eficiência energética em edifícios privados.

6.4 Modelo de gestão da ARU e de execução da respetiva operação de reabilitação urbana

Nos termos do artigo 8º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, republicado no Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de Outubro, na redação em vigor, o município pretende optar pela realização de uma **Operação De Reabilitação Urbana Sistemática**, que consiste numa intervenção integrada de reabilitação urbana dentro do perímetro definido, principalmente direcionada para a reabilitação do edificado. Este dever impende sobre os proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos e é densificado em função dos objetivos definidos na presente estratégia de reabilitação urbana.

O município assume-se como entidade gestora, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 10.º do mesmo diploma, com a responsabilidade de coordenar e gerir esta operação de reabilitação urbana.

7 QUADRO DE APOIOS E INCENTIVOS ÀS AÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA

Os incentivos previstos para a ORU visam sobretudo atuar em três vertentes: fiscal, financeira e regulamentar.



7.1 Procedimento/metodologia e Critérios de Reabilitação Urbana

A submissão da candidatura aos apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU é realizada no Balcão Único com o preenchimento de um impresso específico no qual é mencionado o registo de entrada do processo para efeitos de controlo das operações urbanísticas. **(Anexo II e/ou Anexo III)**

Se os critérios de Reabilitação Urbana, constantes no Regulamento da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo e no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – RMUE – do concelho do Fundão, forem cumpridos na execução da obra, a entidade gestora remete para o serviço local das finanças uma declaração de como o imóvel integra o perímetro definido como ARU, para respetiva atribuição dos benefícios fiscais.

Irão ser elaborados relatórios técnicos, no início e final da obra, pelos serviços técnicos da Câmara Municipal do Fundão com competências delegadas para o efeito (Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida), que irá identificar o cumprimento da execução dos regulamentos. **(Anexo IV e Anexo V)**

7.1.1 Incentivos de natureza fiscal

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são passíveis de isenção de IMI por um período de 5 anos, a contar do ano, inclusive da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de 5 anos. Os incentivos apenas são aplicáveis aos imóveis objetos de ações de reabilitação iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020.

Esta isenção está dependente de deliberação da Assembleia Municipal.

- **IRC - Imposto sobre o Rendimento Coletivo**

Isentos de IRC:

Ficam isentos de IRC os rendimentos de qualquer natureza obtidos por fundos de investimento imobiliário que operem de acordo com a legislação nacional, desde que se constituam entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 e pelo menos 75% dos seus ativos sejam bens imóveis sujeitos a ações de reabilitação realizadas nas áreas de reabilitação urbana.

- **IRS - Imposto sobre Rendimento Singular**

1. Dedutíveis à coleta, em sede de IRS, até ao limite de 500,00 €, 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação de:

- Imóveis recuperados nos termos da respetiva estratégia de reabilitação; ou



- Imóveis arrendados passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27.º e seguintes do Novo Regime de Arrendamento Urbano, que sejam objeto de ações de reabilitação;

Os encargos devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou da comissão arbitral municipal, consoante os casos.

2. Mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português tributadas à taxa autónoma de 5%:

- Quando decorram da alienação de imóveis recuperados nos termos da respetiva estratégia de reabilitação.

3. Rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português tributadas à taxa de 5%, quando sejam decorrentes do arrendamento de:

- Imóveis recuperados nos termos da respetiva estratégia de reabilitação;

- Imóveis arrendados passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27.º e seguintes do NRAU, que sejam objeto de ações de reabilitação.

4. Dedução de 50% dos rendimentos relativos a dividendos:

Os titulares de rendimentos respeitantes a unidades de participação nos fundos de investimento, quando englobem os rendimentos que lhes sejam distribuídos, têm direito a deduzir 50 % dos rendimentos relativos a dividendos, nos termos e condições previstos no artigo 40.º-A do Código do IRS.

• **IRC + IRS**

1. Retenção na fonte de IRS ou de IRC, à taxa de 10%:

Rendimentos respeitantes a unidades de participação nos fundos de investimento imobiliário, pagos ou colocados à disposição dos respetivos titulares, exceto quando os titulares dos rendimentos sejam entidades isentas quanto aos rendimentos de capitais ou entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português ao qual os rendimentos sejam imputáveis, excluindo:

a) As entidades que sejam residentes em país, território ou região sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável;

b) As entidades não residentes detidas, direta ou indiretamente, em mais de 25 % por entidades residentes.



2. Tributação à taxa de 10% do saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias que resultam da alienação de unidades de participação nos fundos de investimento imobiliário desde que:

- Os titulares sejam entidades não residentes a que não seja aplicável a isenção prevista no artigo 27.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, ou;
- Sujeitos passivos de IRS residentes em território português que obtenham os rendimentos fora do âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola e não optem pelo respetivo englobamento.

3. Dispensa de retenção na fonte:

- Só se verifica quando os beneficiários dos rendimentos fizerem prova, perante a entidade pagadora, da isenção de que aproveitam ou da qualidade de não residente em território não português, até à data em que deve ser realizada a retenção na fonte;
- Em caso de omissão de prova, o substituto tributário ficará obrigado a entregar a totalidade do imposto que deveria ser deduzido nos termos da lei, aplicando-se as normas gerais previstas nos códigos atinentes à responsabilidade pelo eventual imposto em falta.

- **IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis:**

A Câmara deliberou em Câmara Municipal, realizada em 13 de Dezembro de 2019, e Assembleia Municipal, realizada em 19 de Dezembro de 2019, as seguintes taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2020, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º1, alínea c) e no artigo 25.º, n.º1, alínea d) da Lei/2013, de 12 de setembro, com as sucessivas alterações, disposições estas que devem ser aferidas com os trâmites previstos pelo C.I.M.I. :

Aplicação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2020 nos seguintes termos:

- Prédios rústicos: 0,8%, nos termos do estipulado pelo artigo 112.º, n.º1, alínea a) do C.I.M.I.;
- Prédios urbanos avaliados nos termos do C.I.M.I.: 0,38% nos termos do estipulado pelo artigo 112.º, n.º1, alínea c) do C.I.M.I.;



1. Incentivos de minoração e majoração de IMI

Fundamento de Legal	Normativo CIMI	Majoração/Minoração
Prédios urbanos degradados (todas as freguesias do concelho)	Artigo 112º, n.º 8	Majoração de 30%
Prédios urbanos degradados entretanto recuperados (todas as freguesias do concelho)	Artigo 112º, n.º 6	Minoração de 30%
Prédios urbanos/Frações devolutas há mais de um ano (todas as freguesias do concelho)	Artigo 112º, n.º 3	Majoração ao triplo
Prédios urbanos em ruína (todas as freguesias do concelho)	Artigo 112º, n.º 3	Majoração ao triplo

2. Isenção de IMI sobre imóveis classificados

- Estão isentos de IMI os prédios classificados por Monumentos Nacionais e os prédios individualmente classificados como de interesse público ou de interesse municipal, nos termos da legislação aplicável.

Nota: Dever-se-á ter em consideração as atualizações da taxa de IMI uma vez que, de acordo com o estabelecido na legislação em vigor, cabe aos municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa de imposto municipal sobre imóveis a aplicar em cada ano dentro dos intervalos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 112.º do C.I.M.I.

• **IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis**

Isentas do IMT:

a) As aquisições de prédios classificados como de Interesse Nacional, de Interesse Público ou de Interesse Municipal.



- b) Aquisições de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado.
- c) Prédios urbanos arrendados passíveis de atualização faseada das rendas.

Nota: A isenção está dependente da deliberação da assembleia municipal, que define o seu âmbito e alcance (n.º 2 do artigo 12.º da Lei das Finanças Locais).

- **IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado**

IVA a taxa reduzida:

- Aplica-se a taxa de 6% de IVA às empreitadas de reabilitação urbana.

7.1.2 Incentivos de natureza financeira

- **Comparticipações**

Comparticipação ao arrendamento destinado a jovens através do programa “Porta 65”, ou outros equivalentes; Empréstimo em condições favoráveis a operações que promovam a melhoria do desempenho ambiental dos edifícios de habitação particular através do programa “Casa Eficiente 2020”.

- **Protocolos com entidades bancárias**

Santander – IFRRU 2020;

BPI – IFRRU 2020 – Reabilitação Urbana;

Millenium IFRRU 2020.

- **Programas Comunitários de apoio**

Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas - IFRRU 2020 (<https://ifrru.ihru.pt/>)

Portugal 2020, entre outros programas comunitários, existentes ou a criar.

- **Outros:**

Programas de financiamento do IHRU, IP.: IFRRU2020 (Instrumento Financeiro para a Reabilitação Urbana), RPA (Reabilitar para Arrendar); entre outros incentivos de financiamento de âmbito nacional, existentes ou a criar.

7.1.3 Incentivos de natureza legal e procedimentos

Possibilidade de imposição da obrigação de reabilitar e obras coercivas.



7.2 Quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação urbana criados pelo município

7.2.1 Critérios de reabilitação urbana

São abrangidas pelo presente regime de incentivos de natureza fiscal e financeira as ações de reabilitação que tenham por objeto prédios urbanos localizados dentro do perímetro definido como ARU, e que cumpram os requisitos constantes no Regulamento da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo, atentos às normas legais dispostas nos regulamentos municipais e planos de ordenamento municipais vigentes.

As **ações de reabilitação** sujeitas ou isentas de licenciamento nos termos do RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor), devem cumprir, pelo menos, um dos seguintes critérios de Reabilitação Urbana:

- Conservação/reparação das caixilharias, com a substituição de elementos degradados e/ou reposição dos elementos originais;
- Conservação/reparação das coberturas, incluindo a estrutura, com a substituição de elementos degradados e/ou reposição dos elementos originais;
- Conservação/reparação das alvenarias, com a substituição de elementos degradados e/ou reposição dos elementos originais e respetiva pintura caso o imóvel o exija.

7.2.2 Incentivos de natureza fiscal

Os incentivos fiscais são aplicáveis aos imóveis objeto de ações de reabilitação iniciadas após 1 de Janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de Dezembro de 2020.

- **Procedimento/metodologia**

- A submissão da candidatura aos apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU, é feita no Balcão Único com o preenchimento de um impresso específico, no qual é mencionado o registo de entrada do processo para efeitos de controlo das operações urbanísticas, ou comunicação de obras isentas nos termos do RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor).

-Se os critérios de Reabilitação Urbana, constantes no Regulamento da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo, dentro de perímetro definido deste regulamento e o Regulamento Municipal



de Urbanização e Edificação- RMUE do Concelho do Fundão dentro da ARU, forem cumpridos na execução da obra, a entidade gestora remete para o serviço local das finanças uma declaração de como o imóvel integra o perímetro definido como ARU , para a respetiva atribuição dos benefícios fiscais.

Irão ser elaborados relatórios técnicos, no início e final da obra, pelos serviços técnicos da Câmara Municipal do Fundão com competências delegadas para o efeito (Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida), que irá identificar o cumprimento da execução da obra de acordo com os critérios de Reabilitação Urbana. (**Anexo IV e Anexo V**).

7.2.3 IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis:

Isenção parcial da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis

O município do Fundão delibera a aplicação da isenção parcial da taxa do IMI aos prédios urbanos sujeitos a intervenções (não sendo estas reduções acumuláveis), mediante os seguintes critérios de reabilitação urbana:

- Quando cumprem um dos critérios - 25% no ano seguinte;
- Quando cumprem dois critérios em simultâneo - 25% durante 5 anos;
- Obras de intervenção global, cumprindo todos os critérios - 50% durante 5 anos.

- **Regulamentos Municipais**

Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização- RMUE – do concelho do Fundão (publicado pelo Edital n.º 502/2013, no Diário da República, 2ª Série, N.º 96 — 20 de maio de 2013)

Redução de 50% das taxas previstas no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Concelho do Fundão, no caso de **ações de reabilitação** inseridas em área de reabilitação urbana, tal como definidas do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, na redação em vigor, (Artigo 19º, n.º 3 do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação - RMUE - do Concelho do Fundão).

- **Regulamento Municipal da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo** (publicado na 2ª Série do Diário da República, n.º 27, Edital n.º 145/2013 de 7 de Fevereiro):

- **Isenção pelo prazo de 2 anos das taxas por ocupação de via pública** desde que seja respeitado o Regulamento Municipal da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo e o "Regulamento Municipal de Ocupação da Via Pública, do Mobiliário Urbano, do Trânsito e da Publicidade" na sua redação atual.



7.2.4 Incentivos de Natureza Financeira

- **Criação de um piquete municipal**

SOS Património - Oficina Móvel

Criação de um piquete para obras de conservação/manutenção em todos os edifícios que sejam objeto de intervenção parcial e que cumpram os critérios da Reabilitação Urbana disponibilizando para esse fim a mão-de-obra necessária.

Condições de aplicação dos instrumentos de execução de reabilitação urbana

Aos apoios e incentivos previstos anteriormente, podem concorrer todos os proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos de prédios ou frações incluídas no perímetro definido, tendo em consideração as metodologias e critérios descritos no capítulo.

É de salientar que a divulgação das condições de aplicação destes instrumentos será feita com base na seguinte estratégia de sensibilização e informação definida para a ORU:

- Apresentação pública do programa;
- Elaboração de folhetos e desdobráveis e disponibilização *online* da informação (sítio da câmara), com base nos seguintes elementos:
 - a. Mapa com perímetro da ARU;
 - b. Enunciar os critérios definidos no capítulo anterior;
 - c. Indicar respetivos incentivos e benefícios fiscais;
 - d. Referenciar o Regulamento Municipal da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo, como documento regulador de intervenções dentro do perímetro deste regulamento.

Os Anexos serão disponibilizados no B.U.M. (Balcão Único Municipal) e *online* após implementação da Área de Reabilitação Urbana.



ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: NUTS II Região Centro	10
Figura 2: NUTS III Região Centro	10
Figura 3: Concelhos da NUTS III Cova da Beira	11
Figura 4: NUTS II Região Centro	21
Figura 5: Concelho do Fundão	21
Figura 6: Localização Territorial da Aldeia Histórica de Castelo Novo	52
Figura 7: Representação da localização do Património Classificado/Em vias de Classificação na Aldeia Histórica de Castelo Novo	58
Figura 8: Proposta de delimitação de ZEP – Zona Especial de Proteção	59
Figura 9: Mapa de localização da arquitetura religiosa	61
Figura 10: Mapa da Arquitetura Civil Residencial e de Equipamento	65
Figura 11: Mapa da Arquitetura Militar	66
Figura 12: Mapa Chafarizes/Fontes e Fontanários	67

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Variação populacional ocorrida entre 2001-2016 Na Cova da Beira e Fundão.	23
Gráfico 2: Distribuição da População Residente por Género	23
Gráfico 3: Distribuição da População Residente por Faixa Etária	24
Gráfico 4: Distribuição da População Residente por Estado Civil	25
Gráfico 5: Distribuição da População Residente por Nível de Instrução	25
Gráfico 6: Representação gráfica da dimensão Média das Famílias	26
Gráfico 7: Representação gráfica da dimensão do agregado familiar entre 2001-2011	27



Gráfico 8: Distribuição da População Ativa por Sexo	28
Gráfico 9: Contabilização da população empregada	28
Gráfico 10: Níveis de instrução da população empregada no concelho do Fundão	29
Gráfico 11: Contabilização da população desempregada	30
Gráfico 12: Representação gráfica da evolução do desemprego entre 2013-2016	30
Gráfico 13: Evolução do número de pensionistas entre 2011-2016	31
Gráfico 14: Contabilização dos cidadãos beneficiários do RSI	32
Gráfico 15: Evolução da taxa de Natalidade entre 2011-2016	32
Gráfico 16: Evolução da taxa de mortalidade entre 2011-2016	33
Gráfico 17: Evolução da taxa de Crescimento Natural entre 2011-2016	34
Gráfico 18: Evolução da taxa de Crescimento Efetivo entre 2011-2016	35
Gráfico 19: Evolução da taxa de Crescimento Migratório entre 2008-2016	35
Gráfico 20: Evolução da taxa de mortalidade entre 2001-2016	36
Gráfico 21: Distribuição da População por faixa etária	55





LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADTAHP - Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal

AHCB - Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira

AIBT - Ação Integrada de Base Territorial

ARU - Área de Reabilitação Urbana

CAE - Classificação Portuguesa de Atividades Económicas

CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

CIM-BSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela

DGPC - Direção Regional do Património Cultural

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

NUT – Nomenclatura de Unidade Territorial

ORU – Operação de Reabilitação Urbana

PDM - Plano Diretor Municipal

PORDATA - Base de Dados de Portugal Contemporâneo

PROVERE - Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos

QCAIII - Terceiro Quadro Comunitário de Apoio

SCIE - Sistema de Contas Integradas das Empresas

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

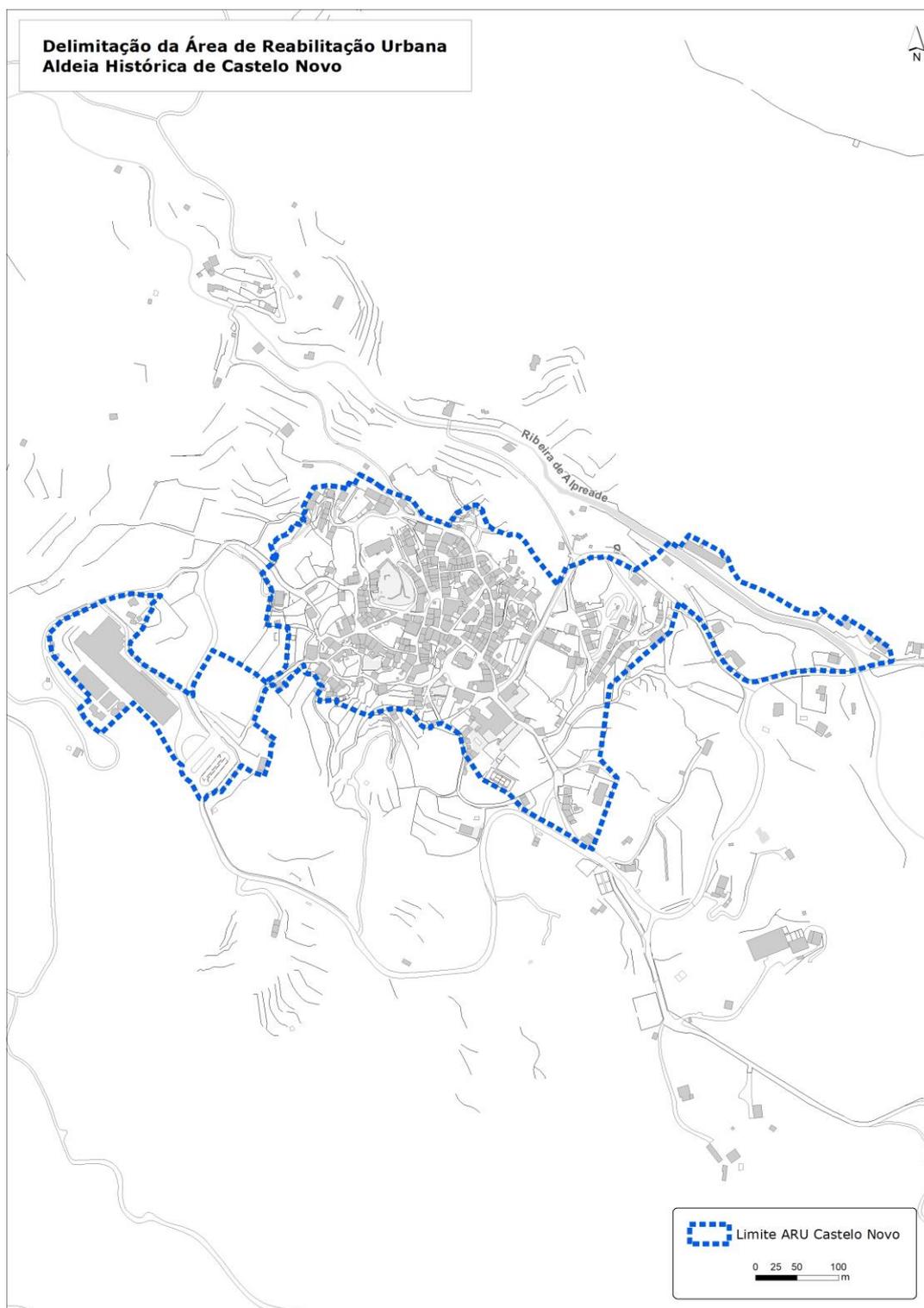
SIC - Sítio de Interesse Comunitário

VAB - Valor Acrescentado Br



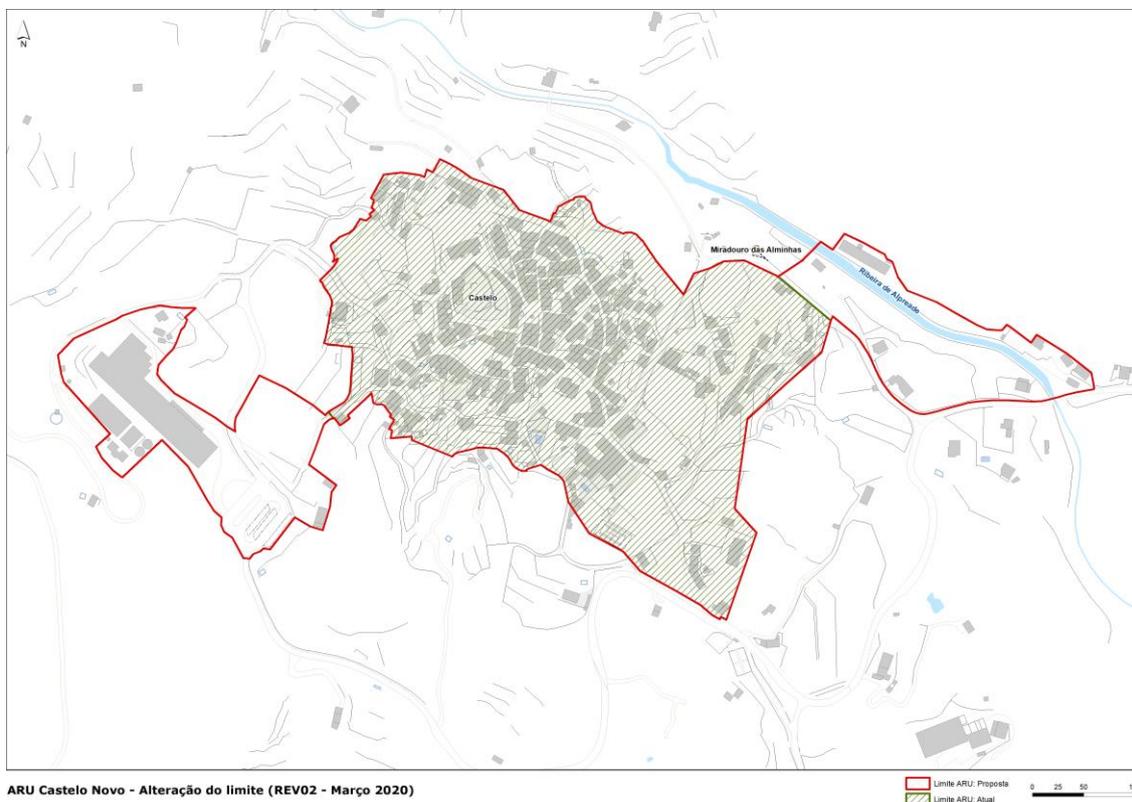
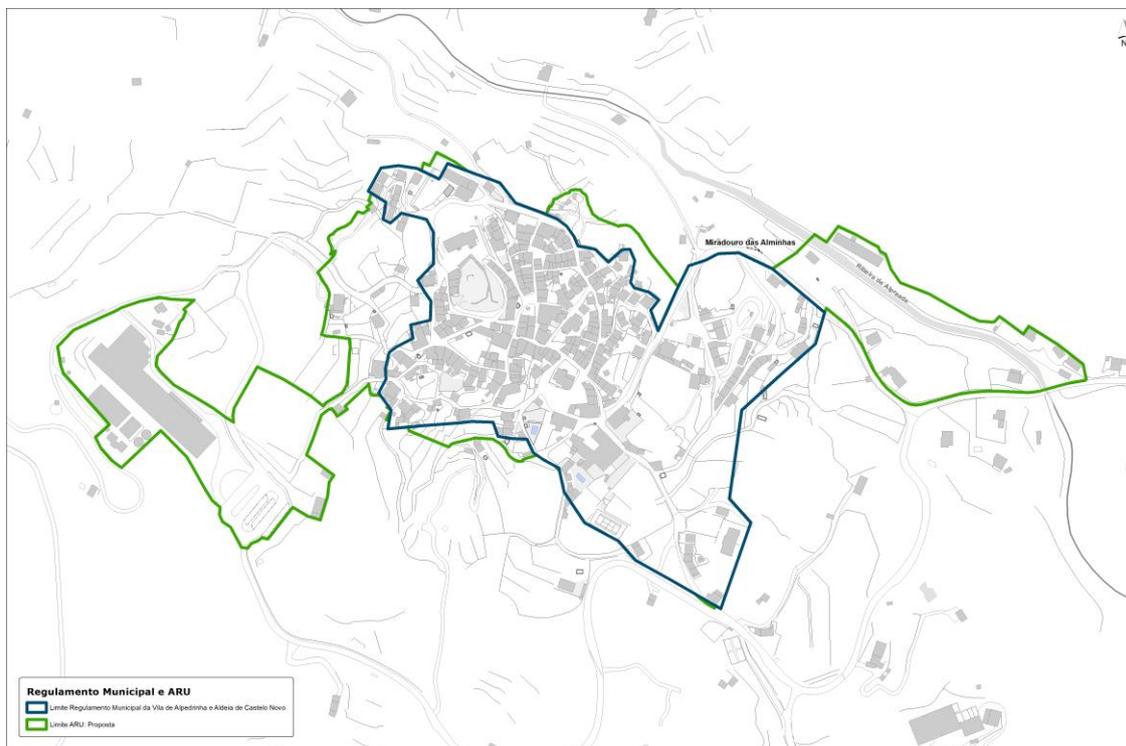
ANEXOS

Anexo I - Planta da área de reabilitação urbana





Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo





Anexo II - Candidatura aos Apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU
[Incentivos Fiscais]

MUNICÍPIO DO FUNDÃO
 Contribuinte nº 506 215 695
 Praça do Município
 6230-338 Fundão
 geral@cm-fundao.pt

**CANDIDATURA AOS APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NO ÂMBITO DA
 ARU⁽¹⁾ DA ALDEIA HISTORICA DE CASTELO NOVO
 INCENTIVOS FISCAIS**

REQUERENTE					
NOME					
MORADA					
FREGUESIA				CÓDIGO POSTAL	
NIF		NIPC/BI/CC		VÁLIDO ATÉ	
TELEFONE		FAX		TELEMÓVEL	
E-MAIL					

IMÓVEL OBJETO DE INTERVENÇÃO		
MORADA		
FREGUESIA		
MATRIZ N.º	CÓDIGO POSTAL	

INCENTIVOS DE NATUREZA FISCAL PREVISTOS NA ARU ⁽¹⁾	
(Emissão de declaração pela Câmara Municipal do Fundão para os fins abaixo solicitados)	
<input type="checkbox"/>	IRC/IRS (a requerer/comunicar ao serviço local de finanças após conclusão da ORU ⁽²⁾)
<input type="checkbox"/>	IMI (a requerer/comunicar ao serviço local de finanças após conclusão da ORU ⁽²⁾)
<input type="checkbox"/>	IMT (a requerer/comunicar ao serviço local de finanças após conclusão da ORU ⁽²⁾)
<input type="checkbox"/>	IVA nas empreitadas à taxa reduzida de 6%

DOCUMENTOS A ENTREGAR ABAIXO ASSINALADOS	
<input type="checkbox"/>	Fotocópia do Cartão do Cidadão/B.I
<input type="checkbox"/>	Fotocópia do Número de Identificação Fiscal (NIF) ou Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)
<input type="checkbox"/>	Fotocópia autenticada da Ata de deliberação da Assembleia de Condóminos que tenha determinado a realização de obras a desenvolver (caso seja propriedade horizontal)
<input type="checkbox"/>	Caderneta Predial e Certidão da Conservatória do Registo Predial
<input type="checkbox"/>	Certidão do Registo Comercial (no caso de ser pessoa coletiva) ou documento equivalente
<input type="checkbox"/>	Fotocópia dos últimos dois recibos de renda (no caso de ser arrendatário)
<input type="checkbox"/>	Autorização do proprietário/senhorio para a execução das obras (no caso de ser arrendatário)
<input type="checkbox"/>	Descriminação dos trabalhos a efetuar e sua duração.
<input type="checkbox"/>	Outros

OBJETO DO REQUERIMENTO

Requer-se a atribuição de apoios e incentivos para a realização de obras no imóvel acima identificado, de acordo com o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei nº 32/2012, de 14 de Agosto.

Para esse efeito solicita-se aos vossos serviços que seja efetuada a avaliação da conservação do edifício supra identificado.

REQUERIMENTO PARA APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NA ARU⁽¹⁾

(1) Área de Reabilitação Urbana
 (2) Operação de Reabilitação Urbana
 (3) Plano Estratégico

Formulário 2 – ARU – Incentivos Fiscais
 Aldeia Histórica de Castelo Novo



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Contribuinte nº 506 215 695
 Praça do Município
 6230-338 Fundão
 geral@cm-fundao.pt



PEDE DEFERIMENTO

Fundão, de de

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS DO PEDIDO PARA APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NA ARU ⁽¹⁾

ANEXO (PDF) " Regulamento – Incentivos Fiscais / Incentivos Financeiros" - extrato do P.E.⁽³⁾ da ARU⁽¹⁾

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Processo de Licenciamento com o nº

TAXAS - "Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receltas Municipais"

Taxa prevista em Tabela de Taxas e Licenças

Pedido de Isenção (fundamentar nos termos do Regulamento)

OBSERVAÇÕES

- 1 - Se o requerente for uma pessoa coletiva, deve apresentar documento comprovativo de que o(s) subscritor(es) do pedido possui / possuem poder(es) para o(s) representar.
- 2 - A emissão dos documentos requeridos só será efetuada após a conclusão da ORU⁽²⁾
- 3 - Deve assinalar na planta em anexo a localização do edifício.

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

Comprometeu-se a entregar os documentos dos seguintes pontos:

Conferi a identificação do requerente, através de		O Funcionário	
O gestor do procedimento		email	
Guia n.º	Valor de	Data	/ / O Funcionário

REQUERIMENTO PARA APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NA ARU ⁽¹⁾

- (1) Área de Reabilitação Urbana
- (2) Operação de Reabilitação Urbana
- (3) Plano Estratégico

Formulário 2 – ARU – Incentivos Fiscais
 Aldeia Histórica de Castelo Novo



**Anexo III - Candidatura aos Apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU
 [Incentivos Financeiros]**

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Contribuinte nº 506 215 695
 Praça do Município
 6230-338 Fundão
 geral@cm-fundao.pt



**CANDIDATURA AOS APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NO ÂMBITO DA
 ARU⁽¹⁾ DA ALDEIA HISTÓRICA DE CASTELO NOVO
 INCENTIVOS FINANCEIROS – Outros Incentivos**

REQUERENTE			
NOME			
MORADA			
FREGUESIA		CÓDIGO POSTAL	
NIF	NIPC/BI/CC	VÁLIDO ATÉ	
TELEFONE	FAX	TELEMÓVEL	
E-MAIL			

IMÓVEL OBJETO DE INTERVENÇÃO	
MORADA	
FREGUESIA	CÓDIGO POSTAL
MATRIZ N.º	

OUTROS INCENTIVOS DE NATUREZA FINANCEIRA PREVISTOS NA ARU ⁽¹⁾ <small>(Emissão de declaração pela Câmara Municipal do Fundão para os fins abaixo solicitados)</small>	
<input type="checkbox"/>	Contratos/Protocolos com entidades bancárias
<input type="checkbox"/>	Comparticipações (ex: Porta 65 – Arrendamento Jovem)
<input type="checkbox"/>	Programas Comunitários de apoio ao investimento (ex: JESSICA)
<input type="checkbox"/>	SOS Património – Oficina Móvel (Pequenas reparações no imóvel ou Contacto telefónico 800 207 887)
<input type="checkbox"/>	Outros

OBJETO DO REQUERIMENTO
Requer-se a emissão de declaração pela Câmara Municipal do Fundão para os fins acima solicitados, referente ao imóvel acima identificado, de acordo com o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei nº 32/2012 de 14 de Agosto.

PEDE DEFERIMENTO
Fundão, de de

REQUERIMENTO PARA APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NA ARU⁽¹⁾

- (1) Área de Reabilitação Urbana
- (2) Operação de Reabilitação Urbana
- (3) Plano Estratégico

Formulário 3 – ARU – Outros incentivos Financeiros
 Aldeia Histórica de Castelo Novo



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Contribuinte nº 506 215 695
Praça do Município
6230-338 Fundão
geral@cm-fundao.pt



DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS DO PEDIDO PARA APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NA ARU ⁽¹⁾

ANEXO (PDF) " Regulamento – Incentivos Fiscais / Incentivos Financeiros" - extrato do P.E. ⁽³⁾ da ARU ⁽¹⁾

OBSERVAÇÕES

- 1 - Se o requerente for uma pessoa coletiva, deve apresentar documento comprovativo de que o(s) subscritor(es) do pedido possui / possuem poder(es) para o(s) representar.
- 2 - Deve assinalar na planta em anexo a localização do edifício.

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

Comprometeu-se a entregar os documentos dos seguintes pontos:

Conferi a identificação do requerente, através de		O Funcionário	
O gestor do procedimento		email	
Guia n.º	Valor de	Data	/ /
		O Funcionário	

REQUERIMENTO PARA APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NA ARU ⁽¹⁾

- (1) Área de Reabilitação Urbana
- (2) Operação de Reabilitação Urbana
- (3) Plano Estratégico

Formulário 3 – ARU – Outros Incentivos Financeiros
Aldeia Histórica de Castelo Novo



Anexo IV – Relatório Técnico Inicial

RELATÓRIO TÉCNICO INICIAL		
Candidatura aos apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU		
Zona:	Imóvel nº	
Localização:		
Análise e terapêutica proposta:		
Relatório:		
Lavantamento de Patologias:		
Data	O técnico	A Coordenadora de Projeto
_____	_____	_____



Anexo V – Relatório Técnico Final

RELATÓRIO TÉCNICO FINAL		
Candidatura aos apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU		
Localização:	Zona:	
Análise e terapêutica proposta:		
Relatório:		
Levantamento Fotográfico pós "O.R.U."		
Data	O técnico responsável	A Coordenadora de Projeto
_____	_____	_____

BIBLIOGRAFIA / DOCUMENTAÇÃO DE SUPORTE

SERRA, José Manuel; Centro Nacional de Cultura; data de atualização: 12.08.2014



AMARAL, Francisco Keil do, LOBO, José Huertas e MALATO, João José; “Arquitectura Popular em Portugal”; Vol. I – Zona 3; ed. Ordem dos Arquitectos, 4ª edição, 2004

SILVA, Joaquim Candeias da; “Concelho do Fundão – História e Arte”; Vol. I – Ao Sul da Gardunha (O antigo concelho de Alpreada / Castelo Novo); ed. Câmara Municipal do Fundão; 2002.

CUNHA, José Germano da; “Apontamentos para a história do concelho do Fundão”; Edição comemorativa do centenário da publicação deste livro / Homenagem a José Germano da Cunha – Jornal do Fundão; 1992.

LAMAS, José e DUARTE, Carlos; “D.G.P.U. – Plano Geral de Urbanização da Área Territorial da Cova da Beira – Concelho do Fundão – Estudo do Património Urbanístico, Arquitectónico e Arqueológico; 1985

CIM-BSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela; Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal – Beiras e Serra da Estrela 2020; Setembro de 2014.

MARTINHO, Alberto Trindade; O Queijo da Serra da Estrela (Subsídios para a demarcação da região); Comissão de Coordenação da Região Centro; Coimbra, 1980.

PAIVA, José Pedro; Portugalie monumenta misericordiarum – Vol. 1; Centro de Estudos de História Religiosa – União das Misericórdias Portuguesas; 2002;

RIBEIRO, Orlando; Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela; Revista da Faculdade de Letras, Tomo VII, nºs 1 e 2, 1940-41;

SILVA, Joaquim Candeias da; “Concelho do Fundão – História e Arte”; Vol. I – Ao Sul da Gardunha (O antigo concelho de Alpreada / Castelo Novo); ed. Câmara Municipal do Fundão; 2002.

FIGUEIREDO, Carlos Reis e ABRANTES, Joana; “Castelo Novo – Aldeia Histórica do Concelho do Fundão”; Ed. Câmara Municipal do Fundão; 2006.

PORTUGAL, Aldeias Históricas; “Castelo Novo – percurso urbano / a fonte da Gardunha”; Ed. Aldeias Históricas de Portugal.

CUNHA, José Germano da; “Apontamentos para a história do concelho do Fundão”; Edição comemorativa do centenário da publicação deste livro / Homenagem a José Germano da Cunha – Jornal do Fundão; 1992.

MAPONE; “Castelo Novo – Estudos para uma Monografia”; Gráfica de Cimbra, 1975;

LAMAS, José e DUARTE, Carlos; “D.G.P.U. – Plano Geral de Urbanização da Área Territorial da Cova da Beira – Concelho do Fundão – Estudo do Património Urbanístico, Arquitectónico e Arqueológico; 1985



ROSA, João Mendes e BIZARRO, Joana; A “URBS” Romana – Da encosta meridional da Serra da Gardunha; Ed. Capitulum, 2014

CENTRO, Comissão de Coordenação da Região; “Aldeias Históricas de Portugal – Um Património com Futuro”; Coordenação: Isabel Boura; Coimbra, Outubro de 2002.

Jornal do Fundão (Ed. 19.08.2010)

Jornal Urbi et Orbi

Câmara Municipal do Fundão, Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, Anexo 1. PEDU, Setembro 2015

Disponível em:

CCDR, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Roteiros dos Museus e Espaços Museológicos da Região Centro, <http://roteiromuseus.ccdrc.pt> (data da consulta: 09/02/2015).

Câmara Municipal do Fundão, <http://www.cm-fundao.pt> (data da consulta: 26/05/2017).

Associação Desenvolvimento Turístico Aldeias Históricas de Portugal (ADTAHP), <http://www.aldeiahistoricasdeportugal.com> (data da consulta: 26/05/2017).

DGPC, Direção-Geral do Património Cultural, <http://www.patrimoniocultural.pt> (data da consulta: 26/05/2017).

Associação Sociocultural de Castelo Novo, <http://www.associacaocastelonovo.pt/> (data de consulta: 24/05/2017)

Castelo Novo 2.0, https://www.facebook.com/pg/castelonovo2.0/about/?ref=page_internal (data de consulta: 25/05/2017)

Externato Capitão Santiago de Carvalho, <http://www.ext-cap-santiagodecarvalho.com> (data da consulta: 24/02/2015).

Grande Rota da Transumância, www.transumancia.com (data da consulta: 24/02/2015).

<http://escolas.turismodeportugal.pt/curso/turismo-de-ar-livre> (data da consulta: 02/12/2015).

http://sir.dgadr.gov.pt/conteudos/jornadas_aph/apresentacoes/s1/10.pdf (data da consulta: 16/02/2018).



**Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
Área de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo**

<http://sir.dgadr.gov.pt/visita-da-sr-ministra-da-agricultura-e-do-mar-ao-aproveitamento-hidroagricola-da-cova-da-beira> (data da consulta: 16/02/2018).

<https://cimbse.pt/apresentacao/quem-somos/> (data da consulta: 21/02/2018).